

**DURVAL MUNIZ
DE
ALBUQUERQUE JR.**



Copyright © 2021, Wagner Geminiano Dos Santos (org.).

Copyright © 2021, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, Lj. 01, Ed. Delta Center, Jd. da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

Distribuição nacional em: www.amazon.com.br

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Bruno César Nascimento

Coordenador da Coleção Pensar com a História

Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU)

Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP)

Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS)

Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG)

Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS)

Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto)

Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP)

Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)

Prof^a. Dr^a. Helena Miranda Mollo (UFOP)

Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES)

Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES)

Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Karina Anhezini (UNESP - Franca)

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Nader (UFES)

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP)

Prof^a. Dr^a. Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR)

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP)

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Prof^a. Dr^a Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires)

WAGNER GEMINIANO DOS SANTOS
(Organizador)

DURVAL MUNIZ
DE
ALBUQUERQUE JR.

a arte de inventar-se historiador nas tessituras da escrita da história

Coleção Pensar com a História
Volume I



EDITORA MILFONTES

Vitória, 2021

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Imagem da capa:

Autor: *não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*

Bruno César Nascimento - *Aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Barbara Lima Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D968 Durval Muniz de Albuquerque Jr.: a arte de inventar-se historiador nas tessituras da escrita da história/ Wagner Geminiano dos Santos (organizador). Coleção Pensar com a História, volume 1.
Vitória: Editora Milfontes, 2021.
130 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-86207-49-1

1. Historiografia brasileira 2. Teoria da História 3. Durval Muniz de Albuquerque Jr I. Santos, Wagner Geminiano dos. II. Título.

CDD 901.02



Pensar com a História

A Coleção *Pensar com a História* quer demonstrar a vitalidade da reflexão sobre a historiografia produzida por historiadores e historiadoras brasileiras. Sua ênfase está menos na tradição de uma Teoria da História sistemática e mais em evidenciar a diversidade e riqueza reflexiva do historiador em sua lida cotidiana com fontes, teorias e métodos. Assim, aqui serão reunidas contribuições ao pensamento acerca da história que emergem da prática historiográfica de colegas com trajetórias destacadas em diferentes especialidades da historiografia profissional.

Valdei Araujo
Coordenador da Coleção

Sumário

Apresentação - Durval Muniz De Albuquerque Jr.: a arte de inventar-se historiador nas tessituras da escrita da história. 9

Wagner Geminiano dos Santos

A fabricação dos tempos: a materialidade da narrativa histórica..... 17

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

A invenção de mim 59

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Apropriação e usos do pensamento de Foucault no Brasil: a Produção Historiográfica de Durval Muniz de Albuquerque Jr. (1990-2006).... 105

Wagner Geminiano dos Santos

Referências 127

Apresentação

Durval Muniz De Albuquerque Jr.: a arte de inventar-se historiador nas tessituras da escrita da história

Quando recebi o convite da Editora Milfontes para participar da Coleção Pensar com a História, coordenada pelo historiador Valdeci Lopes de Araujo, senti-me imbuído de uma responsabilidade enorme, em especial porquê um dos objetivos da coleção é levar para um público mais amplo, e de forma sistematizada, o pensamento e o trabalho de um(a) historiador(a) que (de)marcou, penetrou e transpôs as fronteiras da teoria da história, levando as discussões dessa área para um outro patamar de epistemologização e rigor, no país. Essa responsabilidade aumentou ainda mais quando me foi confiado apresentar e sistematizar o pensamento e a obra historiográfica de Durval Muniz de Albuquerque Júnior e sua contribuição para a Teoria da História no Brasil.

Apresentar e organizar um livro que trata do pensamento e obra de Albuquerque Júnior me é bastante caro por alguns motivos, que passo a elencar: primeiro, porque Durval é um nome já assentado, reconhecido e institucionalizado na historiografia brasileira. Portanto, apresentar alguém que já é presença marcante na própria definição do campo no Brasil nos últimos anos, é bastante desafiador uma vez que além de referência, o pensamento, a obra e a prática historiadora de Albuquerque Jr. constituem e representam, para muitos – inclusive para esse que o apresenta –, um modelo, um *ethos* de como ser historiador e de escrita da história possíveis, notadamente no que tange às discussões em torno da teoria da história e da história da historiografia. Seu nome de autor se impõe de modo a tornar um imperativo produzir uma escrita sobre ele e sua obra, mesmo com o intuito de apresentá-los, não apenas como um simples comentário, um adendo decorativo ou um inventário biográfico de seu percurso intelectual ou de suas principais obras e textos, mas como algo que deve encarnar a dimensão desse nome e lhe dar a devida justeza, ao apresentá-lo.

Segundo, pela relação de proximidade que tenho com Durval. E como diz Manoel Salgado Guimarães, em prefácio a uma das muitas obras de Albuquerque Jr., e que aqui reitero, esta é uma escrita,

atravessada por duas marcas centrais: a amizade e a cumplicidade. Sempre me parece mais difícil escrever sobre aquilo em relação ao

que temos pouca distância, ou em outras palavras muita proximidade advinda de partilhas comuns.¹

Desse modo, começo dizendo que conheci Durval no início da minha graduação em História. Eu, ainda adolescente, 17 anos recém completos, vindo de uma cidadezinha de pouco mais de 3 mil habitantes do interior da Paraíba, ingressando no curso de História do então *campus II* da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no primeiro semestre de 2001. Encontro Durval como meu professor de Introdução a História. Este que o apresenta naquele momento foi por ele apresentado aos (des)caminhos de Clio e a primeira imagem do que depois de algum tempo passaria a identificar como sendo a de um historiador profissional. E Durval era, já naquela época, a melhor imagem de historiador profissional que um recém egresso na graduação poderia ter para se mirar. Já um professor consagrado, um pesquisador reconhecido entre os pares, autor de uma das obras mais emblemáticas da historiografia brasileira contemporânea, *A Invenção do Nordeste e outras artes*. No entanto, estava ele ali como professor de alunos recém egressos na graduação, falando para neófitos das belezas, dos sabores e dissabores dos (des)caminhos da História. Como uma espécie de Ariadne de nossa historiografia, tecendo e destecendo fios de memória e esquecimento a cada aula, nos introduziu pelos labirintos de Clio. Com o charme e encantamento que todo professor de Introdução a História deveria ter, mas que com o passar dos anos vim a reconhecer que nem todos os têm, ao menos como deveriam, nos conduziu em meio aos desafios sinuosos do ingresso nas searas historiográficas. Assim, apaixonante e apaixonado pela história, pela sala de aula, pelo seu público, por nós, seus alunos, seduziu-nos para o constante perder-se e encontrar-se nos braços de Clio.

De fala encantadora, como se a cada aula assumisse o papel de narrador das aventuras nas terras de Clio, nos fez aprender a querer ser historiador. Depois de suas aulas, não pensava mais em outra coisa: era historiador que queria ser. Era falar de História tal qual Durval nos falava, com paixão, com tesão, com o corpo, com o sorriso nos lábios. Enchendo a sala de aula de palavras e de risos, de muitos sorrisos e afagos com todos os seus alunos, sempre tratados afetuosamente pelo nome, como cúmplices no e do saber histórico. A alegria redobrada ao sabermos que no semestre seguinte seria ele a nos guiar também pelas searas da Teoria da História, disciplina seguinte a de Introdução no curso de História do *Campus II* da UFPB. No entanto, esse segundo encontro foi interrompido ainda no início da disciplina de Teoria, pela transferência de Durval para o curso de História da UFRN, justo no momento em que o *campus II* se fazia Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Antes de sua transferência definitiva, Albuquerque Jr. nos

1 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 15.

brindou com o lançamento de mais uma de suas obras, fruto de pesquisa densa e que explicitava, mais uma vez para os pares, a dimensão do historiador que se fazia nas tessituras da escrita da história. O historiador das falas encantadoras e apaixonantes terminava de publicar um livro sobre as muitas falas que faziam do *Nordestino: uma invenção do falo*. Última lição, antes de seguir rumos em direção a UFRN. Nesse período havíamos aprendido que queríamos ser historiador tal qual Durval. O desencontro momentâneo projetava ser reencontro, em breve, em outro de seus papéis como historiador: o de orientador.

Permaneci na UFCG até o ano de 2005, quando concluo a graduação em História defendendo uma monografia sobre o Carnaval de Campina Grande nos anos 1980 e 1990. Tema bastante inusitado em se tratando da produção historiográfica local, uma vez que na memória coletiva da cidade aquela era uma das festas ausentes ou não mais realizadas, pois havia minguado e sido substituída por outros eventos, numa cidade que se queria grande até no nome. Entre a saída de Durval para a UFRN e o término do curso, pouco mais de dois anos haviam transcorrido, os contatos pessoais com ele rareado, mas continuava acompanhando de perto sua produção. E foi, em grande medida, inspirado por ela e buscando um reencontro com o professor Durval, que propus o projeto de mestrado para o programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, onde o mesmo atuava como professor colaborador a mais de uma década. O projeto buscava pensar a invenção do enunciado “Campina Grande” ou Campina como cidade sempre grade, onde nada poderia ser pequeno, medíocre ou tendente ao fracasso, tendo como pano de fundo a realização de grandes eventos festivos e como base documental a pesquisa que havia realizado para a monografia de graduação. Retomei o contato com Durval e solicitei sua orientação. O mesmo me respondeu com a solicitude e atenção de como já me conhecesse de longas datas. Começava ali a primeira lição do orientador Durval: a relação sempre horizontal, carinhosa, afetiva e não menos rigorosa com seus orientandos. Sua primeira fala foi a seguinte: será um prazer contribuir de algum modo para que você faça um trabalho com a sua cara e a sua altura. Entendi desde àquele momento que a relação de orientação não deve ser impositiva, que toda relação de orientação deve primar pela liberdade de produzir, de criar, de pensar e de escrever, e que o orientador é esse lugar de sujeito capaz de tecer um olhar e um comentário críticos sem hierarquizar ou desmerecer, mas apontando brechas, saídas e possibilidades outras, sempre com rigor e carinho. É nesse sentido que Durval Muniz de Albuquerque Júnior se constitui historiador ao orientar. Como ele mesmo diz: “o orientador dos impertinentes, ao formar novos pesquisadores”:

Fui sempre o orientador dos temas enfeitados, daquilo que não era sério, daquilo que não era história ou sociologia, dos temas esquisitos

e exóticos, da confeitaria, por isso mesmo tive a sorte de orientar, quase sempre, alunos muito criativos, muito críticos, abertos a novas aventuras no campo da pesquisa e do pensamento. Fui e continuei sendo o orientador dos temas e dos alunos impertinentes, daqueles que, talvez como eu, estavam fora de lugar, fora da norma e do normal, mas que, por isso mesmo, podem olhar para o mundo, para a academia, para o saber de outro ângulo, com um outro olhar, com a ironia e o desrespeito pela ordem que são sempre necessários para que se produza o conhecimento novo, o conhecimento inesperado, diferente.²

A orientação dos impertinentes sempre foi matizada por muito rigor, acompanhamento crítico e, sobretudo, a construção de uma relação de cumplicidade e amizade para com seus orientandos. Sobretudo de amizade. Aliás, este é um sentimento que marca e que constitui o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. Como ele mesmo vai dizer:

Esta é, para mim, a maior conquista de qualquer pensamento, de qualquer escrita, de qualquer atividade profissional: a amizade. Creio que escrevemos para fazer conquistas, para seduzir os leitores, para fazer amigos, para nos tornar amigos, porque não dizer amantes no pensamento. Espero [sempre] que cada texto seja tomado como um gesto de carinho, mesmo a crítica mais dura, pois a crítica sincera é a base de qualquer amizade. O que torna o amigo indispensável não são só os elogios que nos faz, mas as críticas, os reparos, as broncas amorosas que pode fazer, é a fala carinhosa que retifica e corrige, que nos faz pensar, que nos faz rever nossas certezas e relativizar nossas verdades.³

Assim, portanto, com Durval “p[u]demos aprender como fazer história fecundada pela amizade, sentimento atravessado por certa gratuidade que lhe dá igualmente sua dimensão sincera e maior”.⁴ O término do mestrado, sob sua orientação, me apresentava essa outra dimensão do ser historiador: a do orientador que além de formar novos pesquisadores, se faz amigo, na escrita da história, no pensamento e para a vida. Porque para Durval fazer História não é só uma questão de escrita, do desenvolvimento de uma prática, é questão de vida, de cumplicidade de pensamento, de constituição de relações de amizade e de afeto, de uma ética, uma estética e de uma política da existência que tem na amizade um de seus pilares fundamentais. Fazer História, para Durval, passa sempre por uma dinâmica dos corpos e de seus afetos e afecções, e nesse processo a amizade como afeto tem papel fundamental. Como bem disse

2 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção de mim**. Memorial Acadêmico para o concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor de Terceiro Grau na classe de Professor Titular do Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006, p. 43 *et seq.*

3 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007, p. 14.

4 *Idem*. O historiador naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão... *Op. cit.*, p. 18.

um de seus grandes amigos, Manoel Salgado Guimarães: aprendemos com Durval a fazer “uma defesa radical da generosidade e da amizade como formas possíveis também de se pensar a História”.⁵

É na conjunção dessas várias virtudes que se constitui o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr.: a do professor, do orientador, do amigo. Mas também a partir da consciência aguda da dimensão política daquilo que fazemos e escrevemos, pois para Durval essa é dimensão constitutiva de todas as práticas e discursos que (in)formam o sujeito, notadamente o historiador profissional. Dimensão, inclusive, que mobiliza grande parte de nossos compromissos éticos, estéticos e afetivos. Diz ele:

A amizade é política e uma e outra são elementos intrínsecos do fazer História, seja como escrita, seja como prática. A História também deve ser escrita como um ato de indignação contra todas as forças que maltratam os amigos, que os impedem de se fertilizarem mutuamente. A História deve ser um ato de indignação com a morte, com as forças que espalham a morte lenta da miséria, da injustiça, do preconceito.⁶

Portanto, é na soma dessas três virtudes: o professor, o orientador e o amigo que se forja o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. Sua prática e sua escrita carregam esses três elementos e as características a eles imanentes. Durval se faz historiador como aquele que professa, e ao professar, ensina não só uma prática, um ofício, mas sobretudo como encarná-lo em um corpo, em uma vida, em uma relação seja de orientação ou de amizade, mas que sempre possibilite fertilizar o pensamento e frutificar a pesquisa e a escrita historiográfica como invenção, criação, poética: uma poética da história. Ou como vai dizer Temístocles Cezar, outro dileto amigo de Durval:

Os textos ensaísticos de Durval, implacáveis muitas vezes, irônicos outras tantas, indulgentes eventualmente, rigorosos sempre, implicam em uma defesa epistemológica e política intransigente de uma dimensão do discurso histórico que é, de modo geral, negligenciada pelos historiadores: a de uma poética da história.⁷

Foi, em grande medida deste modo, ensaiando e exercitando,

sua escrita elegante e reiterativa... reflexo de uma mente inquieta, tenaz e apaixonada, que não hesita em afirmar, questionar, afrontar e desarticular fórmulas tradicionais e canônicas de se pensar a historiografia.⁸

5 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão... *Op. cit.*, p. 18.

6 *Idem*. **História...** *Op. cit.*, p. 215.

7 CEZAR, Temístocles. Prefácio. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos**. Novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 11.

8 *Ibidem*, p. 10.

Que Albuquerque Jr. se fez um dos historiadores profissionais que mais contribuíram para a teoria da história e a história da historiografia no Brasil. Discutindo sempre de forma rigorosa e substantiva com seus pares no país. Assumindo uma postura ética e política de sempre nomear os seus interlocutores, conclamando-os ao debate aberto, fazendo reparos e apontamentos, sendo um interlocutor muitas vezes irônico e mordaz, mas sempre com a generosidade presente nos grandes amigos, presente naqueles que se abrem não apenas para interpelar o outro, mas também para escutá-lo e com ele dialogar a partir das suas diferenças, sempre na tentativa de construir mundos outros. O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior marca, desse modo, uma dada forma de se fazer história e ser historiador no Brasil. E sobretudo de pautar as discussões teóricas e historiográficas por estas plagas e neste campo do saber.

Portanto, nas páginas que se seguem, os leitores terão acesso a três textos que tentam dar conta desse percurso e de como Durval pensou e vem discutindo a teoria da História ao longo de sua carreira. O primeiro texto, inédito, foi escrito pelo autor especialmente para esta coleção, e tem por título “*A fabricação dos tempos: a materialidade da narrativa histórica*”. Nele Albuquerque Jr. apresenta como pensa a teoria da história e o seu papel para a escrita da história, notadamente para pensar a sua escrita e como compreende a função do historiador. Neste texto, recorrendo mais uma vez ao estilo ensaístico, que caracteriza tão bem sua produção na área de teoria, ele discute questões fundamentais para o trabalho do historiador, que vão da “escolha do abjeto” passando pelas noções de memória, arquivo, signos, ciência histórica, verdade, texto e tempo até chegar no entendimento do autor sobre o que é o saber histórico. Desse modo o texto em questão busca ser um grande quadro descritivo não só de como Durval pensa a teoria da história, mas de como ele a vem operacionalizando, praticando e experimentando ao escrever história, sem mais adjetivos, como ele gosta sempre de frisar.

O segundo texto não é inédito, porém não é de todo conhecido. Trata-se do Memorial Acadêmico para o concurso de professor titular da UFRN, apresentado em 2006, sob o título *A Invenção de Mim*. Ao texto original foi acrescido os eventos posteriores a 2006 até mais ou menos o ano de 2018/2019. O texto foi mantido no formato original ao apresentado para o certame. Ele encontra-se dividido em sete partes: *I – A Estação dos Sonhos*: primeiros momentos da formação intelectual e profissional; *II – A História como Vida*: trajetória acadêmica da Graduação ao Pós-Doutorado; *III – As Invenções do Historiador*: a pesquisa histórica e a produção intelectual; *IV – Uma Paixão Barata*: o ensino de história e formação de novas subjetividades; *V – O Orientador dos Impertinentes*: orientações e a formação de novos pesquisadores; *VI – Outras Artes*: demais atividades de um servidor público; *VII – Plano de Atuação Profissional*: atividades outonais, que buscam dar

conta da relação entre os percursos pessoais, profissionais e intelectuais do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. Ou como ele mesmo diz: da invenção, da fabricação, da feitura do sujeito historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr.

Por fim, o terceiro texto que encerra essa coletânea é um texto de minha autoria, publicado originalmente na Revista Expedições, e tem por título “Apropriação e usos do pensamento de Foucault no Brasil: A Produção Historiográfica de Durval Muniz de Albuquerque Jr. (1990-2006)”. Nele busco pensar uma dimensão que julgo fundamental na discussão da teoria e na escrita da história de Albuquerque Jr., a sua relação com o pensamento e obra do filósofo francês Michel Foucault. No texto problematizo qual(is) imagem(ns) do pensamento de Michel Foucault é (são) produzida(s) pela apropriação e uso feitos pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. da obra do filósofo e historiador francês. Tomo como porta de entrada para se pensar esta questão o recorte e a discussão estabelecida na segunda parte do livro *História: a arte de inventar o passado*, denominada *Michel Foucault e a História*, composta por seis artigos, publicados originalmente em diferentes períodos do percurso intelectual e acadêmico de Albuquerque Jr. que vão de 1990 a 2006, no qual ele procura se dedicar “à reflexão sobre as contribuições do pensamento de Michel Foucault para a escrita da história e para as reflexões sobre o saber histórico”. Procuo, portanto, pensar qual(is) imagem(ns) do pensamento do filósofo francês é (são) aí construída(s) e usada(s) por Albuquerque Jr. para pensar a História e constituir sua prática historiográfica em meio a configuração do campo do conhecimento histórico no Brasil naquele período, notadamente a partir das discussões acerca da teoria da história.

Deste modo, o presente livro buscou dar conta de apresentar o percurso de Durval nesta área de discussão do saber histórico, a Teoria da História, alinhando-o com passagens significativas da sua vida pessoal e profissional na sua formação como historiador, como um dos mais reconhecidos historiadores brasileiros da atualidade e que tem dado contribuição inestimável para o campo do conhecimento histórico no país. Como historiador profissional, Albuquerque Jr., como a imensa maioria de sua geração em diante, é produto das universidades, notadamente dos programas de pós-graduação como lugares privilegiados de formação do historiador no Brasil. E foi justamente aí, na universidade pública, que o conheci: uma das pessoas mais fundamentais em minha vida profissional, intelectual e pessoal. Professor na graduação, orientador no mestrado e um dos objetos de estudo do meu doutorado. Ser humano admirável, sincero, honesto, generoso, inteligente, amigo. Com ele aprendi a importância da generosidade, da humildade tanto profissional quanto intelectual. Com ele aprendi a ser historiador, a me pensar como historiador. Esse trabalho, em

grande medida, nasceu deste encontro, com sua obra, com seu pensamento, com sua pessoa. Este livro não deixa de ser, também, uma tentativa de prestar uma justa homenagem, ainda em vida – todas as homenagens deveriam ser prestadas em vida, aos mortos leguemos apenas a possibilidade de terem suas histórias contadas – à sua obra, ao seu papel como historiador e intelectual, assim como a todo serviço que vem prestando não só ao campo da História, mas, também a esse país. É, sem sombra de dúvidas, uma homenagem a pessoa, ao amigo Durval Muniz de Albuquerque Jr.

Com ele aprendi que fazer e escrever história é sobretudo falar da vida e dos vivos. Num livro sobre ele falo para homenageá-lo ainda em vida, por tudo aquilo que já fez e ainda faz para que continuemos, firmes e vivos, irmanados na amizade e na cumplicidade, alimentando os sonhos de um mundo mais justo, solidário e fraterno.

Wagner Geminiano dos Santos

São José da Coroa Grande – PE, outubro de 2020.

A fabricação dos tempos: a materialidade da narrativa histórica

Durval Muniz de Albuquerque Júnior¹

A “escolha de objeto”

A operação historiográfica se inicia pela escolha de objeto.² Pela definição de uma temática a ser pesquisada, a ser estudada, a ser analisada. De imediato, ela se apresenta como uma atividade de escolha, de eleição, de recorte dentro de um universo mais amplo de possibilidades. Ela se apresenta como uma atividade racional, projetiva, consciente, intelectual, na qual, a partir de conhecimentos prévios, de dados prévios, se delimita claramente aquilo que se vai pesquisar: o evento, o personagem, o período, o espaço que vai ser objeto de investigação. Necessariamente, a escolha de objeto em história implica levar em conta esses três elementos: o acontecimento, o tempo e o espaço. Delimitar um objeto, definir um tema no campo historiográfico, implica a definição dos eventos que se vai abordar, do recorte temporal que se vai abarcar e da espacialidade onde esses eventos ocorreram e impactaram. Para se escolher um objeto se faz necessário que se tenha um conhecimento anterior, que pode advir das próprias experiências anteriores de pesquisa. É comum que, ao realizar uma dada atividade de investigação, o historiador se depare com dados eventos, com dados personagens, com dados documentos que lhe chamam a atenção, que colocam, para ele, questões importantes, que aparecem como aspectos nunca pesquisados ou abordados, como eventos e personagens nunca conhecidos, como dimensões da realidade do passado que não foram ainda suficientemente esclarecidas. Dedicando-se, no momento, a uma outra temática, o historiador guarda para uma pesquisa posterior, essa descoberta que realizou.

Mas, a escolha de objeto pode se fazer a partir das leituras empreendidas pelo historiador, seja quando do desenvolvimento de uma pesquisa anterior, seja para se atualizar ou se formar no campo de estudos a que se dedica. Aparecendo, de início, como uma operação científica, uma escolha racional guiada pelo conhecimento previamente adquirido, com as atividades de leitura e com as anteriores experiências de pesquisa, inclusive através de uma

1 Professor na Universidade Estadual da Paraíba.

2 Utiliza-se, aqui, propositalmente, a categoria freudiana “escolha de objeto”, que faz parte de sua teoria das pulsões e de sua teoria do desejo. As pulsões e os desejos se movimentariam na direção e procura de um objeto, do qual participariam da elaboração. Objeto que não seria fixo, nem previamente determinado, o que haveria de mais contingente nos processos pulsionais. Eu escolhi essa categoria para chamar atenção para as dimensões inconscientes, pulsionais e desejanças, na escolha de um objeto de pesquisa científico. Cf. FREUD, Sigmund. **Projeto para uma psicologia científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

ida aos arquivos para fazer o que seria uma pesquisa exploratória, visando saber da viabilidade de se pesquisar tal tema, a escolha de objeto no campo historiográfico requer, de saída, o uso da imaginação. A noção de escolha de objeto leva a se presumir que um objeto de pesquisa historiográfica já se encontra pronto, acabado, ele pode ser recolhido entre os eventos do passado, ele jaz adormecido nos arquivos, bastando ser encontrado. O historiador teria a sua disposição um cardápio de objetos, esperando por sua mera escolha, nos livros, nos arquivos, no próprio passado. No entanto, o objeto de pesquisa em história, mais do que uma escolha, implica uma elaboração. O objeto não está pronto nos arquivos ou no passado, ele precisa ser construído pelo historiador e, para isso, é necessário que se faça uso da imaginação. O historiador tem que ser capaz de imaginar, de construir imagens mentais de um dado tema, antes mesmo de tê-lo pesquisado suficientemente. O conhecimento prévio serve de alimento para que a imaginação trabalhe e consiga produzir uma previsão, uma visão prévia do evento, do personagem, do tempo e dos espaços a serem pesquisados.

Desde o início, desde a sua primeira atividade, portanto, a operação historiográfica implica o uso da racionalidade,³ da inteligibilidade, mas também da imaginação, da capacidade poética humana de visualizar o que ainda não é visível, de elaborar imagens de algo que ainda não é real ou palpável. A escolha de objeto em história, não é só eleição, não passa somente por fazer escolhas racionais, partindo do que já se conhece ou já se sabe, mas é também elaboração, projeção, invenção de uma imagem de objeto, de uma imagem do evento, do personagem, do tempo e do espaço, que serão, posteriormente, comparadas e postas à prova na etapa da pesquisa de campo. A operação historiográfica começa com a escolha racional e a invenção imaginária de um objeto, de um tema para ser pesquisado. A operação historiográfica implica, assim, o recurso, desde o princípio, a atividades que se costumam classificar como científicas e a atividades que costumam ser identificadas como artísticas. Desde o primeiro momento, a história não é, apenas, como dizia Marc Bloch, a “ciência dos homens no tempo”; ela é, também, a arte de inventar o passado.⁴ Sem a faculdade da imaginação não é possível se escrever a história. O fato de que o passado é um ausente, de que dele só restam fragmentos, de que dele só restam textos, artefatos, monumentos e imagens, faz dele objeto não

3 Utiliza-se aqui o conceito elaborado por Michel de Certeau, que implica pensar a prática da pesquisa e da escrita da história como um trabalho, organizado em etapas, utilizando-se de aparatos técnicos e de procedimentos metódicos, situado em um dado lugar institucional e social, voltado para a elaboração de uma escrita, de uma narrativa acerca do que se nomeia de passado. CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65 *et seq.*

4 BLOCH, Marc. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 7; Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história)**. Curitiba: Prismas, 2017.

apenas de pesquisa, de levantamento e coleta documental, mas objeto de imaginação, sem a qual esses fragmentos não se articulam em imagens e não fazem, portanto, sentido. A viagem ao passado se dá nas asas da imaginação, tanto quanto da inteligência, da cognição.

Usei propositalmente a expressão freudiana “escolha de objeto” para nomear a primeira etapa da operação historiográfica, o primeiro momento de uma atividade de pesquisa em história, para chamar atenção para uma dimensão, quase sempre, negligenciada, quando se vai tratar das escolhas temáticas, das escolhas de objetos de pesquisa, feitas pelos historiadores: a dimensão inconsciente, desejante, subjetiva, afetiva, emocional, passional, sensível, sensual, erótica. A mitologia do campo historiográfico sustenta que nossas escolhas de objeto se passam apenas no plano da racionalidade científica, da consciência problematizadora e inquisitiva, no interior de uma cultura de grupo, de uma tradição da área. O historiador, como todo cientista, é um ser capaz de investir, naquilo que faz, apenas a sua cabeça, a sua razão, a sua inteligência e consciência, o seu raciocínio e tirocínio. O historiador é ser desprovido de corpo, de sensibilidade, de sensualidade, de desejo, de afetos, de sentimentos, de libido. O historiador, tal como costuma aparecer na literatura, seria um ser pouco erótico, uma espécie de ermitão, a viver a vida vasculhando arquivos e cartapácios amarelados. O que defendo é que, tal como se dá com a escolha do objeto de preferência sexual, a escolha de objeto, por parte do historiador, emerge tanto de dimensões conscientes, quanto de dimensões inconscientes, tanto de dimensões racionais, quanto de dimensões irracionais. A escolha de objeto de estudo, sabemos todos, carrega uma dimensão passional, pulsional, afetiva. Quando alguém escolhe algo para estudar, dificilmente é apenas porque racionalmente é relevante, mas também porque é interessante, instigante, apaixonante. Há uma dimensão passional em nossas escolhas de objetos de pesquisa. Quase sempre pesquisamos não apenas aquilo que nos interessa, mas aquilo que nos apaixona, que nos afeta, que nos move e nos comove, que mexe com as nossas ideias, mas também com nossos afetos, com nossas emoções.

Sabemos que os historiadores se digladiam a partir de seus objetos, mas essas diatribes estão longe de se dar apenas no plano conceitual e dos argumentos; elas se dão no plano dos investimentos afetivos e passionais. Tal como propunha Gaston Bachelard, a escolha de objeto do trabalho científico dos historiadores é passível de uma psicanálise.⁵ O objeto que elaboramos para estudar, o tema que elegemos, diz muito mais profundamente de nós mesmos do que costumamos suspeitar e admitir. A atividade de pesquisa não é apenas um investimento conceitual e racional. Não investimos apenas nossa racionalidade naquilo que fazemos, investimos todo o nosso corpo, investimos

5 Cf. BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

nossos sentimentos, emoções, desejos, sensibilidades, nossas memórias e nossa imaginação. O pesquisador em história não é um ser decapitado, cuja cabeça queda funcionando isoladamente. É um corpo inteiro que aí se faz presente. A escolha de objeto, portanto, se dá a partir de dimensões inconscientes e desejantes. Sabemos todos que nos emocionamos com os nossos temas de pesquisa, que nos dedicamos a pesquisar aquilo que nos dá tesão, aquilo que merece o investimento libidinal, pulsional, passional que ali é feito. Há uma erótica do objeto que é preciso ser admitida. Poucos historiadores têm a coragem, demonstrada por Michel Foucault, de justificar sua escolha de objeto, a partir “das impressões das quais se diz que são ‘físicas’”, “por causa da vibração que ainda hoje sinto quando me acontece encontrar aquelas vidas ínfimas transformadas em cinzas nas poucas frases que as prostraram”.⁶ Escolhemos dados objetos porque eles nos emocionam, nos apaixonam, nos animam a investir horas de nossas vidas a persegui-los e com eles conviver. A escolha de objeto de pesquisa nasce do desejo que surge do encontro, do choque, do afeto, da afecção provocada pelo contato com um dado evento, com um dado personagem, com um dado tempo, com um dado documento, com um dado assunto. O que se escolhe para pesquisar está conectado, de alguma maneira, com as vivências, com as experiências, com a subjetividade, com camadas profundas de memórias, com desejos e aspirações, até com traumas e frustrações vividas pelo historiador. Ele pode escolher um objeto motivado, também, pelas paixões tristes: por raiva, por ressentimento, por denegação, por desejo de destruição e apagamento daquilo que pesquisa. O historiador tanto pode tratar, como detratar seu objeto.

A escolha de objeto remete, ainda, a dimensões políticas, éticas e estéticas. Enquanto as dimensões políticas e éticas remetem para os aspectos racionais dessa escolha, a dimensão estética remete para os aspectos irracionais, inconscientes da escolha de objeto. Pode-se escolher um dado tema para se estudar, porque, explicitamente, ele está conectado com as ideias políticas que o pesquisador defende ou ele está ligado à grade de valores na qual o pesquisador está inserido e quer transmitir. A escolha de objeto pode estar ligada aos sonhos, às fantasias, às políticas. Pode estar conectada a imaginários, a projetos, a ideologias de ordem política, como pode estar associada aos pressupostos de ordem moral, ética, a posturas no campo dos valores. Essas dimensões nunca deixam de se fazer presentes e aparecerem imbricadas a nossas escolhas temáticas. No entanto, posso escolher um objeto por sua beleza, pelo prazer estético que ele desperta, pelos afetos que ele em mim provoca. Pode-se escolher um objeto por sua dimensão poética, pela

6 “O acervo que aqui encontraremos não obedeceu a uma regra mais importante que o meu gosto, o meu prazer, uma emoção, o riso, a surpresa, um certo assombro, ou outro sentimento qualquer, cuja intensidade talvez me fosse difícil justificar, agora que é passado o primeiro momento da descoberta”. FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *Idem*. **O que é um autor?** 10 ed. Lisboa: Nova Vega, 2018, p. 89 *et seq.*

emoção estética que provoca, pela alegria diante do belo que ele proporciona, pela sensação de sublimidade ou de maravilha que ele dá motivo. Pode-se escolher um objeto pelo desagradado que ele provoca, pela repulsa e rejeição que ele, inicialmente, motivou, pela agressão aos sentidos que ele possa ter significado. A escolha de objeto na historiografia nasce, portanto, dos afetos do mundo, a partir da percepção que nossos sentidos fazem do que é pesquisado; das emoções e pulsões que o pesquisado nos provoca; a partir da apreensão memorativa e conceitual do que pesquisamos; da impressão estética, afetiva e emotiva que, aquilo que lemos, conhecemos e pesquisamos, proporciona; do trabalho da imaginação e da inteligência que dispara. Nunca devemos esquecer que no início de todo processo de pesquisa está um corpo humano, com tudo que ele é capaz e com tudo que ele implica. O objeto do historiador começa a se gestar no encontro do seu corpo com o mundo presente e com os restos do passado. Desde o princípio, a escolha de objeto está ligada ao desejo, à libido, à paixão do corpo pelas coisas do mundo, presente e passado.

Fazer defeitos nas memórias

Mas, da mesma forma que se considera, hoje, que o objeto de uma pesquisa em história não é apenas encontrado, achado, escolhido, mas é elaborado pelo historiador, sabe-se que não basta se definir um tema para que o início da operação historiográfica se dê. A elaboração do objeto já deve vir acompanhada, é inseparável da elaboração de uma problemática. O historiador deve ter, desde o início de seu trabalho, uma postura de questionamento, de problematização, de desnaturalização de sua temática. A escrita da história, ao contrário do que se crê, não visa nos aproximar do passado, mas visa dele nos distanciar, nos diferenciar, visa colocá-lo em perspectiva. A escrita da história trata de medir a distância entre o presente, no qual se encontra o historiador, e o passado. O trabalho do historiador visa localizar as linhas de passado que continuam compondo a trama do presente e inventariar quais linhas do tecido da história são específicas do presente. O trabalho do historiador consiste em separar o presente do passado, em fazer o inventário das diferenças entre as temporalidades, entre as variadas linhas temporais.⁷ O historiador tem como uma de suas mais importantes funções sociais o estabelecer marcos, marcações temporais, definir a própria passividade do passado.

A elaboração da problemática, das perguntas e questões que se farão ao passado, aquilo que Paul Veyne chamou de elaboração de uma tópica, permite esse afastamento crítico do historiador, situado num dado presente, do passado que toma como objeto.⁸ Ao problematizar as imagens já elaboradas sobre o passado, ao pôr em questão a tradição e as memórias, o historiador estará se

7 Cf. VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

8 *Idem*. **Como se escreve a história**. Brasília: EDUNB, 1982, p. 108 *et seq.*

afastando desse passado, tal como foi elaborado, narrado, descrito, significado até aquele momento. Uma pesquisa em história só se justifica, só faz sentido, se for para pôr em questão dadas narrativas já consagradas acerca de dado evento, personagem ou período do passado. Se ao propormos uma pesquisa em história, temos que dialogar com o estado da arte do nosso campo de estudo, devemos fazer uma análise da historiografia, dos trabalhos já escritos sobre o tema que escolhermos tratar, é porque a pesquisa que encetamos só se justifica se for para ir além ou para ir na contramão do que já foi escrito ou consagrado no campo. Apenas no caso de se abordar uma temática inédita, que se justifica pelo próprio ineditismo, que esse afastamento não se faz necessário.

O passado responde apenas às perguntas que a ele fazemos. A mudança da tópica, a mudança das questões que se fazem ao passado é responsável pelas novas aquisições no campo do conhecimento histórico. É o gesto de problematizar que funda uma posição de sujeito crítico, que legitima o lugar de sujeito de um saber científico, para o historiador. É ao escrever o próprio texto do projeto de pesquisa, ao adotar, nele, uma postura de distanciamento crítico em relação à própria cultura historiográfica já consagrada, ao senso comum historiográfico, que o historiador vai construindo, narrativamente, essa posição de sujeito de cientista, de crítico dos saberes institucionalizados. A elaboração de questões, o aparecimento das perguntas, que se vai fazer ao objeto, na própria trama narrativa do projeto de pesquisa, tem essa função de escavar, ao rés do texto, um lugar para um sujeito distanciado e dubitativo, problematizador, em relação às verdades já estabelecidas sobre dados episódios, sobre dadas figuras, sobre dadas épocas. Fazer da historiografia um saber crítico, fazer do trabalho do historiador uma atividade de questionamento das verdades prontas e consagradas é o que confere à escrita da história uma dimensão científica. Fazer uma história problema, tal como definiu os historiadores da Escola dos Annales, é fugir da mera descrição do evento, do personagem, do período, para tratá-los como se fossem problemas a resolver.⁹ O passado deve passar a ser visto como problemático, como uma temporalidade cujos sentidos estão sempre em disputa, cujas verdades são sempre circunstanciais e consensuais.

O historiador lida com diversas formas de memória, de tradição, com verdades instituídas e institucionalizadas. Ele deve ter uma atitude de inquirição e de suspeita diante das certezas das memórias, dos rituais e mitos da tradição, diante da onipotência e poder das verdades estatuídas. O historiador é aquele que faz defeitos nas memórias, que viola as memórias, que adota, diante delas, uma atitude crítica.¹⁰ A história é de natureza distinta

9 Cf. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

10 ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? *In*: GONÇALVES, Márcia Almeida; ROCHA, Helenice; RESNIK,

da memória. Enquanto a memória é vivida, nasce de uma dada experiência de vida, a historiografia é uma operação de crítica das e de dotação de sentidos distintos para as memórias. As experiências elaboradas e retidas pelas memórias, as experiências de vida não se inscrevem diretamente no texto do historiador. Fazer da experiência do homem do passado a matéria prima da historiografia, como propõe o historiador Edward Palmer Thompson, é não levar em conta que a própria atividade de pesquisa e escrita da história é, em si mesma, uma experiência transformadora de qualquer outra experiência com que venha a dialogar.¹¹ O historiador dialoga criticamente com as experiências que chegam registradas do passado, a historiografia não pode ser a mera reposição dessas experiências. A escrita da história, antes de mais nada, é fruto de uma experiência de pesquisa, de autoria de um texto, aspecto que os historiadores tendem a escamotear, escondendo-se de se assumir como o agente principal da experiência ali relatada, para dar a impressão que é a experiência dos próprios homens do passado que vem ali se inscrever, sem o filtro da experiência, inclusive emocional, afetiva, passional imaginativa, memorativa, corporal, erótica, sensível, libidinal vivida pelo historiador, pelo autor do texto, ao realizar toda a operação historiográfica. O texto do historiador elabora imagens das experiências passadas, atribui sentidos para essas experiências, a partir da própria reexperimentação dos eventos, das narrativas, dos signos e sinais deixados pelo passado, feita pelo historiador.

A historiografia é uma contramemória, ela é responsável, como dirá Pierre Nora, pela fragilização das memórias.¹² O mundo moderno, que deu centralidade e estatuto científico à escrita da história, foi aquele responsável pelo declínio das sociedades da memória, dos agrupamentos sociais que se regiam pela oralidade, pela transmissão de uma dada memória. A modernidade foi responsável pela proliferação dos lugares de memória, dos espaços voltados para o recordar algo ou alguém, como garantia que as memórias, cada vez mais precarizadas, não desaparecessem, não caíssem no esquecimento. A historiografia mantém uma relação agônica, conflitiva, questionadora em relação às memórias. Ao mesmo tempo que as recolhe, que as faz por vezes se proliferarem, como quando do uso do recurso da história oral, da realização de entrevistas, de histórias de vida, as coloca para funcionar em outro gênero discursivo, em outra lógica narrativa, as submete a operações metódicas de seleção, de recorte, de cesura, de citação, de interpolação em um discurso

Luiz; MONTEIRO, Ana Maria. **Qual o valor da História, hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 21 *et seq*; Cf. *Idem*. Violar memórias e gestas a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. **Clio**: série arqueológica, Recife, v. 15, n. 1, 1994.

11 THOMPSON, Edward P. O termo ausente: experiência. *In*: THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180 *et seq*.

12 Cf. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993.

outro, o discurso do historiador as ressignifica, as faz ganhar novos sentidos. O historiador não faz historiografia se se propor a respeitar as memórias alheias, de seus entrevistados, de seus personagens. A escrita da história implica uma operação intelectual de deslocamento de sentidos, de cesura crítica do tecido das memórias. Se a memória é uma trama, o historiador é aquele que, a golpes da tesoura da crítica, da análise, da interpretação, recorta, retalha essa trama, para recosturá-la aos pedaços, aos fragmentos, na trama narrativa tecida por ele mesmo. As memórias são convocadas a dizer aquilo mesmo que o historiador quer que digam. Muitas vezes, o historiador esconde seu rosto de autor do texto, esconde sua voz, que emite uma dada opinião, através do uso da memória de outrem, como se fosse a memória citada, como se fosse o sujeito da memória referida, que diz o que, na verdade, é o historiador que está dizendo.

O historiador lida com, manipula memórias, e, por isso mesmo, tem que estar submetido a prescrições éticas, a regras voltadas para a observância de princípios como: a da checagem das informações; da multiplicidade e cruzamento dos testemunhos; do respeito ao contraditório; da obrigação de ouvir, se possível, todas as partes envolvidas em um evento; do respeito ao sigilo exigido pelo depoente; do respeito aos direitos humanos, à dignidade humana, ao direito a privacidade e a intimidade, quando não se quer que sejam reveladas. É assegurado ao historiador, inclusive constitucionalmente, o direito à interpretação, à crítica, à opinião, à ressignificação daquilo que chega como documento, às suas mãos. Ao historiador está assegurado o direito a dar inteligibilidade ao evento, o direito de discordar das interpretações ou das versões oficiais dadas aos acontecimentos, mas a ele não está permitido negar a ocorrência dos eventos mesmos, desde que essa esteja sustentada pela existência de evidências, de documentos, de rastros, de marcas, de sinais. O negacionista não é o historiador que discrepa de uma dada interpretação, de uma dada versão, de uma dada leitura do/para o evento, o negacionista é aquele que quer negar a ocorrência do evento, que quer apagar o passado, que quer fazer de conta que algo não ocorreu, muitas vezes exigindo a apresentação de provas que sabe que foram destruídas propositalmente.

A materialidade do arquivo

A operação historiográfica, propriamente, se inicia, quando o historiador, munido de um tema e de um conjunto de questões, entra em contato com o arquivo, com a materialidade do arquivo. Ambicionando encontrar o maior volume de dados possíveis sobre suas temáticas, dispostos a encontrar as respostas para suas questões, é comum que os historiadores prestem pouca atenção às dimensões materiais do arquivo, para além daquela atinente aos documentos, às imagens, aos objetos que veio compulsar. Até mesmo quando se trata dessa documentação, onde estariam os rastros

que procura sobre aquilo que aconteceu no passado, grande parte de sua materialidade queda invisível ou desprezada pelo profissional da escrita da história, numa demonstração de que não vemos essencialmente com os olhos, que nosso olhar é dirigido por uma intencionalidade no ver, que não se passa ao rés dos olhos, mas que advém dos conceitos, das expectativas, do imaginário, do desejo que direciona o foco do olhar, em dado momento. Costumeiramente, o historiador só verá no arquivo aquilo que quer ver ou que está preparado conceitualmente e sensivelmente para ver. Seu olhar será guiado, em meio à plethora de informações, que as dimensões materiais do arquivo possuem, por suas expectativas prévias, por uma visibilidade prévia, um modo de ver que foi educado no próprio período de formação no ofício e na própria prática profissional. Nunca podemos ver tudo que está a nossa volta, todo olhar é seletivo, todo olhar vê o mundo, as coisas a partir de uma dada perspectiva, a partir de um dado ângulo de visão, que é conceitual e sensivelmente produzido. Vejo o que os conceitos de que disponho me permitem ver, vejo o que meu olho está educado para ver.

Quando um historiador se dirige a um arquivo, quase sempre começa por ignorar a materialidade arquitetônica do prédio onde ele se localiza. É como se aquelas paredes, que configuram uma história institucional, não fornecessem elementos para a análise do que elas guardam. No arquivo, desde o seu mobiliário, passando por sua história como instituição, até chegar no acervo que o compõe, há várias camadas de temporalidade, há várias informações temporais, que podem passar despercebidas pelo historiador. De posse do documento que veio consultar, fascinado pelas informações, pelos dados, pelas notícias que ele possa trazer, muitas vezes, o historiador fica desatento às dimensões materiais mesmo, daquilo que chama de fonte para sua pesquisa. Como fonte ela deve apenas jorrar informações, dados, notícias, descrições, imagens do passado, sem que se atente para a materialidade do suporte mesmo, dessas fontes históricas. Absortos em ler nos jornais as narrativas de eventos passados, muitas vezes, os historiadores sequer prestam atenção no tipo de papel, na disposição das matérias em casa página, na particularidade dos tipos gráficos utilizados, nas marcas deixadas pelo tempo em suas páginas, inclusive nas marcas, porventura, deixadas pelas leituras de outros historiadores. Pouco se leva em conta, na hora de fazer a análise da notícia encontrada, em que página do jornal ou da revista ela estava, em que seção se encontrava, que outras matérias estavam ao seu lado, o tamanho do caractere utilizado para estampá-la. Muitas vezes sequer se leva em conta o status da matéria no interior do periódico: era a matéria principal, a notícia da manchete do jornal ou estava reduzida a uma pequena nota, numa página interior do jornal. Todos esses aspectos são elementos de análise, de localização, de situação daquilo que se vai analisar.

A ida ao arquivo é o que permite e legitima o saber histórico. Hoje, com os arquivos digitalizados, o historiador não precisa, necessariamente,

frequentar um arquivo físico, mas continua obrigado a ter contato com a materialidade do arquivo, materialidade, atualmente, de outra natureza. O arquivo continua apresentando uma materialidade, mesmo que não seja mais analógica. Uma imagem na tela de um computador apresenta uma dada materialidade, específica, que deve ser levada em conta e analisada na hora em que se vai utilizar as fontes que foram assim compulsadas, levantadas. Desde que o saber histórico foi institucionalizado como um saber científico, no século XIX, é a pesquisa de arquivo, ou é a elaboração de um arquivo, pelo próprio historiador, que dá suporte, que permite que o saber histórico seja possível e que, ao mesmo tempo, o torna legítimo socialmente. A historiografia, a escrita da história, é um discurso mediante documentos. O saber histórico se apoia no que restou da própria materialidade do passado. O arquivo, para o historiador, é constituído daquilo que foi salvo e foi guardado, vindo de um tempo passado. O arquivo reúne, coleciona, seleciona, classifica, organiza e disponibiliza fragmentos materiais do passado. O arquivo é produto de uma série de operações técnicas e de sentido, que ordena e reordena, que separa e aglutina, que estabelece e desfaz séries documentais, que nomeia e renomeia coleções documentais e de artefatos, que dá acesso ou mantém em sigilo dado corpo documental. O arquivo, isso o historiador nunca pode esquecer, é uma instituição e, como tal, articula a produção de saberes com o exercício de poderes. O arquivo é político, desde o princípio, à medida que se baseia num gesto de eleição, de seleção, de aceitação ou rejeição de dada documentação, de dado tipo de monumentos vindos do passado. O arquivo é um lugar de fala, mas é também um lugar de silenciamento, de produção e obliteração de dados sentidos para aquilo mesmo que guarda. O arquivo é político porque estará sempre ordenado e funcionará a partir de uma dada política e uma dada polícia do arquivamento. O arquivo mostra, mas o arquivo esconde, o arquivo disponibiliza e indisponibiliza, o arquivo preserva e o arquivo destrói. Por isso, o historiador nunca deve ter uma postura de inocência diante do arquivo, seja ele analógico ou digital. As mesmas perguntas permanecem sendo válidas: Quem instituiu esse arquivo? Quando foi criado? Com que finalidade, com que objetivos? Quem o sustenta e mantém?

O que particulariza o saber histórico é essa sua relação com o arquivo, é a sua relação com tudo que resta do passado circulando no presente. A regra de ouro do ofício de historiador é que tudo que se venha a afirmar, tudo que se venha a dizer e escrever, esteja amparado pelo arquivo, esteja baseado em fontes, em documentos. O historiador está limitado a dizer aquilo que recebeu algum tipo de registro, no passado. Todos aqueles eventos, todas aquelas vidas humanas, que não deixaram de si registros, marcas, restos, sinais, estão definitivamente perdidas para a história. O arquivo é a possibilidade, mas também é o limite para a historiografia. A partir do arquivo, o historiador pode dizer muito, mas não pode dizer tudo. O historiador sempre há de

reconhecer que há zonas de sombra no passado, que só podem ser tratadas se novos arquivos, se novas fontes forem descobertas. O passado é lacunar, como já nos ensinava Paul Veyne, exatamente, porque dele só nos chega fragmentos, através das várias formas de arquivo.¹³ O historiador está sempre remanejando o arquivo, o reordenando, estabelecendo novos recortes, novas séries, fazendo a ele novas questões, mas não pode desconhecer ou superar os limites que ele impõe ao seu conhecimento. Se o arquivo permite muitas leituras, muitas interpretações, muitas análises distintas, a sua materialidade é limitada e impõe limites, fronteiras ao conhecimento que se pode, a partir dele, produzir. Há projetos de pesquisa em história que se inviabilizam, que se mostram impossíveis de ser levados a termo, quando o historiador entra em contato com o arquivo e nele não encontra aquilo que esperava, aquilo que poderia dar suporte as suas pretensões de pesquisa. A obrigatoriedade de fabricar o conhecimento sobre o passado a partir de elementos de arquivo, a partir de fragmentos materiais deixados por esse mesmo passado, é o que diferencia o saber histórico do saber literário. A obrigatoriedade de citar o arquivo é o que dá à escrita da história sua singularidade diante da escrita literária. A citação do arquivo é uma regra inegociável da escrita historiográfica. O arquivo é que garante a citação do anedótico, como falava Roland Barthes, que confere ao texto do historiador o seu efeito de verdade, o efeito de verossimilhança.¹⁴ O arquivo é que permite que o texto do historiador não seja um texto fechado em si mesmo, como o texto literário, mas que ele aponte para um fora dele, para um real, para uma realidade, que lhe dariam amparo e que o legitimariam.

O historiador é um profissional que sofre do mal de arquivo, nos termos discutidos por Jacques Derrida, ou seja, tem na materialidade do arquivo a possibilidade de seu discurso, mas encontra nela, também, a impossibilidade do dizer.¹⁵ O arquivo permite múltiplas escavações, diversas digressões, mas é sempre inseparável de uma zona de silêncio, muitas vezes, institucionalmente produzida. Esse silêncio se amplia quando o historiador deixa escapar distintas camadas de sentido que estão ancoradas na própria materialidade do arquivo. Há um inconsciente do arquivo, há nele pistas, sinais, sintomas, traços, marcas, que escapam à racionalidade e à consciência do historiador, por seu olhar não estar treinado para vê-los. O desejo faz ver, mas o desejo cega, e o desejo de arquivo que move o historiador não é diferente. Vai-se ao arquivo e encontra-se o que se deseja encontrar, mas, por isso mesmo, não se encontra com outras coisas que lá estão, não se encontra, em grade medida, com várias dimensões materiais mesmas do arquivo. Não há onipotência capaz de fazer com que a

13 VEYNE, Paul. **Como se escreve a história...** *Op. cit.*, p. 18 *et seq.*

14 BARTHES, Roland. Da história ao real. *In: Idem. O rumor da língua.* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 163 *et seq.*

15 Cf. DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo:** uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ida ao arquivo não implique em perdas, em despistes, em esquecimentos, que conformarão e configuração o próprio arquivo particular que cada historiador produz, organiza, fabrica, a partir de suas atividades de pesquisa. Quem já foi a um arquivo sabe que muito do que nele encontramos se dá por acidente, por acaso, sem que se tenha planejado previamente. O arquivo é lugar de encontros e desencontros, da descoberta alegre e da decepção entristecida. O arquivo é lugar de emoções, tanto quanto de operações metódicas e racionais. Se essa é a etapa da pesquisa sobre a qual os historiadores mais gostam de falar, se nas introduções de seus livros, textos, monografias, teses e dissertações é um dos poucos momentos em que o historiador comparece em primeira pessoa; se o momento de descrever a ida ao arquivo, o encontro com os documentos, a aplicação de regras metodicamente e metodologicamente orientadas, na procura pelos dados da pesquisa, é o único momento, em sua narrativa, em que o historiador diz eu, assume a posição de sujeito singular, o lugar de autoria da pesquisa, é porque todo historiador sabe que a ida ao arquivo é o que sustenta e legitima socialmente o seu discurso. Mas, ao narrarem as idas ao arquivo, os historiadores obliteram todas as dimensões afetivas, sensíveis, emotivas, dessa frequentação. A narrativa faz crer que o historiador era apenas um ser razoável, um ser racionalmente orientado, um ser metodicamente dirigido, que sua experiência de arquivo foi só intelectual e não afetiva, sensível, emocional, desejante. O historiador jamais confessará a lágrima comprida que caiu ameaçando a própria integridade de seu documento de papel. Não será de bom tom confessar os arrepios que percorreu sua pele ao entrar em contato com um dado corpo documental.

Feixes de signos

O arquivo é um verdadeiro banquete de signos. Ao entrar em um arquivo, o historiador é convocado, todo tempo, a dar sentido, a produzir significado para o que ali se encontra. Tudo a sua volta pode assinalar, piscar, provocar afetos em seu corpo, pode acutilar a sua curiosidade, pode desafá-lo a perceber, a ver e a dizer. O historiador comparece ao arquivo em corpo e alma. Mas será o corpo a primeira superfície de registro dos signos que ali circulam e que ali jazem guardados em carpetas, pastas, caixas, pacotes, maços, mostruários, estantes, armários, etc. Antes de que a câmara digital faça sua operação de registro, antes que o HD venha guardar a massa de dados ali encontrados, os signos documentais, ali presentes, já passaram pelo registro do corpo. Foi o corpo do historiador que primeiro percebeu, registrou, decodificou, os signos ali encontrados, foi ele que estabeleceu a seleção do que ia merecer outras formas de registro. Foi no corpo a corpo com o arquivo que seleções foram feitas, que separações e exclusões se processaram, que hierarquias se estabeleceram, que admissões e rejeições se efetivaram. Os signos do arquivo nos chegam através dos cinco sentidos, embora seja inegável, na atividade de pesquisa historiadora, o privilégio dos

olhos e, algumas vezes, dos ouvidos. Mas, sem que por vezes se deem conta, o contato com os signos do arquivo, possui uma dimensão tátil, não apenas porque os olhos como que tocam as coisas para as quais olham, mas porque o contato com o documento se faz literalmente através da manipulação, do uso das mãos, mesmo que tenham que estar enluvadas. O historiador experimenta, muitas vezes, uma enorme emoção em apenas se saber tocando um objeto, um texto, um caderno, um diário íntimo, um livro que já foi tocado por alguém do passado, por quem tem um enorme apreço. Não temos muita consciência dos efeitos de sentido, dos efeitos intelectivos, que um documento taticamente desagradável teria sobre um historiador. Os historiadores, notadamente aqueles portadores de uma sensibilidade romântica, nostálgica, saudosista, sentirão um enorme prazer, uma gratificação diante daqueles documentos que exalam “cheiros de passado”: cheiro de bolor, cheiro de papel envelhecido, cheiros que neles permanecem, como um perfume, o odor de cigarro, que remetem ao personagem que os tiveram entre as mãos. A leitura dos documentos nos traz, por vezes, o amargo à boca, nos faz salivar, nos aproxima da náusea e do mau gosto.

O historiador lida todo tempo com signos deixados pelo passado. O historiador é um profissional que faz a leitura de signos, que os decodifica, que lhes dá sentido e significado. As operações que levam à escrita da história possuem, todas elas, dimensões semiológicas, semióticas, hermenêuticas. O historiador é um profissional do sentido, da dotação de sentido, que faz os fragmentos do passado fazerem novamente sentido, no presente. Os signos, antes de mais nada, são produtores de afetos. As afecções dos sentidos humanos, as interpelações que nosso corpo recebe dos signos do mundo, através dos cinco sentidos, é o ponto de partida da escrita da história, como é de qualquer ação e criação humanas. Os signos, para isso, precisam ser percebidos, precisam ser registrados, nem tudo que nos afeta através de nossos sentidos conseguimos reter. Henri Bergson vai destacar o papel da memória, da própria memória corporal, na constituição da percepção, na retenção dos signos do mundo.¹⁶ Quando um historiador entra no arquivo, seus sentidos são bombardeados com informações, mas nem tudo ele consegue perceber. Às vezes, aquilo que ele chama de concentração, que valoriza tanto, o seu medo de dispersão, leva a que focalize sua atenção, que coloque todos os seus sentidos em alerta, para a captura de determinados signos, o que o leva à insensibilidade, à cegueira em relação a outros signos. Os historiadores não costumam se colocar de corpo inteiro em sua pesquisa, quando fazem dela um relato. Fazem questão de discutir, longamente, as operações mentais que realizaram em seu percurso de pesquisa, mas calam sobre as operações sensíveis, sobre os afetos que ocorreram na trajetória como pesquisador. A maioria das metáforas, das

16 Cf. BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

imagens retóricas, utilizadas no texto do historiador, remetem para a visão, para o olhar, para o ver, como o único sentido mobilizado na atividade de pesquisa, já que a visão está associada, no imaginário ocidental, ao ato de descortinar a verdade, de descobrir o verdadeiro. A historiografia possui um discurso ocolocêntrico, um discurso que esconde, quando não despreza, a participação de outros sentidos corporais na produção do sentido semiológico dos signos com que lida. As metáforas visuais tendem a prevalecer, inclusive, em textos que lidam com os sons, com a música. Como o texto do historiador deve tornar visível, deve criar imagens do passado, deve colocar sob os olhos do leitor cenas do passado, a tendência é que a retórica historiográfica privilegie as imagens visuais em detrimento das imagens ou das palavras que remetem aos outros sentidos.

No arquivo, o historiador encontrará feixes de signos, séries sígnicas, que deverá registrar, para além do registro corporal. Deverá dar a esses signos algum novo suporte de inscrição. A pesquisa historiográfica é toda constituída do transporte de signos, da transferência dos signos de um suporte para outro: o texto do jornal transcrito a mão no caderno, fotografado com a câmera digital, digitado na tela do computador, etc. Nesse transporte e nessa reinscrição em novo suporte, os signos sofrem mutações, sofrem transformações, nas quais partes significativas e significantes deles podem se perder. A matéria, extraída do jornal, perde todo o seu contexto de inscrição na página do periódico. A imagem, deslocada do texto que a acompanha, ganha, isoladamente, outros sentidos. O objeto arrancado de seu contexto social e cultural de uso, o objeto recontextualizado no museu, ao ser fotografado ou filmado pelo historiador, é despido desses dois contextos de inscrição. O historiador desloca os signos que coleciona para um outro contexto de inscrição: o do próprio arquivo por ele organizado, pensando em seu objeto, em seu tema, em suas problemáticas de pesquisa. Os signos ganham novos sentidos ao serem inscritos, não apenas em novos suportes de inscrição, como também, ao passarem a fazer parte de um outro arquivo. Os feixes de signos serão rearranjados, reorganizados, remanejados, recortados, a partir de critérios distintos daqueles que os reuniam no arquivo anterior. A ressignificação dos signos do passado, que é a tarefa do historiador, começa desde as operações de transporte dos signos, que ele realiza em sua pesquisa. A atividade do historiador, nesse sentido, é poética, desde o princípio, já que realiza o transporte de signos e, com ele, o transporte de sentido, procedimento, figurado na linguagem, pela metáfora, figura de linguagem que está na base de todo e qualquer procedimento poético. O historiador metaforiza, não apenas quando escreve, mas, metaforiza ao transportar signos e, com eles, sentidos, nas suas operações de pesquisa.

Como trabalha com signos, e esses estão abertos a distintas interpretações, o historiador nunca estabelecerá o sentido definitivo dos signos que toma como objeto de análise. Signo é tudo aquilo que, possuindo

algum nível de materialidade, atinge nossos sentidos e convoca o sentido, que pede que digamos o que é e o que significa, que o nomeemos e lhe atribuamos significação. O historiador lida com um feixe praticamente inabarcável de signos, já que lida com signos temporais, ou seja, com sinais, emblemas, assinalações, que denunciam a temporalidade inerente a cada ente do mundo. Como a totalidade dos entes que povoam o mundo humano, em qualquer época, são dotados de temporalidade, estão localizados num dado tempo e trazem as marcas desse tempo, praticamente qualquer entidade material e, inclusive, imaterial, imaginária, fantasmática, simbólica, onírica, desde que tenha tido alguma forma de registro, alguma forma de expressão, de materialização, são passíveis de se tornarem signos para o historiador. Ele é um leitor das marcas temporais presentes na epiderme do mundo dos homens e mulheres. A chamada revolução documental, ocorrida na historiografia, ao longo do século XX, se deveu ao fato de que os profissionais da área se deram conta de que podia-se tomar como documento, como indicio, como sinal, como evidência, como presença de uma dada época, praticamente toda e qualquer coisa que dela chegou até nós, desde elementos ditos naturais, até toda e qualquer forma de artefato humano. Como há muito tempo apontava Jacques Le Goff, os historiadores romperam com a ideia, majoritária no século XIX, de que haveria a destinação de certas coisas a ser fontes históricas, de que haveria artefatos humanos naturalmente dotados dessa qualidade de documento, de prova para o trabalho do historiador.¹⁷ Sabe-se, hoje, que a chamada fonte histórica surge de um trabalho do historiador, no interior do vasto arquivo das marcas temporais, que tem à sua volta. Será fonte histórica, será documento, aquilo que o historiador, através de gestos técnicos e de atribuição de sentido, assim o defina. É o historiador que recorta, entre os inúmeros feixes de signos de temporalidades, que estão à sua disposição, aqueles aos quais vai conferir o estatuto de documento, de monumento, de fonte histórica. É o historiador que fabrica suas fontes, que as esculpe, por isso o historiador francês nos fala da passagem do documento ao monumento. As fontes não são simplesmente encontradas, achadas, são produzidas, através de procedimentos metodologicamente orientados. O historiador apreende os signos temporais e dá a eles uma nova destinação, ao fazer deles objeto das leituras e análises destinadas a inventar o passado, a dar ao passado uma existência, e sentidos novos, no presente.

A produção do outro

O historiador é o profissional da construção da alteridade e não da identidade, como por muito tempo se pensou e se praticou. O historiador lida sempre com um outro, que pode ser o passado em sua inteireza, um

17 LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Idem. História e memória*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 535 *et seq.*

evento, um personagem, uma dada época. Em vez de nos aproximar do passado, em vez de produzir a continuidade e semelhança entre o passado e o presente, o trabalho do historiador visa inventariar as diferenças entre as temporalidades, visa estabelecer a singularidade e a individualidade de cada tempo que toma como objeto, de cada evento, de cada personagem, de cada época que investiga. O historiador produz demarcações entre os tempos, estabelece marcos e fronteiras temporais, através do gesto de separação e distinção entre as temporalidades, que são imanentes aos objetos que estuda e ao seu próprio tempo de historiador. A escrita da história não visa criar continuidades no tempo, mas inventariar as descontinuidades que o escondem, que o segmentam. O historiador tem consciência que há elementos de continuidade entre passado e presente, mas não são esses elementos que definem um dado momento, no tempo, mas aquilo que lhe é próprio, específico, singular. O historiador deve estar atento ao fato de que mesmo as sobrevivências do passado, no presente, possuem outros sentidos, exercem outra funcionalidade, estão articuladas a outros contextos, que lhe confere uma facticidade específica. O que retorna do passado, o faz diferencialmente. O historiador lida com várias linhas temporais, umas que se estendem até o presente, outras que são específicas do passado, são elas que conferem a passadidade ao tempo que se foi. Mas, mesmo as linhas temporais que chegam até o presente, o fazem às custas de mudanças e adaptações.

O historiador é um especialista em mudanças, rupturas, transformações, cortes, cesuras no e entre os tempos. Ao contrário de profissionais como o antropólogo, o sociólogo ou o economista, que podem se ater a elaborar um instantâneo de uma dada cultura, de uma dada sociedade, de uma situação econômica, que podem nos descrever uma cena, uma pose, um quadro confinado a um dado tempo, a um dado momento, o historiador tem que se movimentar entre pelo menos duas cenas, dois instantâneos, dois quadros, inventariando as mudanças ocorridas, as transformações acontecidas entre esse momento primeiro e o segundo. Se outras ciências humanas podem fotografar, podem fazer fotografia de um dado instante, de um dado momento, de um presente de dadas culturas, sociedades ou estruturas econômicas, o historiador há de fazer cinema, ou seja, há de se movimentar entre pelo menos dois fotogramas, duas fotografias, dois momentos distintos, para diagnosticar as rupturas, as cesuras entre essas duas figuras do tempo. O historiador fabrica uma temporalidade nesse gesto de deslocamento, de movimento, entre pelo menos duas situações, entre uma cena passada e uma cena presente. O historiador inventaria os sinais, as marcas, os indícios que a passagem do tempo deixou. Como num jogo de erros, ele procura, na segunda cena, o que a difere, o que está diferente, mudado, diverso em relação à cena primeira. A noção de processo, tão grata aos historiadores, remete a esse gesto de diagnóstico, de identificação e de figuração de um dado movimento de

mudança, de diferenciação entre um antes e um depois. O processo não deve ser entendido como uma espécie de ponte, como uma espécie de passagem, de corrente ligando o passado ao presente. Adotar a noção de processo histórico, não implica pensar como o historicismo o fez, no século XIX, que processo é um fluxo contínuo de eventos que faz o presente ser uma continuidade do passado. Podemos pensar um processo descontínuo, um processo marcado por rupturas, um processo trabalhado por dentro pelas forças da diferenciação, um processo em que a mudança seja imanente.

Se o historiador constrói a alteridade, a diferença entre as temporalidades, o mesmo ocorre em relação às formas de exercício do ser humano. O historiador desconfia do discurso humanista, quando este advoga a existência de uma dada forma de ser Homem, universal e atemporal. O historiador, como o antropólogo, inventaria as diversas formas de existência e as diversas ocorrências do que seria o humano. Rompendo com o eurocentrismo e o etnocentrismo, que caracterizaram a historiografia, desde a Antiguidade, os historiadores contribuíram para a percepção de que, ao longo do tempo, em temporalidades diversas, diferentes maneiras de ser humano existiram e não deve haver entre elas nenhuma forma de hierarquia. Se durante muito tempo a historiografia se apoiou no conceito de civilização, estabelecendo uma hierarquização entre o que seriam distintos estágios de evolução das sociedades humanas, hoje os historiadores suspeitam dessas hierarquias nascidas do pensamento colonial e do imperialismo. A historiografia, embora teime em não abrir mão da ideia da existência de uma história universal, de um processo histórico único e integrado em termos globais, o que só se tornou possível com a expansão europeia sobre as outras partes do mundo, no início da modernidade, contribuiu para a construção de uma visão mais plural acerca das sociedades humanas. Sabemos que os homens e mulheres do passado são formas distintas de ser humano, em relação aquelas prevalentes no presente. O historiador está longe de encontrar e pressupor uma identidade entre um homem do século XVI e um homem do século XX. A história nos ensina a aceitar a diversidade de formas em que se conjuga o ser humano. O historiador é um elaborador de figuras de sujeito, é um descritor das várias formas de se ser sujeito humano, no passado. A escrita da história serve, entre outras coisas, para que tenhamos contatos com os vários rostos que os humanos já apresentaram ao longo do tempo. Mesmo nos corpos humanos, como lembrará Michel Foucault, não há nada fixo, não há nada que possa garantir a continuidade, a perpetuidade, de maneiras de ser humanos.¹⁸ Construídos, a partir de nossas carnes, nossos corpos são elaborados no interior de uma dada estrutura social e cultural, que lhes confere historicidade. Esse conceito, tão fundamental para

18 FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018, p. 55 *et seq.*

o conhecimento histórico, implica, justamente, pensar que nada no homem e no que diz respeito a ele está infenso à mudança. A historicidade é essa qualidade, inerente a todas as coisas, a todos os homens e mulheres, a todas as sociedades e culturas, de sofrer os efeitos da passagem do tempo, de ser marcados e transformados pelo tempo. Se nada passa incólume pelo tempo, como advogar a existência de identidades e semelhanças entre sujeitos pertencentes a temporalidades diversas?

O historiador é alguém que deve ter enorme respeito por esse outro que o mira do passado. Um princípio ético, importante na profissão de historiador, é a observância do respeito por essa outridade do outro, é a observância do direito à diferença. O historiador, diante da diferença do outro do passado, deve realizar um esforço de compreensão e não submeter o personagem do passado a uma valoração ou a um julgamento. É perfeitamente previsto e aceitável que o historiador se distancie, criticamente, desse outro que toma como personagem da trama histórica, mas esse afastamento deve ser de forma substantiva e não meramente de forma adjetiva. Estabelecer a diferença do outro, situar e compreender historicamente essa diferença, demonstrar que representa valores já não mais aceitos hoje ou que nunca poderiam ter sido aceitos, não é o mesmo que adjetivá-lo, que crivá-lo de epítetos, da mesma forma que já não se aceita um texto de historiador feito para alabar, para louvaminhar um dado personagem do passado. Fazer um esforço de tentar entender como foi possível histórica e socialmente aquela dada figura de sujeito, como foi possível numa dada cultura a existência de formas do humano, tão diversas daquelas com as quais convivemos. Aprender a lidar com o diferente, com o estranho, com o estrangeiro, aprender a aceitar a alteridade, é uma das tarefas sociais da historiografia e do próprio ensino de história. Sabermos que os homens e mulheres já foram muito diferentes no passado, que seus valores, hábitos, costumes, leis, imaginários, formas de pensar e de agir foram muito diferentes das nossas, nos ajuda a relativizar os elementos de nossa própria cultura e de nossa sociedade, aceitar o fato de que os humanos podem ser muito diferentes de nós mesmos.

Uma ciência *sui generis*

Por que podemos considerar que a história é um saber científico? Porque como todo saber que aspira a esse estatuto, a história é um saber normatizado, um saber cuja produção obedece a regras, a normas, a procedimentos, institucionalizados. A produção historiográfica obedece a regras definidas pelo conjunto dos historiadores através de seus fóruns institucionais e das instâncias de regulação do ofício, como as instituições de pesquisa, as universidades, as associações de historiadores, os eventos acadêmicos da área, etc. Como todo saber que aspira à condição de ciência, a historiografia requer a publicidade de sua

produção, a crítica e o debate públicos de qualquer nova maneira de se proceder, na hora de se fabricar o artefato historiográfico. A feitura da pesquisa histórica é regulada por procedimentos metodológicos, nascidos da própria experiência no exercício do ofício, o que dá origem a uma cultura historiográfica, repassada nos cursos de formação de historiadores e permanentemente discutida entre os próprios pares. São os próprios historiadores nas instâncias de controle da produção historiográfica (conselhos editoriais, conselhos científicos, pareceres ad hoc, conselhos técnico-científicos, bancas de avaliação acadêmica, juris de prêmios acadêmicos, resenhas acadêmicas, etc) que definem as regras que devem presidir a produção historiadora, regras que estão sujeitas a permanentes mudanças.

Como todo saber científico, a historiografia é o um saber regulado, regrado, normatizado. A historiografia se alçou à condição de ciência, justamente, quando, no século XIX, as chamadas escolas metódicas, trataram de metodizar, de regulamentar, de dotar a pesquisa histórica de uma metodologia própria e apropriada a seu objeto. A palavra metodologia advém etimologicamente da palavra grega “*methodus*”, ela é a composição de duas outras palavras gregas, “*meta*”, que quer dizer “atrás, depois” e “*hodus*”, que quer dizer caminho, acrescida do sufixo “*logos*”, estudo, conhecimento, poderia se dizer, portanto, que uma metodologia é um caminho, uma trajetória na direção do conhecimento, uma via de estudo de um dado tema. A metodologia é uma maneira de se ir atrás, de se ir buscar, de se caminhar na direção do conhecimento. Uma metodologia, no campo da história, visa levar o pesquisador a trilhar uma série de passos, ordenados e hierarquizados, na direção de alcançar uma meta, que é o conhecimento a respeito do evento que está pesquisando. Talvez por ter sido a dimensão da pesquisa histórica que conferiu o status de ciência à historiografia, é sobre a metodologia que mais os historiadores apreciam discorrer. É comum que no momento da descrição e discussão da metodologia de pesquisa adotada, o historiador fale em primeira pessoa. Quase sempre, esse é o único momento em que o historiador diz eu, assume a posição de sujeito de autoria, se coloca em primeira pessoa. Parece continuar a habitar o inconsciente dos historiadores, o inconsciente disciplinar, essa prevalência do método, a etapa metódica da pesquisa, a etapa da operação historiográfica que Michel de Certeau nomeou de disciplina. A história poderia ser chamada de uma disciplina, como se faz inúmeras vezes, por ser esse saber disciplinado e disciplinarizado pela observância de um método de pesquisa.

A metodologia é o conjunto de atividades, de operações, de tarefas, que o historiador realiza ao se engajar num trabalho de pesquisa. Para se configurar como um método, essas atividades, essas operações, essas tarefas, devem estar dispostas numa dada sequência, devem estar ordenadas e hierarquizadas de uma dada maneira. A metodologia responderia à pergunta pelo que fazer em cada momento da pesquisa: que procedimentos adotar para acessar a documentação,

para produzi-la e reproduzi-la, como ordenar e organizar a documentação, como classificá-la e recortá-la, como lidar com ela, como produzir os dados a partir dela, como analisar essas fontes, como fazer a leitura e a interpretação delas, que tipo de análise se irá fazer, que passos se irão dar no momento dessa análise. O historiador poderá optar por metodologias de caráter qualitativo ou de caráter quantitativo, mas estará sempre sujeito a metodologias que levem à dedução. Por lidar com uma materialidade marcada pela ausência e pela morte, por lidar com restos, com fragmentos, com traços do passado, o historiador raramente poderá fazer uso da indução. Ele não poderá induzir um ser do passado a fazer ou realizar algo, não poderá induzir um documento a dizer o que ele quer, ao contrário, deverá deduzir, a partir de suas informações, como foi a inteireza da cena passada da qual ele é apenas um fragmento. O saber histórico, implica, portanto, desde a sua metodologia, aquilo mesmo que lhe conferiria foros de ciência, um papel decisivo para a faculdade da imaginação dedutiva, em detrimento de uma racionalidade indutiva, instrumental. O deduzir é um gesto imaginativo e, portanto, poético, ficcional. Na dedução, a partir de fragmentos de um todo, de restos de uma cena, de traços de um personagem, de um acontecimento, devo criar imaginativamente a totalidade, a cena completa de onde aquele fragmento teria sido retirado; foi a esse procedimento dedutivo, que o historiador Carlo Ginzburg deu o nome de paradigma indiciário, que seria aquele específico da ciência da história, aparentado ao próprio método de investigação policial e judiciária, da hermenêutica médica e divinatória. A partir de indícios é preciso tentar reconstruir toda a cena do crime, a partir de sintomas é preciso se chegar à doença em sua totalidade. O mesmo faria o historiador. A partir de fragmentos deixados pelo passado, tentaria reconstruir totalidades. Mas onde se passa essa reconstrução, ela não é apenas um gesto de raciocínio, de esperteza mental, essa reconstrução só é possível se articulando as faculdades da razão e da imaginação, o que chamaríamos de imaginação retrospectiva ou retrodictiva. O historiador imaginaria na contramão do tempo: ao invés de imaginar futuros, imaginaria passados, cenas passadas. Ao contrário do que quer o historiador italiano, o indício não nos leva a recuperar a totalidade mesma da realidade, tal como ela foi, mas permite elaborar uma imagem genérica e plausível, verossímil de como as coisas se passaram.

O fato de que na própria etapa metódica da operação historiográfica compareça a imaginação poética, o gesto ficcional, a capacidade não de mentir (ficção não é necessariamente o oposto de verdade ou de realidade), mas a capacidade de imaginar, de figurar, de produzir imagens mentais, de dar existência visível a algo ausente e invisível, faz da história uma ciência *sui generis*, uma ciência com singularidades e especificidades, como todas as demais ciências. Na imaginação histórica se articulam, como em toda imaginação, conceitos e imagens. Enquanto a presença necessária do conceito, da teoria, das categorias que ajudam a entender, a racionalizar, a conferir

certa lógica aos eventos passados, fazem parte da dimensão científica do saber histórico, as imagens, a imaginação poética, a ficcionalização de cenas, personagens, eventos, temporalidades, conferem à história uma dimensão artística. A história é a arte de inventar conceitualmente o passado, é a ciência que dá inteligibilidade às imagens do passado. A história é um saber de charneira, é um saber alojado entre o campo científico e o campo artístico. Desde as suas primeiras operações, desde as atividades realizadas no arquivo que razão e imaginação andam juntas. As práticas do historiador remetem a um artesanato, a uma arte que se aprende no próprio ato de fazer. O historiador exerce um ofício muito mais aparentado a uma atividade manual, manufatora, do que uma atividade maquínica, mecânica, maquinofatora. No ateliê do historiador, em sua biblioteca, em sua sala de estudos, conceitos e imagens se misturam e convivem, conceitos abstratos e imagens do concreto se fundem em seu relato. Como o resultado final do trabalho do historiador é a escrita do texto, é a produção da escrita historiográfica é aí que conceitos e imagens literárias vêm se encontrar (literárias aqui nada tendo que ver com a literatura, tal como a entendemos na modernidade, literária no sentido de ser imagens fabuladas pela imaginação humanas). Mas os conceitos e as imagens acompanham o historiador em todas as etapas da pesquisa. Elas já aparecem no projeto de pesquisa, elas se aliam na configuração do objeto, na delimitação do tema, na formulação do problema. Conceitos e imagens serão encontrados no arquivo, serão encontrados nos documentos, comporão artefatos, darão sentido e significado às coisas que nos chegam do passado.

Quando se trata da dimensão conceitual do trabalho do historiador, há quem chegue a desdenhar da necessidade ou da presença da teoria nessa atividade de pesquisa. Muitas vezes tende-se a pensar o conceito como um artefato de luxo, como um ornamento voltado para dar sofisticação ao texto do historiador. O conceito seria uma espécie de acréscimo, de gaveta onde se encaixa ou se atira a empiria histórica para que ela ganhe sofisticação científica. É como se o conceito fosse um objeto estranho ao material histórico, a realidade histórica em si mesma. Os elogios ao empirismo, vindos de um historiador de renome como Edward Palmer Thompson, que faz disso a peculiaridade, e porque não dizer a superioridade, da historiografia inglesa, nasce dessa visão de que seja possível separar, tanto na materialidade que nos chega do passado, quanto na escrita da história a dimensão empírica da dimensão conceitual, como se existisse empiria infensa ao conceito. Ora, o conceito não é um ornamento ou um plus acrescido à realidade do passado, no texto do historiador. O conceito não faz parte apenas do momento do relato historiográfico. O conceito constitui, institui, se faz presente na própria realidade do passado que o historiador estuda. Os conceitos se fazem presentes e estruturam a própria realidade social e cultural humana. A vida humana é conceitual pois é vivida e apreendida através da linguagem. Ao passarmos pelo

processo de socialização, de humanização, através da aquisição da linguagem, já adquirimos conceitos, formas de pensar, de conceber, de inteligir, de dizer, de teorizar sobre o mundo a nossa volta. Costuma-se pensar que conceitos são palavras estranhas, difíceis, não cotidianas, palavras que só se encontram em livros, notadamente aqueles escritos por filósofos. Sim, os filósofos têm como função social criarem conceitos, mas não são apenas eles que são capazes de conceito, todo e cada um ser humano rege suas práticas, rege suas vidas por conceitos e preconceitos. As palavras que parecem banais, que são responsáveis por ordenar a nossa cultura, por dar lugar às coisas e às pessoas, que servem para denominar e significar todos os entes do mundo humanos são conceitos. Alto e baixo, preto e branco, direito e esquerdo, certo e errado, verdadeiro e falso, são conceitos que, não só servem para descrever, definir e localizar dadas pessoas, dadas ações, dados gestos, como para estabelecer valorações, hierarquias, inclusões e exclusões de certas coisas e pessoas. O historiador, à medida que estuda o mundo humano, que estuda as sociedades e as culturas humanas, estuda, fundamentalmente, os conceitos com que cada agrupamento humano, em cada época, nomeou, deu sentido e a própria vida social. O historiador não escapa de lidar com conceitos, em nenhum momento, porque, se os conceitos organizam a própria vida dos homens, seu objeto de estudo privilegiado, são eles também que aparecem nos documentos que registram, em que se inscrevem esses acontecimentos e pessoas do passado.

Há, portanto, no trabalho do historiador, uma dupla hermenêutica conceitual, uma dupla leitura dos conceitos, uma leitura dos conceitos vividos pelas pessoas no passado e os conceitos dos relatos que se referem a essas vivências. Os conceitos são vividos, e é isso que dá especificidade, também, ao uso que os historiadores fazem dos conceitos, em seus escritos. Ao utilizar um conceito no relato histórico, o historiador não faz dele o mesmo uso que fazem os filósofos, por exemplo. Enquanto um texto filosófico pode discutir abstratamente um conceito, pode se dedicar a abordar o conceito em sua espessura mesma, o historiador deve fazer o conceito voltar à vida, ser vivido por seus personagens, pela época que está abordando. Não basta ao historiador falar em desterritorialização, cabe a ele se referir a processos concretos de perda de territórios, deve narrar uma cena, abordar um acontecimento, mostrar personagens se desterritorializando. Os historiadores costumam negligenciar a produção conceitual, justamente porque tendem a achar que o conceito, quando necessário, pode ser pilhado nos territórios das disciplinas vizinhas. Como a história reúne todas as dimensões da vida humana, que são tratadas por outras ciências humanas e sociais, até pelas ciências da vida ou pelas ciências naturais, os historiadores se acomodaram à pilhagem de conceitos vindos de outras áreas do conhecimento, até porque tendem a pensar que o conceito não está presente no próprio material que analisa. O contrário é o que deveria ser pensado, o historiador deveria extrair

do arquivo seus próprios conceitos, ele deveria buscar os conceitos adequados para falar de uma dada época nos próprios conceitos de época. O historiador tende a achar que os conceitos vindos da própria vida social não seriam científicos, por pertencerem ao sentido comum, ao senso comum, à ideologia, ao imaginário ou à mentalidade de uma época, eles deveriam ser substituídos por conceitos elaborados no âmbito das ciências, por conceitos estranhos ao contexto que se estuda. É comum, portanto, que os historiadores, em vez de fazerem a história dos conceitos, a história das formas de pensamento, das uma dada época, cometam sucessivos anacronismos conceituais, transpondo para o passado conceitos que são a ele inadequados, não pertinentes.

A elaboração conceitual também confere, portanto, um caráter *sui generis* à ciência da história, já que seus conceitos devem ser buscados na própria vida social, devem ser elaborados a partir do arquivo, devem estar mais próximos da concretude dos eventos. Os conceitos utilizados pelo historiador devem ter sido vividos, devem ter estado misturados com a vida social mesma, devem ter motivado, organizado, definido, nomeado ações humanas. Os conceitos utilizados pelo historiador podem ter saído à rua na companhia dos homens, podem ter entrado no banheiro, estado embaixo dos lençóis, podem estar manchados de sangue e lágrimas. Ao ir ao arquivo o historiador deve também estar atento e inventariar os conceitos que davam sentido a todas as atividades sociais e humanas que ele vai estudar. Mas, o que são afinal os conceitos? Eles seriam assim tão distintos das imagens? O conceito é um agregado sensível, é um conjunto de imagens ligadas a alguma entidade do mundo, é uma palavra, um nome e o conjunto de atributos, de imagens que ela, que ele, convoca ao se referir a um dado referente. Ao enunciarmos um conceito, um conjunto de imagens vêm a nossa mente, portanto, conceito e imagem estão associados. Todo conceito é uma espécie de metáfora, pois ele substitui uma coisa por um som articulado e um conjunto de signos a ela ligados. O conceito é a abstração de uma empiria, a substituição de uma coisa por uma palavra. Nossa relação com o mundo ao ser conceitual, ao passar pelo conceito, passa, necessariamente pela imagem, pela abstração imagética, portanto, é poética. O fato de ser um saber conceitual, não afasta a história da dimensão poética, imaginária, que toda e qualquer ciência possui, pois o conceito é apenas um tipo especial de metáfora, é uma forma de imaginar o mundo. O conceito é uma imagem regulada, disciplinada, controlada pela razão, mas ainda é imagem. O conceito, no texto do historiador, compõe a sua retórica, o que faz dele um elemento da arte de inventar o passado narrativamente.

A aporia da verdade

Como todo saber com pretensões científicas, a historiografia deve lidar com a questão da verdade. O historiador deve ter como inspiração de seu

trabalho a busca, a procura do verdadeiro, do que se passou, do que ocorreu verdadeiramente no passado. A verdade se coloca para o historiador tanto como um imperativo epistemológico, quanto como um imperativo ético. Buscar o verdadeiro é uma regra que define o próprio fazer do historiador, como é um compromisso de dimensões éticas, a verdade sendo uma meta e um valor a ser perseguidos. No entanto, o que seria a verdade em história? Qual seria a especificidade da questão do verdadeiro no campo da pesquisa histórica? Pensar o verdadeiro como sendo a capacidade de se saber e de se dizer o que realmente aconteceu no passado, como a possibilidade de se contar, de se narrar como as coisas efetivamente se passaram, em toda a sua complexidade, na sua totalidade, coloca uma série de dificuldades e leva o historiador a se deparar com uma série de aporias, ou seja, com becos sem saída do ponto de vista da lógica, com impossibilidades objetivas de obter respostas ou de chegar a alguma conclusão acerca da questão colocada. Como procurarei argumentar, a verdade é uma questão aporética para a historiografia, pois, ao mesmo tempo em que ela é um imperativo epistêmico e ético, que ela é o objetivo da pesquisa história, ela é, ao mesmo tempo, impossível de ser acessada, se a pensarmos como sendo uma verdade absoluta, única, definitiva, incontestável. Mas, também veremos que, nesse aspecto, a historiografia não está sozinha, muitos outros conhecimentos que aspiram ao verdadeiro têm nele uma questão recorrente e insolúvel.

Uma visão quase ingênua, quando se trata de pensar a questão do verdadeiro no campo da historiografia, é aquela que advoga a possibilidade do relato historiográfico, do texto do historiador recepcionar em sua inteireza o que ocorreu empiricamente no passado. Pouco à vontade na discussão sobre as questões que envolvem a linguagem, embora seja ela o recurso que dá forma a todo o percurso da pesquisa, a forma de narrativa, muitos historiadores tomam a linguagem como sendo uma espécie de espelho, sendo capaz de refletir, de dizer como as coisas se passaram exatamente no passado. Advogam a possibilidade de haver uma cópula perfeita entre o conceito e as coisas, entre as palavras e as entidades materiais que compuseram o mundo passado. Desconhecendo a realidade própria da linguagem, a sua espessura mesma, como elemento atuante e configurante do que se diz e do que se vê, se tem da verdade uma noção bastante pobre, tomando-a por mero decalque do mundo das coisas, dos eventos, sem tomá-la em sua dimensão de elaboração discursiva e conceitual. Em vez de pensar a verdade como algo que se constrói, que se passa ao rés da linguagem, pensam que a verdade está nas coisas, sendo ela objeto de mera constatação. A verdade nasceria de uma espécie de autopsia do passado, do mero ver, do mero olhar para as coisas, do mero tocar mental e manualmente em seus restos. Toda a dimensão de construção textual e conceitual da produção da verdade em historiografia, todo o papel desempenhado pela narrativa na operação historiográfica, é ignorada ou

silenciada, em nome de uma visão da verdade como constatação, como verificação empírica. A verdade em historiografia não nasceria no momento da exposição textual dos eventos e dos argumentos de causação e veridicção, mas no momento mesmo da pesquisa documental, do seguimento metódico das regras da pesquisa histórica, no momento em que o historiador, nos arquivos, se encontraria com as provas do que vai dizer. Seria o mesmo que acreditar que a verdade sobre um crime, que a culpabilidade de alguém, não se faz através da narrativa que o acusador, que o promotor consegue articular a partir dos indícios materiais encontrados na cena do crime, mas que ela já estaria dada pelos próprios indícios, pelas próprias provas, sem precisar que nenhum relato venha a lhe dar inteligibilidade e venha a se articular através de uma linha de argumentação.

Os historiadores tendem a confundir certezas com verdades, tendem a confundir a certeza que temos que algo ocorreu, de que um evento ocorreu, com o que seria a sua verdade. Tomando um caso criminal como exemplo, podemos ter certeza absoluta que uma morte ocorreu, pois temos um cadáver a nossa frente, uma pessoa morta e ensanguentada que jaz na calçada, mas, de início, podemos sequer saber se foi um homicídio, um atropelamento ou um acidente de automóvel. Caso for um homicídio, estamos longe de saber a verdade sobre ele. As certezas são constatativas, as verdades são argumentativas e intelectivas. Não há dúvida de que existem muitas certezas em relação ao que ocorreu no passado, os historiadores possuem certezas e tendem a concordar em relação a elas, mas tendem a discordar quanto à verdade do passado. Nenhum historiador duvida do fato de que os portugueses chegaram às terras do que viria a ser a América e o Brasil, no ano de 1500, com a esquadra chefiada por Pedro Álvares Cabral, isso é uma certeza, todos os documentos, todas as evidências, todos os relatos encontrados permitem afirmar isso, mas os historiadores brasileiros já escreveram teses, já fizeram concurso para cátedras, discutindo a verdade sobre esse evento, discutindo se ele ocorreu por acaso ou de forma planejada, se essa foi ou não a primeira expedição europeia a tocar essas terras, inclusive, se se tratou de um achamento, de um descobrimento ou de uma invasão. Constatar a ocorrência do fato, ter certeza sobre sua existência é só o primeiro gesto do processo de conhecimento. A certeza empírica é apenas o começo da operação de cognição e imaginação que levará à produção de uma verdade sobre o evento. Quando os historiadores, unanimemente, se recusam a aceitar como um par um negacionista, não é porque ele questiona as verdades sobre o passado, é porque ele afronta as certezas empíricas sobre a ocorrência dos eventos. Um negacionista não contesta apenas as interpretações, as versões, as verdades construídas sobre um dado evento, eles negam a ocorrência do evento em si mesmo, eles negam as certezas. Portanto, há um enorme equívoco quando determinados historiadores, a pretexto de combater o negacionismo, querem interditar o debate sobre a verdade em história, querem confundir verdade com

certeza empírica, querem responsabilizar quem advoga o caráter relativo das verdades em história, querem responsabilizar aqueles que tomam as verdades por aquilo que elas são, ou seja, construções discursivas, construções narrativas a serviço de dados interesses e poderes, pelos negacionismos, quando eles não atacam as verdades historiográficas, eles atacam as certezas históricas. Um negacionista não se contrapõe a uma interpretação historiográfica sobre o porquê da ocorrência do Holocausto, ele nega a ocorrência do evento na história.

Há também, quando se vai discutir a questão da verdade entre os historiadores, uma confusão entre história e historiografia. Se tomarmos a história como sendo o conjunto de eventos empiricamente ocorridos no passado, a verdade nunca pode ser alojada aí. A discussão sobre a verdade deve ser feita a partir das elaborações narrativas feitas sobre esses fatos empiricamente verificados, no passado, ou seja, no âmbito da historiografia. No âmbito da história nós podemos ter certezas de caráter empírico, elas são constatativas, eu posso constatar que algo ocorreu porque há restos, fragmentos, descrições dessa ocorrência, mas isso não me garante que eu tenha acesso à verdade sobre esse acontecimento. A verdade não está nas coisas, a verdade é uma construção intelectual, conceitual, narrativa, portanto, humana. A verdade não é, como muitas vezes se pode supor, uma aproximação das coisas, no que toca à sua empiricidade e sua efetividade, à sua mundanidade. Ao contrário, a verdade nasce de um distanciamento conceitual da empiricidade das coisas, a verdade é uma abstração em relação a coisidade mesma das entidades que compõem o mundo humano. A verdade é uma elaboração intelectual, imaginativa, uma elaboração racional e poética das coisas do mundo. A verdade é sintética, redutiva, imagética e conceitual. A verdade não nos aproxima das coisas em sua facticidade, mas é uma reelaboração em outro nível de abstração dessa facticidade. A verdade é uma síntese da complexidade de uma dada situação concreta, é uma sinopse da diversidade de coisas que se passaram, em um dado momento. A verdade não é uma fotografia do que ocorreu, levando em conta a visão senso comum da fotografia como sendo o registro fidedigno de um dado instante, mas é uma montagem, é uma decupagem do que se passou. A verdade é fruto da reelaboração mental e imaginária do que ocorreu.

No caso da historiografia, a verdade sobre o passado é uma construção feita pelo historiador no interior de seu texto. A verdade toma sempre a forma de um relato. Mesmo o que se chama de provas ou de indícios em história, mesmo quando são artefatos materiais, têm que ser transportados e transformados para a forma de relato. Se o promotor pode brandir, no tribunal, a faca que entra em seu relato como prova do crime, se ele pode apresentar ao júri a realidade tangível do objeto com que foi perpetrado o assassinato, o historiador poderá, no máximo, apresentar a imagem, a fotografia do indigitado objeto, quando não restará dela apenas as imagens associadas a e evocadas pelo conceito, pela palavra “faca”. A verdade na historiografia nasce da argumentação realizada no

interior da narrativa do historiador. Essa argumentação se faz articulando, com o fio da narrativa, elementos extraídos da empiricidade, com tramas prontas, extraídas de uma dada bibliografia e com um aparato conceitual previamente elaborado. A verdade em historiografia é argumentativa e narrativa, como toda verdade. Ela nasce do convencimento e do consenso conseguidos através de uma exposição narrativa e argumentativa dos eventos passados. A citação das fontes, dos documentos, o uso do anedótico, o apontar para fora do texto, para uma empiria do passado, para uma realidade, para um real situado fora do texto, é um recurso retórico indispensável e fundamental na produção da verossimilhança, na produção da legitimidade das verdades que enuncia e elabora em seu texto. As fontes por si mesmas não garantem nenhuma verdade, elas não provam sozinhas absolutamente nada. O historiador faz prova, no sentido antigo desse termo, ou seja, experimenta, reexperencia o que se passou no passado, ele prova daquilo que ocorreu antes, ele submete seu corpo, seus sentidos aos signos do passado e, afetado por eles, tomado por eles, relata o que lhe aconteceu, os insights, as intuições, as iluminações que lhe ocorreram quando do contato com os fragmentos do passado. As provas, como no tribunal, devem fazer parte de uma narrativa, de uma argumentação, para que possam a vir fazer sentido. A verdade não se estabelece no âmbito das provas, uma faca sozinha, deslocada de uma narrativa que a faça fazer sentido, nada diz por si mesma. É o fio argumentativo de uma narrativa que liga os diferentes indícios materiais, que conecta os diferentes signos e faz com que eles ganhem sentido em seu conjunto. A narrativa liga, põe em relação, estabelece conexões, articula os diferentes fragmentos vindos do passado e faz com que eles ganhem sentido, ao ser incluídos numa argumentação, numa exposição de motivos, ao serem imersos numa trama, ao passarem a fazer parte da construção e exposição de uma verdade. É preciso que se tenha uma tese, que se elabore essa tese discursivamente, para que as provas venham a convencer alguém de alguma coisa.

A verdade da historiografia é, portanto, retórica, é uma verdade alcançada através do convencimento mediante argumentações discursivas. Embora a historiografia, desde o século XIX, tenha pretendido se afastar da retórica, como técnica de argumentação discursiva, como conjunto de procedimentos de elaboração de discursos para fins de convencimento e de legitimação do que se diz, a escrita da história é retórica, assim como a verdade que produz. Sendo uma construção retórica, narrativa, argumentativa, poética, pois feita mediante a capacidade da linguagem de produzir imagens, de produzir figuras, de produzir cenas, de fazer visível o invisível, de fazer presente algo ausente, a verdade historiográfica não pode passar pela verificação do real. Muitos historiadores pensam de modo simplista a verdade como sendo a cópula entre o discurso e o real, como sendo a adequação entre o que se diz e o que efetivamente ocorreu no real. Há, nesse caso, uma confusão entre as noções

de real e realidade. O historiador não lida jamais com o real, pois tendo como assunto o passado, este como real é passado, é inacessível a qualquer forma de conhecimento, pelo menos em sua empiricidade. O real, como teorizou Lacan, é aquilo contra o qual a gente nada pode, o real é o que nos acontece, sem que em relação a ele tenhamos qualquer controle. O real é a pandemia de corona vírus, é o terremoto, é o tsunami, é o cair da árvore, é o nascer do sol, é a gota de orvalho, é frio e o calor, é o infarto do miocárdio, é a barragem que estoura, é o carro que nos atropela e mata. Para lidar com a dimensão assustadora do real, os homens trataram de tentar domar e domesticar a sua fúria, a sua força, o seu caráter inesperado, com o uso do simbólico e do imaginário. O real domado e domesticado pelo símbolo e pela imagem, o real tornado signo é o que chamamos de realidade. A realidade é uma organização humana do real, é uma ordenação e uma elaboração mental e discursiva, conceitual e imagética do real. O próprio ato de nomear, de conceituar a fúria intempestiva do mar, com a palavra tsunami, já é um primeiro gesto de retirá-lo de sua condição de mistério, de desconhecimento, para ganhar foros de realidade para os humanos. O historiador, portanto, nunca lida com o real, ele lida com realidades humanas, mesmo quando essa realidade foi tocada e marcada por acontecimentos reais. O historiador não vai lidar com o real do tsunami do sudoeste asiático, mas com as elaborações narrativas, imagéticas, conceituais, que o transformaram numa realidade humana. Assim que acabou de ocorrer, assim que a primeira vítima sobre ele falou, começou a elaboração dele como realidade. O real toca, muitas vezes, os documentos, os relatos, as imagens que dele nos chegam, mas ele sempre virá domado, domesticado pelas representações simbólicas e imaginárias dos homens, inclusive, pelas elaborações conceituais, científicas. Um documento pode trazer marcas, no papel, da cheia que quase o destruiu, a faca pode ainda estar suja do sangue de quem ela matou, o objeto pode trazer ainda rastros do perfume de quem o possuiu, o livro pode exalar ainda o cheiro do cigarro de quem o manuseou, mas esses traços do real não são mais do que ecos de sua presença e eles não dizem nada senão fizerem parte de uma narrativa que dê a eles a condição de parte da realidade humana de um dado tempo. Quantos historiadores se lembrarão de fazer referência, em seu relato, ao aroma, vindo do passado, que ainda exalava dos documentos que teve nas mãos? A ciência é uma forma de elaboração de realidades que, muitas vezes, toca o real, dele se aproxima, até o pode manipular e induzir, mas nunca é uma cópia desse real. Pensar a verdade como cópia do real, como o acolhimento, pelo discurso, do real tal como ele é, é esquecer que o real pode, até, deixar traços nos relatos que o constroem como realidade, mas que ele nunca virá se alojar em sua inteireza em qualquer discurso. O real é sempre muito mais complexo do que qualquer construção de realidade que queira dele dar conta, o real é sempre incomensurável em relação às teorias que o definem, em relação às imagens que o expressam, em

relação aos discursos que o dizem. O real que se sofre é sempre indizível em sua completude, não precisando para isso ser a experiência do Holocausto, do genocídio, uma experiência extrema. A criança violentada sexualmente não elaborará, como memória, como narrativa, a completude do que lhe passou, o trauma cesura e oblitera a narrativa memorialística, porque há reais que dificilmente podem se transformar em realidade, que essa transformação é dolorosa e praticamente insuportável. A historiografia é a elaboração de realidades humanas, ela lida com reais que, muitas vezes, não suporta. Quando isso ocorre, a historiografia não é capaz de transformá-los em realidade, adotando posturas escapistas e dissimuladoras.

Se a verdade em historiografia é uma construção narrativa; se ela não pode contar com o recurso à experimentação, já que o objeto do historiador é algo ausente, é algo que não pode ser submetido a testes de laboratório; se seu objeto é um evento único, um personagem e um tempo singulares, que não podem se repetir ou ser repetidos; se o historiador não pode induzir a que seus eventos expliquem sua verdade, ou seja, que expulsem de seu interior os seus mistérios, como pode fazer um químico ou um físico; se as verdades em história são perspectivas, são situadas no tempo, se mudam com os contextos culturais e mentais, a verdade é uma questão aporética no campo historiográfico. Os historiadores sabem que é uma regra do seu próprio ofício persegui-la, mas sabem também que suas verdades são provisórias e convencionais. O historiador não pode explicar, ele só pode compreender, ou seja, ele não pode induzir seu objeto a expelir seus segredos, como pode fazer um físico em seu laboratório. A palavra explicar tem o prefixo *ex*, que significa vir para fora, sair, se dirigir para fora, a explicação é o gesto de induzir algo a manifestar a sua verdade, a sua essência, o seu segredo. Ora, o historiador não pode colocar o passado num laboratório e realizar operações que façam com que seus segredos venham à tona. O historiador só pode compreender, apreender algo em sua relação com outras coisas. A compreensão implica produzir verdades por associação, por relação, por conexão entre as coisas antes apartadas. A compreensão implica uma verdade que nasce da relação entre um ente singular e uma totalidade englobante, que nasce dos movimentos, na dupla direção, entre o particular e o geral. As verdades históricas são perspectivas, elas nascem de um dado modo de ver, elas nascem a partir de um dado ângulo de visão, elas nascem a partir de um dado lugar social e profissional do historiador. Portanto, elas são sempre parciais, no duplo sentido da palavra, elas não dão conta do todo e elas são particulares, nascem de uma tomada de posição teórica, metodológica, política, ideológica por parte do historiador. Elas só dão conta de uma parte, de um aspecto do passado, olhado a partir de uma dada localização profissional e política.

A verdade em história é uma aporia pelo próprio fato de que as verdades, como criações humanas, também estão sujeitas à própria

historicidade. Em história, como em qualquer ramo da ciência, não existem verdades eternas e definitivas, essa modalidade de verdades só se encontra nas religiões. Só nas religiões a verdade é revelada ou constatada, no mundo terreno e humano, as verdades desse mundo são inventadas e fabricadas, estando marcadas, portanto, com o selo do próprio tempo que as viu ser produzidas. As verdades desse mundo nascem de uma luta pela verdade, as verdades se disputam, surgem de uma agônica, de conflitos, debates, discussões, enfrentamentos, dissensões, consensos, alianças, cooperações e rivalidades, competições e colaborações. As verdades, como qualquer fato humano, são sujeitas a mudanças com o tempo, são sujeitas a desgastes e a desmentidos, são ultrapassadas e deixadas de lado, são abandonadas e recusadas, são modificadas e relativizadas. A verdade não é só o objetivo do saber histórico, pode ser um de seus objetos de estudo. Se podemos fazer uma história das verdades, da produção das verdades, das instituições e instâncias responsáveis pela produção do verdadeiro numa dada sociedade e numa dada época, é porque a verdade, como qualquer artefato humano, está sujeita à corrosão do tempo. O historiador busca a verdade, sabendo que encontrará uma verdade, parcial, singular, datada, limitada pelas condições de seu tempo, de sua sociedade, de sua cultura, inclusive, pela instituição historiadora de seu tempo, pela cultura historiográfica de sua época.

A elaboração de um texto

Todas as operações que compõem uma atividade de pesquisa no campo da história, terminam por levar à elaboração de um texto. Se o historiador não transforma todo seu esforço de pesquisa em um relato sobre o passado, de nada terá adiantado todos os seus esforços. O produto final da operação historiográfica é a escrita da história, é a atividade escriturística. No entanto, por muito tempo, os historiadores negligenciaram a reflexão sobre esse momento da operação historiográfica. Os historiadores se empenhavam em discussões metodológicas, abordavam, com paixão, questões de método, mas se calavam quando se tratava de discutir o momento da escrita da história. O mesmo historiador que se mostra orgulhoso na hora de apresentar, de expor o seu método de trabalho, comparecendo no texto, que escreve na primeira pessoa, se assumindo como elaborador daquele aparato metodológico, se omite, desaparece na hora de se discutir a operação de escritura do texto. É muito incomum encontrarmos, nos prefácios ou introduções a um texto de história, uma discussão sobre o trabalho de escrita ali realizado. O historiador, poucas vezes, sequer se assume como autor do texto, nunca o historiador diz eu, assume a autoria da escrita, em primeira pessoa. Inspirados pelos modelos literários do romantismo, do realismo e do naturalismo, os historiadores querem fazer crer ao leitor, que o que lê é o próprio passado se narrando a si mesmo. Embora o nome do autor figure, orgulhosamente, na margem da

página do livro, ele tende a fazer de conta que quem fala é um pretense nós majestático, um nós despersonalizado, um pretense autor coletivo, que parece incluir tanto os homens e mulheres do passado, quanto os próprios leitores. O pacto de leitura proposto ao leitor é realista e, portanto, isso implicaria o necessário silenciamento da subjetividade, do sujeito que está na origem do texto. Se propondo a ser um texto científico, e pensando-o como um texto objetivo, sem qualquer marca de subjetividade, trata-se de construir um texto despersonalizado, do qual se retira, pretensamente, qualquer traço pessoal ou singular. Até a existência de um estilo de escrita pessoal, de cada historiador, identificado por um estudo de Peter Gay, tende a nunca ser discutido ou apresentado, embora possa ser buscado deliberadamente pelo historiador.

O historiador tende, portanto, a nunca levar para as discussões introdutórias de seus textos, questões ligadas à escrita do texto historiográfico: gênero textual, estilo e escrita, recursos e artifícios retóricos, estratégias narrativas, modos de construção enredo, de construção de personagens, formas de argumentação, posições de sujeito no interior do texto, estratégias de citação, usos de argumentos de autoridade e do anedótico, estratégias de produção de efeitos de real, etc. Foi preciso que profissionais de outras áreas do conhecimento: críticos literários, semiólogos, linguistas, filósofos, colocassem em debate a questão da escrita da história, do texto do historiador, para que, numa reação, quase sempre, defensiva, os historiadores viessem encarar essa questão. A chamada virada linguística no campo historiográfico, assinala a descoberta, por parte dos historiadores, de que ao escreverem um texto, ao elaborarem, como resultado de seus trabalhos de pesquisa, uma narrativa sobre o passado, não podiam se eximir, não podiam continuar se omitindo de discutir esse gesto de escritura. A medida em que se dava o avanço nas discussões acerca das funções sociais da linguagem, acerca da produção dos discursos, acerca das implicações políticas e ideológicas de todo ato de escritura, os historiadores foram interpelados a perderem a inocência e constatarem que estavam nus. Ao escrever, o historiador se utiliza da linguagem e, no entanto, pouco conhecia ou acompanhava as discussões acerca do funcionamento da linguagem, das implicações de dela fazer uso. Os historiadores tiveram que abdicar, com muita dor e sob protesto, da concepção de que a linguagem é, em si mesma, transparente, que ela em si mesma não possui espessura e realidade própria, da imagem da linguagem como sendo um espelho capaz de acolher, refletir e dizer o que se passa fora dela, sem que sofra nenhuma distorção. A linguagem é uma realidade em si mesma, é um código, é uma estrutura socialmente elaborada, que transforma tudo aquilo que por ela passa. A linguagem é um filtro deformante das entidades do mundo, ela é uma coisa entre coisas e nada passa por ela impunemente. As pretensões realistas e veristas dos historiadores sofrem um duro abalo, ao descobrirem que a linguagem é tropológica, é figurativa, é imagética, é retórica e é poética,

seja que linguagem seja, mesmo aquela dita científica. Por ser um saber narrativo, a história tem que lidar com o fato de que a linguagem é metafórica, produz imagens sintéticas das entidades do mundo humano, a linguagem é conceitual, ou seja, ela não é capaz de cópia daquilo que diz, ela elabora, dá sentido àquilo sobre o qual é lançada, através de categorias, de palavras, que simplificam a complexidade do mundo a nossa volta. A linguagem é limitada e impõe limites ao ato de dizer, de conhecer. As palavras podem muito, mas não podem tudo.

A história é uma ciência poética, justamente, porque o resultado de suas atividades de investigação só se materializa através da elaboração de um texto. A historiografia nunca conseguiu se livrar das regras da retórica, como pretensiosamente anunciou, desde o século XIX. A historiografia tem que lidar e explorar os recursos retóricos da linguagem em prosa. Os historiadores se utilizam de estratégias retóricas, de formas e recursos do dizer, do argumentar, para poderem levar ao convencimento, o leitor. Mesmo que não o façam conscientemente, adotam estratégias discursivas visando produzir a sensação de verdade, de verossimilhança, naquele que lê seu texto. A citação do arquivo, o uso do anedótico, a referência a textos de autoridades na área, são recursos retóricos indispensáveis ao discurso da historiografia. É muito comum que os historiadores usem como estratégia expositiva, narrativa, o gesto de atribuir ao personagem do passado, da trama histórica, as teses que ele mesmo quer defender. É comum que se recorte e se utilize falas de sujeitos do passado que digam aquilo que o historiador mesmo quer dizer. Essa é mais uma maneira de escamoteamento da presença do historiador na feitura do texto historiográfico. O historiador não defende diretamente, em primeira pessoa, as ideias que quer defender, ele as manifesta através dos personagens ou da trama que elabora para os eventos passados. Esse apagamento do sujeito historiador faria do texto historiográfico um texto científico, um texto não maculado pela subjetividade, um texto objetivo e realista, quando esse é apenas um recurso retórico, uma estratégia de produção de posições de sujeito no interior do texto do historiador. O recurso ao presente histórico, ou seja, a narrativa do passado sendo feita como se ele estivesse presente, como se ele estivesse sendo descrito por um sujeito do próprio passado (mais um gesto de produção da ausência do historiador de seu próprio texto), como se um narrador atemporal, localizado no intervalo, na charneira entre presente e passado, contemplesse os dois tempos, podendo fazer comparações só permitidas a quem vivenciou e esteve nos dois tempos (essas prestidigitações, esses passes de mágicas, esses ilusionismos retóricos são comuns aos textos historiográficos). O texto historiográfico é produto de uma subjetividade controlada metodicamente, mas a subjetividade e sensibilidade pessoal do historiador se fazem presente naquilo que escreve. A objetividade é outra aporia do texto historiográfico, ela deve ser buscada, já se sabendo que nunca

se vai conseguir produzi-la completamente. Por mais que se tente apagar as marcas de subjetividade do texto do historiador, elas se farão presentes, desde no estilo pessoal da escrita, na escolha de objeto, na forma de problematizar, no gênero de escrita escolhido. Os historiadores pouco discutem o fato de que o texto historiográfico constitui, ele mesmo, um gênero narrativo, assemelhado a crônica, ao romance realista e naturalista, ao romance policial e de suspense, ao texto jornalístico, sendo, talvez, uma congêrie de gêneros, um amálgama dessas diferentes tradições narrativas. É nesse aspecto que Hayden White considera o texto historiográfico um artefato literário. O autor americano jamais disse que a história e a literatura são a mesma coisa, ele apenas afirmou, por mais óbvio que possa parecer, que o texto do historiador é um artefato literário, no sentido de ser um artefato construído na e pela linguagem, utilizando-se de recursos narrativos e retóricos, estando apoiado na tropologia da linguagem, ou seja, mobilizando as figuras de linguagens comuns a qualquer escrito em prosa ou em poesia. O historiador, mesmo não se dando conta, faz escolhas acerca do gênero e do estilo narrativo em que vai vazar o seu texto, escolhe formas de argumentação, dá preferência a dadas figuras de linguagem, e essas escolhas têm consequência para a produção de sentido que seu texto quer ser capaz de fazer.

A construção do evento, a produção dos personagens, a elaboração de posições de sujeito (quem fala, quem é dito, sobre quem se fala, para quem se fala), a própria produção da verdade se dá, na historiografia, de forma narrativa. O historiador não faz outra coisa do que analisar discursos, mesmo quando acha que essa é uma metodologia particular de determinados domínios da história, como a história cultural. A diferença apenas reside entre aquele historiador que sabe e assume que faz análise de discurso e aquele que sequer tem consciência disso. O historiador está sempre analisando o discurso de seus documentos, a não ser que faça deles mero repositório de dados. Ao procurar produzir sentido para um dado documento, mesmo para um dado artefato, é ao discurso que ele veicula ou que a ele se refere, que o significa, que o historiador dirige a sua análise. Há diversas maneiras de se analisar um discurso, até fazendo de conta que não é disso que se trata, mas é isso que o historiador faz, na maior parte do tempo. Ele se dedica a desmontar um discurso anterior sobre o evento, um discurso oficial, ou os discursos que elaboraram o evento mesmo e trata de, a partir daí, construir um outro discurso. Os eventos são, desde o começo, construções narrativas. Um fato, um evento, só existe se for contado, narrado, relatado, registrado. O que garante a existência de um acontecimento não é sua dimensão empírica, que muitos historiadores confundem como sendo sua realidade. A realidade do evento é aquela que for construída por quem o contar, por quem o presenciou, por quem dele participou, por quem dele ouviu dizer e, por isso mesmo, o narra. Se um acidente de carro ocorrer empiricamente, mas não for narrado por ninguém não terá existência social e, portanto, não terá

existência histórica. Um criminoso termina por, de alguma forma, revelar, contar para alguém sobre seu crime, senão ele só tem existência para ele, que o narra internamente, permanentemente. O historiador, quase sempre, chega quando o evento já foi elaborado narrativamente e ele vai ter que lidar com essa versão ou com as distintas versões do evento, da mesma forma que a polícia e a justiça terão que lidar com as versões de um crime, desde a versão daquele que o perpetrou, até as outras versões que possam, emergir no processo de investigação. A partir da crítica às elaborações narrativas, discursivas, testemunhais, memoráveis dos eventos, é que o historiador constrói a sua versão. Quando o evento ainda não foi narrado, quando é o historiador que faz emergir um evento ainda não elaborado, enquanto tal, ele o faz a partir de narrativas parciais, de elaborações discursivas fragmentárias, que encontrou na recensão do arquivo. O historiador inventa, narrativamente, o passado, à medida que estabelece a ocorrência de eventos que ainda não estavam relatados, como tal, no próprio passado. A “invenção do Nordeste” estava e não estava no passado. Todos os eventos parciais, fragmentários, que levaram a esse outro evento, já estavam contados, narrados, no próprio arquivo, no próprio passado, mas a articulação deles como parte da invenção de um recorte regional foi feito no meu texto de historiador. Eu “inventei” a “invenção do Nordeste” não porque ela seja uma mentira, não porque ela não tenha efetivamente ocorrido no passado, mas sim porque foi no meu texto que essa “invenção” se tornou visível e dizível, se configurou como uma realidade. A realidade, portanto, não pode ser confundida com a empiria dos eventos, ela é uma leitura e uma significação dessa empiria. O historiador inventa o passado não porque fala sobre coisas que lá não existiram ou não estiveram presentes, disso ele está proibido (se ater ao que efetivamente aconteceu é uma regra de ouro do ofício), mas porque ao rearrumar o arquivo, ao estabelecer ligações entre os eventos que ainda não haviam sido feitas, ao tornar visível relações entre acontecimentos, que existiram no próprio passado, mas que foram ignoradas ou silenciadas pelas narrativas que os documentaram, ao perceber traços, sinais, signos, sintomas no passado, que não haviam merecido sequer a atenção de um relato, embora tenham ficado registrados, o historiador dota o passado de um suplemento de realidade, de acontecimentos, que ele mesmo não havia registrado. O historiador inventa passados, não porque os fraudas, os retira do nada, mas porque dá ao passado eventos que nele mesmo ainda não haviam merecido elaboração narrativa, porque a partir de restos, de fragmentos, de troços de discursos passados, o historiador é capaz de construir uma totalidade de significação. Como um bricoleur, o historiador faz nascer novas figuras para o passado, a partir da colagem, do amálgama, narrativo e conceitual, de dadas cenas e imagens vindas do passado. O historiador é um elaborador de texto e é neles que o próprio passado se figura como tal, como uma temporalidade específica, como um dado conceito de tempo.

As linhas do tempo

Ao mesmo tempo em que, ao narrar o que teria sido o passado, o historiador constrói narrativamente essa temporalidade, dá a ela sentido e figuração, constrói, também, o que seria o presente. O historiador trabalharia suspenso entre esses dois tempos, se colocaria na brecha que os separaria, posicionaria seu olhar na fronteira que os separa, tendo como uma de suas tarefas diagnosticar a linha divisória, os marcos e as marcas que os separam. No mesmo movimento, que dá ao tempo a única forma que ele pode ter, ou seja, a forma de relato, o formato de narrativa, o historiador define um dado conceito de tempo. Todo profissional da historiografia trabalha com uma dada imagem do tempo, com uma dada concepção da temporalidade, mesmo que possa não estar plenamente consciente disso. Como uma dimensão imaterial, invisível da realidade humana, o tempo se expressa pelas marcas que seu passar deixa nas coisas, é a partir dessas marcas que o historiador confere ao tempo a forma material que é possível, ou seja, a forma da narrativa. O tempo é aquilo que se conta, tanto quantitativamente, cronologicamente, quanto como relato, como sentido. O tempo do historiador não é o tempo natural do cosmos, não é também o tempo mecânico, cronológico dos instrumentos de medição, como o relógio e os cronômetros, nem mesmo é o tempo psicológico, o tempo íntimo, a percepção individual do tempo de cada ser humano, o tempo histórico é uma construção narrativa, é um tempo onde essas outras dimensões, onde essas outras linhas do tempo aparecem, mas como mais um elemento na construção da trama do tempo, que o historiador estuda.

Quando falamos em trama do tempo é porque partimos de um dado conceito de tempo, uma dada imagem do tempo, muito próxima daquele que advoga o antropólogo britânico Tim Ingold, ou seja, o tempo é para uma trama de múltiplas temporalidades, de linhas temporais. Quando falamos em passado ou em presente, damos a essas temporalidades uma unidade e uma homogeneidade que não possuem. Como pensava Walter Benjamin, muitos outroras habitam o agora, e muitos agoras saturam a imagem que temos do passado. Podemos dizer que cada recorte temporal com que o historiador trabalha é configurado por um feixe de linhas de temporalidade, cada recorte que fazemos no tecido do tempo revela que ele é constituído da tessitura de variadas linhas temporais, umas de mais longa duração e outras de mais curta duração. O tempo tripartido braudeliano é uma imagem pálida da diversidade de linhas temporais que se enlaçam e se amarram constituindo a trama de qualquer tempo que tomemos como objeto de estudo. O tempo histórico não é composto apenas da linha temporal de longa duração das estruturas, de média duração das conjunturas e de curta duração dos eventos. Como as estruturas são diversas, desde as estruturas naturais, passando pelas estruturas econômicas, sociais e até as estruturas linguísticas, simbólicas, mentais,

culturais, as linhas temporais de longa duração são diversas na quantidade e na extensão, o mesmo se dando com as diversas conjunturas que se imbricam naquilo que vemos como sendo uma única conjuntura e a multiplicidade de eventos que concorrem e se articulam em um dado acontecimento. A pluralidade das linhas temporais faz do tempo um tecido sarapintado, uma malha multicolorida, cabendo ao historiador desfiá-los, estabelecendo as linhas temporais que ali estão presentes. O historiador age com um dado tempo como alguém que vai desfiando, linha a linha, um dado tecido, inventariando, assim, as diferentes linhagens temporais ali presentes. Em seguida irá reconstituir, retramar, retecer essa mesma temporalidade, rearticulando, dando nova tessitura às linhas temporais, que inventariou. O historiador é um tecelão dos tempos à medida que inventaria séries temporais, as temporalidades diversas, os diferentes ritmos temporais, que constituem uma dada época e, em seguida, volta as entretecer em uma nova narrativa.

O historiador, ao frequentar o arquivo, identificará signos temporais, os recolherá, dará a eles uma classificação, uma dada ordenação, estabelecerá hierarquias entre eles. Como uma bordadeira ou artesã do tricô, colecionará linhas temporais, de diferentes cores, para tecer, com elas, figuras do tempo, para fazer aparecer imagens do tempo, que busca configurar. Cada temporalidade singular é, na verdade, um feixe de temporalidades, uma articulação de eventos, de estruturas, que possuem durações temporais diversas. O tempo historiográfico é esse tempo narrativo, esse tempo que se configura no próprio fio da narrativa, que é imanente à própria forma do discurso. O conceito de tempo, a imagem da temporalidade, de que parte o historiador aparecerá ao rés do texto. Assim, como ocorre com vários outros aspectos presentes na operação historiográfica, a elaboração do tempo no discurso historiográfico é, ao mesmo tempo, de cunho conceitual e poético. Em todo texto de historiador um conceito de tempo se manifesta através das imagens temporais tecidas na trama mesmo da narrativa, O tempo é simultaneamente conceituado e figurado pelo texto do historiador. O tempo histórico parte de uma visão conceitual da temporalidade, mas se materializa nas imagens literárias do texto. Podemos inventariar, em qualquer narrativa historiográfica, tanto conceitos de tempo, como imagens do tempo. A configuração do tempo, através da narrativa, torna inseparáveis, no texto do historiador, as operações cognitivas e as operações poéticas. Concepções conceituais do tempo se expressam através de metáforas, de imagens poéticas. Fernand Braudel teve de recorrer a imagens marinhas, a imagens ligadas ao mar Mediterrâneo, para fazer compreensível e visível a sua teoria sobre o tempo. Como o conceito é um agregado sensível, é uma certa organização e relação de imagens, não há nada de excepcional no fato de que os historiadores para explicitarem seus conceitos tenham que recorrer a imagens poéticas. A imagem poética dos vagalumes, iluminando a escura noite baiana, serviu para Braudel tornar visível e compreensível a relação conceitual

entre evento e estrutura. Como, na narrativa historiográfica, os conceitos devem aparecer materializados através das imagens do passado, das cenas dos eventos, das ações dos personagens, normalmente eles se tornam inteligíveis recorrendo à sua figuração numa imagem temporal. A escrita historiográfica é conceitual e figurativa, como toda e qualquer escrita em prosa.

O que seria uma linha temporal? Como ela se configuraria? Podemos aproximar a noção de linhas de temporalidades à noção de série temporal. Uma linha de temporalidade está e não está presente no passado, ou seja, ela se encontra lá, empiricamente, mas só se configura através de uma narrativa, de um relato, de um testemunho que a torne perceptível e inteligível. Ao olharmos para os eventos do passado, eles parecerão dispersos e desarticulados, embora existam nexos entre eles que precisarão ser estabelecidos pelo historiador. A linha temporal, ou seja, a conexão de vários eventos que representariam, que encarnariam um mesmo tempo, pode não estar estabelecida no próprio passado, ela será uma elaboração do historiador, que realizará conexões entre acontecimentos que parecem desconexos. Podemos dizer, por exemplo, que o modo de produção capitalista, que o sistema econômico capitalista, é uma estrutura econômica que materializa uma linha temporal de longa duração, apesar de ser uma linha cheia de irregularidades e rupturas, que constitui o tempo presente. A temporalidade capitalista, inclusive o novo conceito de tempo, as novas imagens, as novas tecnologias e as novas práticas temporais que o capitalismo significou, compõem a temporalidade de nosso presente. O tempo do capitalismo já traz, em si mesmo, portanto, uma multiplicidade de linhas temporais. É fundamental, portanto, que os historiadores rompam com a visão linear do tempo, com a visão de um tempo homogêneo e universal, visão de tempo já criticada por Walter Benjamin. A imagem famosa da linha do tempo, como uma única linha, que como um varal servia de suporte para que se fosse pendurando, nela, os eventos, deve ser abandonada em nome de se figurar o tempo como uma trama, uma malha, uma rede, um tecido de linhas temporais, que se cruzam, que se conectam, que divergem e convergem, que bifurcam e se quebram, que se rompem e se esgarçam. Há, num mesmo tempo, diferentes ritmos temporais, que se entrelaçam, harmoniosamente, como numa sinfonia, mas também conflitivamente como numa cacofonia. No tempo presente, há tempos sobreviventes, tempos que teimam em não passar, tempos que, como fantasmas, não param de obsedar a contemporaneidade.

Um saber de charneira

A historiografia se constituiu como campo de saber, ao longo do século XIX, se afirmando como ciência e recusando uma aproximação com a filosofia e com as artes, notadamente com a literatura. Essas recusas provocaram, no entanto, uma espécie de repressão, de não dito, de silêncio acerca das dimensões

filosóficas e artísticas da escrita da história. Embora importantes historiadores daquele século, como Leopold von Ranke, admitissem a existência de uma dimensão artística na feitura do texto do historiador, aquelas escolas historiográficas majoritárias no século XX, como a Escola dos Annales ou o materialismo histórico, que pretenderam romper com a forma de escrever a história desses historiadores do dezenove, atribuíram a eles a repressão à dimensão artística da historiografia, que elas mesmas realizavam. A recusa estrepitosa, por um lado, das chamadas filosofias da história, vistas como invasões indevidas de filósofos no campo historiográfico, como generalizações indevidas do processo histórico, terminou por levar a uma repressão das discussões teóricas e conceituais no campo historiográfico. As dimensões teóricas do trabalho historiográfico passaram a ser reduzidas a discussões metodológicas, numa repercussão da própria origem da disciplina, no século anterior. A pretensão à cientificidade do saber história residiria e se reduziria a essa metodização das operações de pesquisa. A etapa do arquivo passa a ser ressaltada como aquilo mesmo que daria identidade e legitimidade ao saber histórico, com a etapa da escrita do texto, aquela em que toda a operação historiográfica ganha sentido, sendo pouco debatida, sendo silenciada, naturalizada. A recusa das discussões teóricas no campo fez com que qualquer trabalho que tivesse como objetivo a elaboração de conceitos, e o seu debate, fosse visto, pelos pares, como uma excrescência ou uma anomalia. Da mesma forma que, mesmo quando emergiu os trabalhos de história da historiografia, de história da escrita da história, eles fossem vistos como trabalhos que não eram de “história mesmo”, eram trabalhos de historiografia e não trabalhos historiográficos, uma contradição em termos.

A repressão às discussões filosóficas, no campo, não impediu que todo trabalho de história, que todo texto historiográfico, assumia posições de ordem teórica e filosófica. Todo historiador é portador de visões filosóficas que se materializam em seu texto, mas também direcionam seu olhar e suas práticas em todas as etapas da pesquisa histórica. A historiografia é, como todo saber científico, uma ciência filosófica. A historiografia é um saber de charneira entre o saber científico, o saber metódico, normativo, disciplinar e o saber filosófico, o saber teórico, conceitual, lógico, formalizado. Ao, pretensamente, se afastar da filosofia, os historiadores passaram a negligenciar a própria produção de conceitos, ficam à mercê da importação de conceitos de outras áreas de conhecimento. O historiador passou a ser um saqueador de conceitos de campos adjacentes, negligenciando a presença dos conceitos no arquivo, quando não a historicidade dos conceitos que utiliza. Isso resultou na constante presença de conceitos anacrônicos na narrativa dos historiadores, desde conceitos espaciais (tratando de recortes espaciais que sequer existiam no momento histórico que aborda), até conceitos de ordem econômica, política ou jurídica. Lançando mão de conceitos elaborados por sociólogos,

economistas, psicólogos, para estudar o mundo contemporâneo, projetam para o passado discussões que eram ali impossíveis ou impertinentes. A recusa à filosofia atrasou o desenvolvimento teórico da disciplina, sem que conseguisse evitar a presença de conceitos em tudo o que o historiador realiza. Muitas vezes, a cegueira teórica levou a que se utilizassem conceitos do senso comum, conceitos do discurso cotidiano, sem que se atentasse para o fato de que eram conceitos. Tomados como meras palavras, como meros sintagmas, conceitos iam sendo reproduzidos sem que sobre eles recaíssem nenhum trabalho de reflexão ou crítica. Tratava-se do “povoamento” da América, da implantação da “civilização” na África, falava-se em “Nordeste holandês”, em “catequese dos indígenas”, em “descobrimento da América”, sem maiores reflexões de cunho conceitual, categorias que apareciam naturalizadas, como se constituíssem, por ser um consenso entre os historiadores, uma obviedade que não merecia discussão, não sendo esse o papel da historiografia. Só que, a escolha dos conceitos, a escolha das palavras com que nomeamos os eventos, os personagens, as épocas, produzem sentidos diversos para o passado, têm uma consequência decisiva para o tipo de significado que construímos para os acontecimentos. Dizer que a América foi descoberta é muito distinto de dizer que ela foi invadida ou conquistada, os sentidos dados às ações dos colonizadores europeus se modificam inteiramente. Transformar um genocídio num processo de povoamento é distorcer completamente o que aconteceu no passado e é reafirmar que a vida das populações indígenas nada valia, que eles, por representarem formas distintas de ser humanos, mereciam o extermínio. E essa narrativa alimenta e legitima os desejos de matança dessas populações, em nosso tempo presente.

A repressão à dimensão artística do trabalho do historiador se dá em dois momentos: primeiro ao mascarar o caráter artesanal e imaginativo das atividades realizadas no arquivo, enfatizando a sua metodização e disciplinarização. Ao narrar as atividades de arquivo, o historiador ressalta, com prolixidade, as operações técnicas, as operações metodizadas, as operações formais que realiza e oblitera a participação da imaginação, da sensibilidade e dos sentimentos, as operações passionais e sensíveis que realiza. Em segundo lugar, ao obscurecer e recusar, às vezes com indignação, a dimensão literária, retórica, poética, da escrita da história. No século XIX, era comum se reconhecer que o historiador devia perseguir um estilo de escrita, que devia ser perito na arte de escrever, que a sua forma de escrita teria um impacto na recepção daquilo que dizia. Era comum, que a historiografia figurasse em manuais de história da literatura, com a escrita da história merecendo avaliações de cunho estético e estilístico. Os historiadores do dezenove, em sua maioria, partilhavam da percepção de que a avaliação do que seria um bom texto de história não passava apenas pela qualidade e quantidade dos dados e das informações que fornecia, pela relevância dos temas que abordava, dos

fatos que tratava, das descobertas que enunciava, mas também da qualidade estética do texto. Uma obra clássica no campo historiográfico tende a ser aquelas obras com claro apuro narrativo, vazadas em uma escrita capaz de seduzir o leitor, de impressioná-lo, de deleitá-lo. Os historiadores reprimiram a dimensão do prazer do texto, tanto o prazer em escrever (dificilmente os historiadores confessam seus prazeres na escrita, preferem relatar a etapa da escrita como sendo um fardo, um calvário de dificuldades, um sacrifício físico e mental), quanto o prazer da leitura. Os historiadores buscam o gozo, tanto o gozo próprio, ao escrever, como o gozo do leitor e, no entanto, tudo isso é negado e escamoteado, reprimido. Dar prazer ao leitor passou a ser visto como um objetivo anódino da escrita da história, como algo que reduziria a própria cientificidade dessa escrita. O texto do historiador faria o milagre de ser uma narrativa que não possuiria repercussões estéticas, que não falaria à sensibilidade e às emoções, só falaria ao entendimento. O resultado disso foi a perda de apuro estético no campo da escrita da história, ao longo do século XX. O afastamento dos modelos narrativos do campo literário e artístico e a aproximação com a linguagem das demais ciências sociais, teve como resultado, em grande medida, a perda da especificidade da escrita da história, a perda de toda uma tradição narrativa, e o empobrecimento dos relatos historiográficos, vazados em uma linguagem que, ao mesmo tempo que se queria mais especializada, mais exotérica e, portanto, mais científica, se tornava menos elaborada do ponto de vista estético.

A etapa da escrita da história, a etapa decisiva de toda a operação historiográfica, ficou naturalizada, entregue ao costume e à repetição, entregue à cópia de outras disciplinas, sem merecer maiores debates ou reflexões. Era como se houvesse uma espécie de historiador natural em cada um, todo mundo teria capacidade de narrar, de contar histórias e, portanto, escrever história era algo não problemático, algo que não merecia maiores cuidados. Todo cuidado estava dirigido para a etapa do arquivo, ela sendo superada, a etapa da escrita era dada como uma consequência necessária e natural. Os inúmeros casos de sucesso na etapa da pesquisa e insucesso na etapa da escrita não pareciam mobilizar os historiadores para a reflexão acerca da difícil arte de escrever a historiografia. O texto historiográfico é, em si mesmo, um gênero narrativo, um gênero literário, o que não quer dizer que seja literatura, nos termos que a contemporaneidade a pratica e define. O texto historiográfico é literário porque é uma construção feita com o uso e recursos que a linguagem e a narrativa em prosa oferecem, porque é a construção de sentidos para as coisas do passado com uso da narrativa. A historiografia é um saber de charneira entre o científico e o literário, porque recorre na etapa da pesquisa a inteligência e a imaginação e porque na etapa da escrita recorre ao conceito e à imagem, à categoria e à metáfora. Não existe escrita da história que não seja, ao mesmo tempo, conceitual e poética. Não

há nenhuma contradição nisso, pois se a historiografia narra a história dos homens e mulheres, narra as ações e de seres que são, sempre, e ao mesmo tempo, racionais e passionais, inteligentes e imaginativos, memoráveis e sensíveis, portanto, um pouco filósofos, cientistas e artistas, ao mesmo tempo. Os humanos são seres de charneira, são seres de fronteiras, são seres que habitam a terceira margem do rio, são seres sujeitos aos ventos e aos eventos, e qualquer saber que pretender ser uma ciência humana haverá de habitar também essa zona de indescidibilidade, essa zona turbulenta, essa zona de contato entre o científico, o filosófico e o poético, sem desconhecer, a onipresença do político, atravessando transversalmente todas essas dimensões. Penso que a riqueza da historiografia como saber, sua capacidade de seduzir, de atrair, de fazer compreender, de entender, mas também sua legitimidade e função social são potencializadas por essa localização ubíqua entre o científico, o artístico e o filosófico. Se o historiador é responsável pela fabricação narrativa dos tempos, essa fabricação requer o uso do conceito, o recurso à pesquisa regulada e formalizada, institucionalizada e regulada pelos pares, a frequência metódica do arquivo à arte da escrita, à arte de bem escrever, de bem narrar, de formular um texto crível, verossímil, crítico e agradável do ponto de vista estético. Um texto apoiado em documentos, informado pelos dados; com uma argumentação convincente, articulada pelos conceitos e pelas imagens; um texto legível, agradável e sedutor, preocupado com fazer efeito no leitor, não apenas efeito cognitivo, mas efeito estético. A cognição e o afeto não estão separados, um texto agradável de ler também pode dar o que pensar. O pensamento científico não precisa ser, necessariamente, tortuoso, desagradável, exotérico, abstrato, ininteligível para a maioria. A ciência da história não pode se dirigir apenas a iniciados, não pode falar apenas para aqueles que militam no próprio campo. O saber histórico é imprescindível social e politicamente e não pode ficar entregue a uma prosa que não convida ninguém à leitura, que não seduz ou atrai, que se reserva para o deleite de igrejinhas (depois os historiadores se queixam porque os jornalistas fazem sucesso, tem audiência escrevendo sobre a história), que destina os escritos inteligentíssimos às estantes das bibliotecas e aos repositórios de bancos de dados. A historiografia para ser efetiva precisa ser lida e, para ser lida, é preciso que os historiadores tenham, no momento de escrever a história, a mesma preocupação que têm em relação à etapa da pesquisa em arquivo. Se nos preocupamos em inovar os procedimentos de pesquisa, é preciso que os historiadores se empenhem em buscar novas maneiras de escrever a história, renovando a arte de inventar narrativamente o passado.

A invenção de mim¹

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

O homem cria somente quando ama, quando se banha na ilusão do amor, quer dizer, quando acredita incondicionalmente em algo que seja justo e perfeito.²

A Estação dos Sonhos: primeiros momentos da formação intelectual e profissional

Fazer uma arqueologia de mim mesmo, tentar responder às indagações nietzscheanas: o que estou fazendo de mim mesmo?, ou, como cheguei a ser o que sou?, são os objetivos deste memorial. Documento memorialístico que desenhará a trajetória de um Eu em sua formação, que tratará da dispersão de experiências que se unificam apenas por remeterem e ser recobertas por um nome de sujeito, por um nome de autor: Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Eu, que se descobrirá múltiplo, fragmentado, desenhado por uma miríade de acontecimentos, que requerem escolha, seleção, ordenamento através de um enredo, de um problema, de um objetivo: fazer inteligível a minha trajetória acadêmica e profissional. O que vai se encenar aqui não é o todo de uma vida, pois ele nunca é recuperável, mas o caleidoscópio de fragmentos significativos, o rosto remendado de um corpo que veio a ocupar diferentes lugares de sujeito ao longo de sua trajetória no tempo e que, em alguns momentos, ousou ocupar o lugar de autoria de escritos e falas sobre a história.

Não haverá aqui ilusão biográfica. Sabemos que o relato de uma vida, as narrativas memorialísticas ou autobiográficas não constituem continuidades, não dotam estas vidas de um sentido que teleologicamente as atravessariam de ponta a ponta. O que aparecerá aqui são sentidos provisórios, regionais, sentidos sobrepostos no palimpsesto que é cada existência humana, sentidos escolhidos por mim, sentidos situados num tempo e num lugar. Como no próprio fazer histórico, os fatos, aqui relatados, nascem da escolha do autor, são ao mesmo tempo necessários e aleatórios: necessários à estrutura de enredo montada pelo narrador, aleatórios na trajetória de vida do sujeito narrado, pois outros tantos poderiam ser escolhidos. Como diz Michel de Certeau acerca da escritura autobiográfica, me colocarei agora no curioso lugar do morto, olharei para minha vida, na altura dos meus 44 anos, como se esta já tivesse se concluído e já fosse objeto de balanço e avaliação. E ocupar tal lugar, agora, se faz mais curioso, pois serei um morto que fala da vida em nome de abrir

1 Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção de mim...** *Op. cit.*

2 Cf. NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva: Sobre a Utilidade e os Inconvenientes da História para a Vida (1874). In: *Idem. Escritos Sobre a História*. São Paulo: Loyola, 2005.

nela própria um novo momento, de trazer mais vida para este sujeito morto que fala, que fala para registrar por escrito a vida e assim não morrer; ilusão de transcendência que deu origem ao próprio saber histórico. Morto que agora se arvora ao lugar de titular na academia, na Universidade, e ser titular não é para quem está morto, pois o morto é por definição a reserva, a sobra, o resto da vida, o que nela vive como ameaça e condição mesma. Por isso farei da minha vida um drama em sete atos; em sete momentos tentarei dizer quais as práticas discursivas e não discursivas que, realizadas por mim, tornaram meu nome de autor e de professor legítimos socialmente para vir a ocupar este lugar na Universidade, para serem reconhecidos pelos meus pares, com o poder que agora a instituição universitária lhes confere, como merecedores de figurar neste novo lugar de saber e de poder, neste novo lugar de trabalho e de responsabilidade social, cultural e política.

Sou um menino de fazenda, menino que apenas nasceu em Campina Grande, após uma afrita viagem noturna, no dia 22 de junho de 1961, mas que até os 15 anos morou nas terras que o seu pai possuía no cariri paraibano. Terra seca que exigiu, durante anos, periódica mudança para outras terras pertencentes ao avô paterno, situadas no chamado agreste paraibano, sempre que o verão se anunciava. Menino que não frequentou escola, pois não havia nenhuma nas redondezas. Minha mãe, uma moça paulista apaixonada por um migrante paraibano, moça formada em secretariado executivo, que deixara, em nome do amor, o cargo de secretária executiva dos laboratórios Abbott, em São Paulo, para morar em uma casa de tijolos aparentes e de chão de barro, na Paraíba, foi minha primeira professora, talvez a definitiva, aquela com quem, muito provavelmente, por meu amor e admiração de filho, aprendi a ensinar. Até o quarto ano primário, como se chamava na época, fiz meus estudos em casa, a cada tarde, na mesa da sala de jantar, junto com minha mãe.

A cada início de ano repetia-se o miraculoso momento da chegada dos novos livros que vinham da cidade, promessa de novos conhecimentos e fantasias numa infância já tão pobre delas, já que, desde os 7 anos trabalhava no campo, ajudando meu pai; deles passei a gostar até do cheiro, paixão que continua até hoje. Fiz todo o primário através de uma coleção de livros chamada “Nordeste”, na qual desde o livro de português até os de história e geografia participavam da veiculação e reafirmação da identidade regional nordestina. Vivíamos, no país, os difíceis anos da ditadura militar de 1964, cujas tropas foram para as ruas no dia em que sofri o primeiro grave incidente em minha vida: fui mordido pelo cachorro da casa e sangrando muito tive que esperar todo um dia para ser socorrido. Fiz todo o primário em quatro anos, pois não tive direito a cursar a pré-escola ou a alfabetização. Este período corresponde aos anos de 1967 a 1970, ou seja, dos 6 aos 9 anos de idade. Da ditadura nunca ouvi falar, apenas a revista semanal *O Cruzeiro*, que era trazida pelo meu pai, todo final de semana, de Campina Grande, onde ia fazer a feira, informava sobre

as maravilhas do milagre brasileiro e fez com que lamentasse e fosse às lágrimas ao ouvir pelo rádio o discurso de despedida do presidente Emílio Garrastazu Médici, que pai e filho consideravam o melhor que o Brasil tinha tido.

Aos 9 anos estreio no magistério, já que a minha mãe grávida de seu último filho, me transfere a responsabilidade de acompanhar os estudos de minha irmã de 8 anos, que fazia a quarta série, ao mesmo tempo em que estudava para fazer o exame de admissão ao ginásio, ano em que devorei todo um livro destinado a subsidiar estes exames. No final do ano de 1971, prestei o exame de admissão ao ginásio na Escola Cinecista Padre Inácio, em Boqueirão, cidade sede do município onde ficava localizada a fazenda do meu pai, distante 12 quilômetros. Aprovado, inicio uma nova aventura: percorrer de Jeep, toda noite, os 12 quilômetros que me separavam da escola após um dia todo de trabalho no campo. Filho de uma tradicional família paraibana, descendente em oitava geração do matador de índios Teodósio de Oliveira Ledo, tendo um bisavô que chegou a ser vereador da Câmara de Campina Grande, no final do século XIX, após as sucessivas divisões das terras por famílias numerosas e não preparadas subjetivamente para viver em uma sociedade capitalista, eu era apenas o filho de um pai semi-analfabeto, trabalhador incansável e de recursos muito limitados, dependendo da mão-de-obra barata dos filhos para sobreviver e dar-lhes o sustento. Talvez aí tenha aprendido a trabalhar muito e ganhar tão pouco, anátema da profissão que vim a escolher.

De 1972 a 1975, cursei o ginásio comercial, onde me são ministradas disciplinas como Prática de Comércio, Prática de Escritório e OSPB, das quais fiz questão de esquecer até do nome dos professores. Em 1973, vendo a impossibilidade de continuar os estudos, já que o Jeep do vizinho de fazenda que me transportava ameaçava não circular, fui morar de favor, na casa de minha madrinha, em Campina Grande, onde passo a frequentar a Escola Estadual de Primeiro Grau de José Pinheiro. Minhas primeiras experiências urbanas. Experiências maravilhosas, como a de ir ao cinema todo domingo ou de ter amigos para brincar, mas também experiências dolorosas como a de sofrer verdadeira perseguição de meus colegas em sala de aula, por ser tímido, arredo e “tirar sempre notas boas” e as constantes humilhações por estar de favor em casa alheia, que me levam a pedir o retorno à fazenda onde, afinal, o Jeep continuava circulando, podendo assim prosseguir meus estudos até o último ano do ginásio. Nestes anos o conhecimento do que se passava no país apenas chegou até mim através do alerta do meu pai de que ouvira falar, na feira, em Campina Grande, de que estavam prendendo comunistas, de que eu tivesse cuidado em não falar mal do governo. No colégio, todos os dias, em fila, antes de entrarmos, cantávamos o hino nacional e hasteávamos a bandeira nacional. Todo sete de setembro, por ter boa estatura, era convocado a desfilar e o fazia com muita alegria, já que ia como cabeça de pelotão. O desejo de me fazer notado, de destaque, me envaidecia. Destes anos, além das inúmeras

noites em que empurramos o Jeep, dos finais de semana em que fomos tapar buracos nas estradas para que ele passasse, substituindo o governo municipal inoperante, ficou a convivência com um grupo de vizinhos, de diferentes condições sociais que demandavam todos, a seu modo, o saber.

Terminado o ginásio, a cidade de Boqueirão não oferecia o que na época chamava-se o Científico, atual Segundo Grau. Novo drama familiar: o que fazer? Repetir a experiência traumática de morar em casa alheia? Após quase a separação do casal, minha mãe consegue convencer meu pai de que os meninos deveriam continuar os estudos, que esta era a única alternativa que tínhamos. Mudança para Campina Grande, cidade aonde ia esporadicamente e que, durante anos, foi apenas, para mim, aquela forte mancha de luz no horizonte, brilho de sonho, terra encantada onde sonhava chegar. Lembro até hoje daquela madrugada em que desembarcamos de um caminhão de mudanças na primeira rua do bairro da Liberdade, e que nome significativo para o bairro, era tudo que ele significava para mim, a liberdade da cansativa rotina de trabalho no campo, da vida de sertanejo, que aprendi, desde cedo, que nada tem de idílica ou romântica. Morávamos perto da fábrica da SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), um dos últimos baluartes da atividade econômica que fez a riqueza e o crescimento daquela cidade, a produção e exportação do algodão. O cheiro do caroço de algodão queimando, que para muitos era poluição, para mim era um perfume inigualável, perfume de cidade, perfume de liberdade. Talvez aí tenha começado a aprender quão relativos são os significados das coisas, dos eventos.

Passei a estudar na Escola Estadual José Américo de Almeida, mais conhecida como Estadual da Prata, que até bem pouco tempo, antes do início do declínio do ensino público, era considerada a melhor escola da cidade. Lembro que no ano que passei na casa de minha madrinha, fazendo o segundo ano ginásial, frequentava a casa de um professor do Estadual da Prata, esposo de uma irmã de meu pai, o professor Raimundo Suassuna, que tinha uma grande biblioteca, que me fascinava. Ele era um tradicional professor de história. Lembro dele contando os fatos da história universal e do Brasil a mim, nos menores detalhes, com nomes e datas precisos. Talvez ele tenha sido um dos meus modelos de subjetividade, assim como minha mãe. Em sua casa conheci coleções tradicionais de história, como os livros da Brasileira, os livros de história do Brasil de Rocha Pombo, João Ribeiro, ou mesmo os moderníssimos livros de história em quadrinhos de Borges Hermida ou os primeiros volumes publicados por Armando Souto Maior e José Jobson Arruda, livros com os quais estudei o ginásio. Primo de João Suassuna, Presidente do Estado assassinado em 1932, ele contava a história de sua família sertaneja, a história de cangaceiros e de retiradas, que me faziam reencontrar as temáticas regionais que havia lido nos livros “Nordeste” e que ganhavam vida em suas narrativas.

De 1976 a 1978, cursei o Científico, período em que ocorreram fatos decisivos em minha vida, alguns muito traumáticos, outros muito felizes. Foi neste Colégio que encontrei duas professoras que me viraram a cabeça e me serviram de modelo para o sujeito que me tornaria a seguir. Vindo de uma família de formação profundamente católica, me deparei com uma professora de OSPB, que além de muito bonita, nos levava para sua casa, para sua biblioteca e nos emprestava livros “proibidos”, encadernados com papel de embrulhar carne para não aparecer o título, livros que vim a saber eram “comunistas”. A curiosidade adolescente me fez ser flagrado por minha mãe lendo *A Ilha* de Fernando Moraes, que gerou a primeira, de uma série de grandes discussões, em que o menino ia, talvez dolorosamente, se afastando de seu grande modelo de sujeito até então, para tomar outra pessoa -como minha mãe deve ter sofrido com esta traição- como a sua guia. Mas, longe desta militante e incisiva atuação da professora “comunista”, outra mais cotidiana, mas competente do ponto de vista pedagógico, se fazia quatro vezes por semana. A professora de História, Martha Lúcia, mulher completamente fora dos padrões tradicionais de beleza e comportamento, todo o oposto da outra, nos encantava a todos com a forma como ensinava aquela matéria até então tida apenas como interessante, mas maçante, requerendo apenas decorar no dia anterior à prova. Ela, que mais tarde foi minha professora de Teoria da História e História do Nordeste na graduação – e tudo que tenho feito até agora pode ser uma homenagem a ela – me fez decidir pelo Vestibular em Estudos Sociais, já que ainda não havia a graduação em História na cidade. Que seria professor sempre soube, nunca tive dúvidas, desde que passei aquelas tardes ensinando minha irmã e sempre que meus colegas solicitavam minha ajuda para fazer suas tarefas escolares. Como gostava de passar tardes e noites, já que estudava pela manhã, ajudando outras pessoas a aprender. Na memória, sempre, aquele ano em que minha mãe insatisfeita de apenas educar seus filhos, enquanto, na vizinhança, a maioria das crianças continuava no analfabetismo, resolveu abrir uma escola, para desespero de meu pai, macho nordestino, que via a possibilidade de com isso ela vir a ganhar dinheiro e sair debaixo de seu tacão. Escola, fugaz momento de independência de minha mãe que se esborou com uma gravidez tardia. Com a maternidade, a mulher saía perdendo e meu pai ganhava a batalha e eu aprendia a gostar de educação e desconfiar dos machos.

Ainda antes do Vestibular e da entrada na Universidade, dois eventos vieram trazer para mim o aprendizado do inesperado, do acaso, do não previsto, que pode mudar a história, seja de um indivíduo, seja de uma sociedade e de como o sujeito é, em grande medida, aquilo que fazem dele, aquilo que lhe nomeiam, de como terminamos por subjetivar uma imagem de sujeito que nos chega através de nossas relações e de como terminamos por corresponder aos lugares de sujeito em que as relações sociais nos colocam. Estas experiências,

embora não sejam acadêmicas, são inseparáveis do que vim a ser como pessoa e como profissional, tendo uma ligação direta com as temáticas que venho estudando em minha trajetória de pesquisa na Universidade. Aos 15 anos me descubro homossexual, a partir daquele murmúrio social que te cerca e que dá nome àquilo que sentes sem que sequer saibas como definir. Após dois anos, em que achava apenas ter uma grande amizade por um colega de classe, assim eu definia o que sentia, sou comunicado de que o que sinto é amor e desejo, comunicado por um amigo apavorado que também partilhava, possivelmente, a mesma experiência. Começava aí o duro aprendizado de e a relutância em aceitar “ser homossexual”. No final do ano seguinte, aos 16 anos, indo passar o Natal com meus pais na fazenda, sou obrigado a ir moer ração para o gado. Vou chorando de revolta por ter que trabalhar até nas férias. Menos de meia hora depois tenho amputada a mão direita, tragada pela máquina quando ia moer o último feixe de capim. No ano seguinte, 1978, após quatro meses de espera por uma mão mecânica, que seria doada por uma instituição paulista, retorno ao colégio para fazer o último ano do Científico. No final do ano sou aprovado no Vestibular para o curso de Estudos Sociais da Universidade Regional do Nordeste. Chegava ao fim a estação dos sonhos, com muitos pesadelos, mas com uma enorme esperança à frente.

A História como Vida: trajetória acadêmica da Graduação ao Pós-Doutorado

Março, 1979. Começa um novo momento em minha vida, a Graduação, feita no prédio anexo à igreja catedral da cidade de Campina Grande, onde funcionava o curso de Estudos Sociais. Turma de 120 alunos que vai se reduzindo rapidamente. O fascínio pelo encontro com disciplinas como Introdução à Antropologia, Filosofia I e Introdução aos Estudos Históricos. Universidade paga, passo a dar aulas de Estudos Sociais em uma pequena escola próximo de casa para custear os estudos. Tenho a candidatura aprovada ao Crédito Educativo. Ainda católico, participo de grupos de jovens, canto no coral de uma igreja e participo da Pastoral da Juventude. Um antigo colega de turma no Estadual da Prata e participante da Pastoral me convida para ministrar umas aulas de história à sua irmã que vai fazer Vestibular. Passo a ir a casa dela todas as tardes de sábado. Numa destas vezes chega à casa um professor de Literatura que daria também aula, em seguida, para sua aluna. Fica escutando a aula e quando esta acaba diz que o cursinho pré-vestibular onde ensina estava precisando de professor de história, e pergunta se eu não queria fazer um teste. Chego com 17 anos ao Curso Campinense, o maior e mais renomado cursinho pré-vestibular da cidade, sou apresentado à dona, que me olha com certo ar de espanto e incredulidade, magrinho, 54 quilos, aparentava ainda ser mais novo do que era. Mas, generosa como viria demonstrar a ser em muitas outras ocasiões, me colocou para dar umas primeiras aulas como

experiência. Corro a comprar livros e a me preparar. Adquiro História das Sociedades e História da Sociedade Brasileira e um livro chamado, Nova História. Devoro-os em um fim de semana, preparo aulas e mais aulas em inúmeras fichas. Consultados os alunos, sou aprovado como professor. Mal entrara na Universidade, já começava a dar aulas para turmas que cursavam o último ano do Segundo Grau. A maioria dos alunos com minha idade ou muito mais velhos. Talvez venha daí a enorme identidade que tenho com meus alunos até hoje, sempre me sinto mais próximo deles do que dos meus próprios colegas.

Ensinando no cursinho mais procurado da cidade, sou rapidamente convidado para ser professor em outros bons colégios. Tenho oportunidade de ensinar para turmas de quinta a oitava séries do primeiro grau no Colégio Regina Coeli, todas as séries do segundo grau nos Colégios Nesa, Alfredo Dantas, CPUC, além de ensinar em cursos supletivos no Colégio Rui Barbosa. Passo a ter uma rotina em que, entre aulas na Universidade, onde fazia até nove disciplinas diferentes por período e nos colégios, tenho ocupado todos os meus horários, das 7 da manhã da segunda-feira até o sábado ao meio-dia, indo todos os dias até as 22:30 horas, ficando o restante do sábado e do domingo para fazer meus trabalhos escolares e preparar minhas aulas. O trabalho e os estudos ininterruptos não me deixam sequer pensar em minha sexualidade, reprimida, negada, envergonhada e servem de antídoto a qualquer baixa autoestima que pudesse ter sido trazida pela perda do membro superior.

Logo no primeiro ano de Universidade é criado o curso de Licenciatura Plena em História, à medida que a abertura política ensaiava os primeiros passos e a crítica aos Estudos Sociais começava a ser feita por muitos educadores. Tendo os alunos de Estudos Sociais a possibilidade de fazer opção pelo novo curso, não tive dúvidas, passei a cursar História. Currículo com 48 disciplinas, que uma reforma realizada um ano antes de minha saída veio ampliar em mais 8 disciplinas. Tive um curso caracterizado pela leitura marxista da história. Já na disciplina de História do Brasil I, ministrado por uma professora conservadora, liamos *Formação Histórica do Brasil* de Nelson Werneck Sodré e *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior, pois, talvez seu desconhecimento de Teoria da História nos tenha favorecido. Foi um curso apoiado no materialismo histórico, sem que tenhamos nunca tido a chance de ler o próprio Marx, cujos livros ainda não circulavam ou eram ainda considerados de uso perigoso pelos professores. Uma vez na Universidade, para tristeza e revolta de meus pais, me afasto da religião e da militância católica, me torno comunista. Nas minhas aulas, nos colégios onde frequentava a fina flor da burguesia da cidade, passei a falar da revolução e da teleologia inexorável que atravessava a história; sem saber, era um stalinista. Conflitos com pais de alunos e ameaças anônimas por telefone foi o resultado. Envolvido com o movimento estudantil, participo por duas vezes de chapas vitoriosas para o DCE da Universidade. Sou primeiro

secretário do DCE, na primeira gestão, e representante dos alunos junto ao Conselho Universitário, na segunda. Fazendo forte oposição ao reitor, nomeado à revelia da comunidade acadêmica, somos processados por crime comum, ao ser o DCE arrombado e de lá retirados todos os seus pertences. Com a derrota do reitor nas eleições para prefeito da cidade e a vitória do ex-prefeito cassado, de quem participamos ativamente da campanha, Ronaldo Cunha Lima, somos absolvidos no processo em que ele atuou como advogado de defesa. Em 1980 participamos ativamente da fundação do Partido dos Trabalhadores, viramos noites em reuniões intermináveis, colhemos listas e mais listas de nomes de filiados para a sua legalização. Ainda neste ano sou locutor do primeiro comício de Luís Inácio Lula da Silva, em Campina Grande. Numa rua escura, por falta de dinheiro para alugar gambiarras, ao lado do Teatro Municipal, Lula chega, suado, cheirando a cachacinha, com uma camisa curta que deixava aparecer a barriga e fala para meia dúzia de pessoas que viera lhe assistir. Em julho de 1982, concluía a graduação. Orador da turma, fiz um discurso comparando o grampeador acorrentado da secretaria com o clima em que vivíamos na Universidade, alguns professores se retiraram em protesto, outros aplaudiram efusivamente. Na Universidade, além de reencontrar Martha Lúcia, minha musa inspiradora, tive contato com outro grande exemplo como pessoa e profissional, grande exemplo de vida: a professora Josefa Gomes de Almeida e Silva. Mulher sertaneja, filha de uma lavadeira e de um lixeiro, que chegou à professora universitária sendo empregada doméstica e estudando à noite e que tem uma das maiores bibliotecas da cidade, de onde pude retirar inúmeras preciosidades. Com ela aprendi mais do que simplesmente os conteúdos que ensinava, nas disciplinas História da Paraíba e História da América, aprendi a ser gente.

Terminada a graduação, resolvo fazer imediatamente o Mestrado e escolho a Universidade Estadual de Campinas para tentar ingressar como mestrando, sob a incredulidade dos parentes de minha mãe, em São Paulo, que achavam que um paraibano não teria a formação adequada para tanto. De posse do folder, resolvo me preparar para a seleção. Recorro a Livro Sete, importante livraria pernambucana que havia chegado à cidade desde o final da década anterior, onde comprei grande parte dos livros que usei na graduação e onde pude ter contato com toda a imprensa alternativa que surgiu no lastro da abertura política, inclusive com o jornal voltado para o movimento homossexual que surgia no país, O Lâmpião da Esquina. Não tendo nenhuma formação em língua estrangeira vou até a Cultura Francesa e solicito livros onde pudesse sozinho ter uma boa iniciação à língua francesa. O Mestrado tinha como área de concentração a História Social do Trabalho, motivo de minha opção pela UNICAMP, além do fato de que, ao contrário da USP, lá era uma seleção onde não se precisava conhecer nenhum orientador previamente. Escolhi a linha de pesquisa Capitalismo e Agricultura e elaborei um projeto para estudar dois importantes conflitos pela terra ocorridos no final dos

anos setenta e início dos oitenta, na Zona da Mata paraibana: os conflitos de Alagamar e Piacas. Feita a seleção, sou o segundo colocado, tendo direito a uma bolsa de estudos do CNPq, com a qual me sustentei durante a estadia na cidade. Abandono todos os colégios em que ensino, parto de Campina para Campinas onde vou viver em casa de um tio materno. No Mestrado, entro em contato com o clima de renovação da historiografia brasileira trazida pela abertura política e pela contestação daquele marxismo mais economicista e ortodoxo em que me formara. Ainda na graduação lera *O Silêncio dos Vencidos* de Edgar de Decca, livro que muito me entusiasmara, embora, na época, influenciado pelo prefácio escrito por Marilena Chauí, tenha feito uma leitura do livro completamente diferente da que faria tempos depois. Sabendo que o autor era professor na UNICAMP, mais entusiasmado fiquei para fazer aí meu curso. Infelizmente não tive oportunidade de estudar com ele no Mestrado, mas estudei com importantes professores: Maria Silvia de Carvalho Franco, que nos deu dois semestres de um curso sobre as bases do pensamento liberal, onde lemos desde os filósofos gregos e latinos, até os modernos, sendo brindados com traduções eruditas diretamente do grego e do latim; Hector Bruit, que numa disciplina de História Econômica Geral, nos fez ler os seis volumes de *O Capital*, finalmente tendo assim contato direto com a fonte de minha formação na graduação; Ítalo Tronca que, numa disciplina intitulada *Historiografia Brasileira*, me proporcionou o encontro com o autor que seria decisivo em minha vida acadêmica e em minha produção intelectual daí para frente: Michel Foucault, de quem li maravilhado *Vigiar e Punir* e *História da Loucura*. A novidade de suas abordagens, de seus temas, sua escrita poética e arrebatadora, me abriu a possibilidade de pensar de um modo diferente do que fizera até então. Se pensar é modificar-se, como ele sempre ensinou, lê-lo me fez outro, me fez nascer de novo. Através do Ítalo também travei contato com a obra de Edward Palmer Thompson, que foi fundamental para questionar a tradição marxista em que havia me formado. Lido ainda em sucessivas xerox de suas obras publicadas em espanhol, sem tradução brasileira, sua obra abria a possibilidade de escrever a história dos trabalhadores levando em conta os elementos culturais e outros momentos da vida que não aqueles passados na fábrica, nos sindicatos ou nos partidos operários. Frequentei ainda durante três semestres os cursos da professora do Departamento de Ciências Sociais Nazareth Baudel Wanderley, cursos de sociologia rural, em que buscava subsídios para meu tema de tese, cursos em que tive a chance de conhecer desde os clássicos estrangeiros sobre a questão agrária até os autores clássicos e mais contemporâneos sobre a mesma questão no Brasil, aprendizado que iria se mostrar fundamental para minha posterior atuação no Mestrado em Sociologia Rural, da Universidade Federal da Paraíba.

As leituras, notadamente da obra de Foucault, me levaram para longe da história dos movimentos sociais de Alagamar e Piacas, cujo projeto se

transformou em meu primeiro artigo, publicado nos Cadernos de Estudos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o título de: *Pró-Álcool: concentração fundiária e conflitos sociais no Agreste paraibano*, no ano de 1985. Talvez fruto de toda a vivência que tivera no meio rural paraibano, a seca emergiu como tema de preocupação de minha dissertação, mas emergiu não como fenômeno natural ou econômico-social, como tradicionalmente era tratado, mas como um problema histórico. Tal como aprendera com Foucault, busquei na dissertação entender como a seca se transformou em um problema regional, somente no final do século XIX, quando da chamada grande seca de 1877-1879, mesmo sendo um fenômeno do qual tinham-se relatos desde o período colonial. Como diz Foucault em seu artigo *Nietzsche, a genealogia e a história*, um historiador arqueólogo busca perceber a emergência ou a proveniência de um evento; tenta pensar seu objeto não como algo dado, mas como algo construído por camadas de discursos e relações de poder. Iniciado em 1983, o Mestrado se estenderia até 1988, quando finalmente concluo a dissertação de cerca de 450 páginas intitulada: *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema à solução (1877-1922)*. Tendo feito concurso e ingressado como professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, em 1 de novembro de 1984, tinha apenas as férias de final de ano para fazer a pesquisa, gigantesca, que envolveu a busca por artigos de jornais, pelos anais da Câmara e do Senado, pela literatura regionalista, pelas atas das reuniões do Club de Engenharia no Rio de Janeiro, por coleções de literatura de cordel, pastorais e jornais da Igreja, além de inúmeras obras publicadas sobre o assunto. A redação também se deu em um final de ano. Defendida perante uma banca composta pelos professores Robert Andrew Slenes (orientador), Izabel Marson e Maria Stella Brescianni, foi aprovada em abril de 1988.

Minha primeira estada em Campinas me proporcionou, além do contato com professores muito competentes e com colegas estimulantes e estudiosos, com bibliotecas e acervos preciosos e com um arquivo importante como o Edgar Leuenroth, importantes experiências como a participação nos grandes comícios pelas eleições Diretas-Já, inclusive no maior deles no Anhangabaú, como ainda as primeiras relações homossexuais e o contato com a cultura do gueto gay e o convívio com as acirradas disputas internas na academia, que muito me serviriam no futuro.

Dois anos depois de haver defendido a Dissertação, 1990, volto à UNICAMP para cursar o Doutorado em História. Sabendo que o Departamento encontrava-se agora dividido entre historiadores sociais e historiadores culturais e que a anterior aliança e o uso concomitante nas dissertações de autores como E.P. Thompson e Michel Foucault, o que também fizera em minha Dissertação, que ocorrera no momento em que as disputas pela hegemonia no interior dos Departamentos de História e do

campo historiográfico davam-se entre a chamada nova história e a chamada “velha guarda marxista”, haviam sido rompidos com a aposentadoria da maioria dos professores e com o acirramento da disputa por espaços entre as novas gerações, resolvo estrategicamente apresentar um projeto apoiado na obra de Thompson. Nele me propunha a estudar a formação da classe operária paulista, vendo como ocorrera, em seu interior, os conflitos entre os trabalhadores nacionais, notadamente os migrantes nordestinos e os trabalhadores imigrantes ou estrangeiros, como estes conflitos haviam moldado ou não uma dada cultura de classe e até que ponto estes conflitos explicariam a singularidade das formas de organização política do operariado brasileiro, procurando dialogar com a famosa tese do atraso do trabalhador nacional por sua origem rural e sua consequente adesão ao trabalhismo e ao populismo, teses defendidas por autores como Aziz Simão, Juarez Brandão Lopes, Francisco Wefort, entre outros.

Meu orientador seria novamente o professor Robert Slenes, que havia chegado à UNICAMP para substituir o professor Peter Eisenberg, que havia falecido, e herdara, ainda no Mestrado, minha orientação. Ele havia se mostrado um orientador rigoroso, sério, competente e, ao mesmo tempo, me deixara à vontade para tratar de um tema que não dominava, a partir de pressupostos teóricos e metodológicos com os quais não concordava. Mas logo que inicio o Doutorado o professor Slenes vai passar uma temporada de estudos nos Estados Unidos e tenho que escolher um co-orientador. A escolha recai sobre o professor Alcir Lenharo, com quem curso uma disciplina, onde aproveito seu domínio do pensamento de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Estes dois últimos autores ainda eram estranhos aos historiadores e o professor Alcir era o único a ousar utilizá-los, neste momento, como referencial para a história, motivo de ter ido fazer seu curso. Faço ainda os cursos da professora Margareth Rago, encontro decisivo em minha vida acadêmica e pessoal, pois a ela devo muito da divulgação que terá meu nome e meus escritos em nível nacional. Apaixonada, como eu, pelo pensamento de Michel Foucault, ela me introduziu nos estudos de gênero e nas leituras feministas. Tive então a oportunidade de fazer, durante dois semestres, um curso em Teoria da História com o professor Edgar de Decca, curso que marcou definitivamente minha opção por essa área de estudos na história, área em que me especializei como professor. Com seu particular jeito de ler os textos, seus insights brilhantes, pude aprimorar as leituras que tinha de autores como Carlo Ginzburg, Robert Darnton, Roger Chartier, Michel Foucault e E. P. Thompson. O objeto da Tese também foi alterado e o projeto inicial, como já ocorrera no Mestrado, se transformou em um artigo publicado na Revista Travessia, intitulado: *Paraibas e Bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade*, ainda no ano de 1990. Quando pesquisava para o Mestrado, percebi que o recorte regional Nordeste só aparecia na

documentação a partir do final dos anos dez do século XX. Me propus, então, a entender o porquê do Nordeste só ter emergido como identidade regional neste momento histórico. Após quatro anos de intensa pesquisa, em que, ao contrário do que ocorrera no Mestrado, tive todo tempo livre para me dedicar aos estudos, graças ao Programa PICD e uma bolsa de estudos da CAPES, terminei a Tese que se intitulou: *O Engenho Anti-Moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. Após consultar uma bibliografia de mais de 280 títulos, artigos de jornais, obras de sociologia e história, literatura, filmes, quadros, peças teatrais, músicas, que ajudaram a construir a maneira hegemônica de ver e dizer a região, escrevi um texto de cerca de mil páginas, que foi analisado por uma banca formada pelos professores Alcir Lenharo (co-orientador), Edgar de Decca, Margareth Rago, Francisco Dantas e Celso Favareto, que no dia 22 de abril de 1994, após 9 horas de arguição a aprovaram com distinção e louvor. Tese que ganharia, dois anos depois, o Prêmio Néelson Chaves de melhor tese sobre o Norte/Nordeste do Brasil, na área de história, prêmio concedido pela Fundação Joaquim Nabuco, que teve como integrantes da comissão julgadora os professores Raquel Glezer, Izabel Marson e Ilmar Mattos.

Em 2001, resolvo fazer meus estudos de Pós-Doutorado. Estava, no momento, iniciando uma pesquisa sobre a vida e a obra do folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo e os inúmeros contatos que este manteve com folcloristas, etnógrafos e intelectuais portugueses e espanhóis, o que me fez propor, como tema dos meus estudos de pós-doutoramento, a averiguação destes contatos entre Cascudo e seus colegas ibéricos e até que ponto estes foram decisivos em sua forma de pensar temas como o povo e a cultura popular. As inúmeras homenagens que Cascudo recebeu da ditadura de Francisco Salazar e suas constantes publicações na revista do órgão oficial de estudos de folclore, mantida pela ditadura de Franco na Espanha, a Revista de Dialectología y Tradiciones Populares, me fizeram indagar sobre as ligações políticas entre Cascudo, conhecido líder integralista brasileiro, e estes governos e como isto impactou sua produção intelectual. Entre agosto de 2001 e julho de 2002 passei um ano na Espanha, acolhido pelo Departamento de Educação da Universidade de Barcelona, na pessoa do professor Jorge Larrosa Bondía, que havia conhecido por ocasião da realização do I Colóquio Michel Foucault, realizado pela UERJ. O professor Larrosa é especialista em estudos sobre leitura e formação da subjetividade, tema que me interessava diretamente na medida em que estava iniciando o estudo da vida de um erudito em que a leitura teve um papel primordial em sua formação como sujeito. A escolha de um Departamento de Educação também se fez pela necessidade de, como professor, me atualizar sobre as discussões neste campo. Além de ter à disposição várias bibliotecas, onde pude realizar minha pesquisa, participei de um grupo de pesquisa do Departamento de Antropologia, que pesquisava e discutia a questão das identidades territoriais e a imigração e cursei a

disciplina ministrada pelo professor Larrosa sobre a temática acima referida, onde cheguei a ministrar uma aula sobre meu trabalho. De minha estada na Espanha resultaram quatro textos que se encontram no prelo para publicação por diferentes revistas da área.

As Invenções do Historiador: a pesquisa histórica e a produção intelectual

Minha trajetória de pesquisa em história teve início no Mestrado em História Social do Trabalho, na UNICAMP, quando abordei a emergência da seca como problema regional. Com o título *Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no Imaginário Nordestino - De Problema à Solução (1877-1922)*, minha dissertação de Mestrado tentou explicar o porquê da seca ter se tornado um problema regional e nacional só a partir da grande seca de 1877, embora este fenômeno ocorresse há séculos. Para entender a problematização da seca neste momento e o seu deslocamento para o centro do discurso regional como “o problema da região”, recorreu-se a uma análise estrutural da sociedade “nortista” neste período, buscando uma explicação para este fato, a partir da conjuntura que a cercou. Tentou-se também perceber a formação de um discurso em torno do fenômeno, o “discurso da seca”, que a transforma em tema privilegiado e explicação para todos os problemas enfrentados pela região, além de servir de pretexto para as reivindicações as mais diversas, desde investimentos na região até a própria manutenção das relações de poder aí presentes. Na constituição do discurso da seca vão se entrecruzar vários discursos que se preocupam com o tema, desde o discurso popular até o discurso oligárquico, passando pelos discursos da Igreja, dos técnicos e da “literatura regionalista”. Todos irão veicular uma imagem da seca, bem como ligar esta temática a outros problemas de interesse de cada grupo ou instituição social. Estes vários discursos ao se conflitarem darão origem a um discurso outro, o discurso dominante sobre o fenômeno, o discurso da seca, que não é redutível a nenhum destes em particular. Por fim, procurou-se demonstrar as consequências práticas deste discurso, e como estas levam a reformulações táticas e estratégicas no próprio discurso. Optei por não publicar o trabalho na íntegra, dada as muitas modificações que demandaria, mas um resumo de suas principais ideias vai aparecer num artigo publicado na Revista Brasileira de História, n. 28, no ano de 1995, com o título: *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste*.

No período em que estive desenvolvendo a pesquisa para a dissertação, à medida que ingressei como professor na Universidade Federal da Paraíba, surgiram convites para colaborações em jornais locais, escrevendo alguns artigos sobre a temática da seca e outros temas, em datas específicas como: Quebra-Quilos: a defesa da tradição (Diário da Borborema, 1986); Os Lucros da Desgraça

(Jornal da Paraíba, 1987); História em Negrito: o grito negro na historiografia brasileira (Jornal da Paraíba, 1988). A temática da seca também foi assunto do meu segundo artigo, publicado pela Revista Grão, do Departamento de Sociologia da UFPB, com o título *A Fome Tira o Juízo: seca e conflitos sociais no Nordeste*, em 1986, onde questionava a afirmação da maior parte da historiografia sobre esta região de que a seca era a causa de fenômenos sociais como o cangaço ou o messianismo, levando a uma explicação naturalizante destes movimentos sociais. A pesquisa sobre a invenção da seca terminou por me levar também à discussão sobre o monopólio privado das águas represadas na região, em artigo publicado na íntegra nos anais do Seminário Nordeste, o que há de novo?, no ano de 1988, intitulado: *Águas Privadas Movem Destinos: o monopólio da água como fonte de poder no Nordeste*. Neste mesmo ano, após a defesa da Dissertação participei da 5ª Reunião Regional da SBPC, onde fiz a primeira apresentação dos resultados da pesquisa do Mestrado, em comunicação intitulada: *A Seca Virou Problema: a origem do discurso da seca no Nordeste*.

Entre 1988 e 1990 coordeno o Setor de Documentação e Informação Histórica Regional (SEDHIR), criado para guardar os acervos documentais adquiridos graças ao projeto coletivo, financiado pelo CNPq, coordenado pela professora Eliete Queiroz Gurjão, intitulado Levantamento de Fontes para a História do Agreste da Borborema, do qual fazia parte como um dos pesquisadores, sendo responsável pelo levantamento de documentos nas cidades de Esperança, Remígio, Araras e Solânea, com uma equipe de dois bolsistas de iniciação científica, iniciando assim minha contribuição para a formação de novos pesquisadores, atividade que não mais abandonei, desde então. Ao mesmo tempo, coordeno a catalogação do acervo de folhetos de cordel José Alves Sobrinho, pertencente à Universidade e que permanecia guardado na Biblioteca Central sem nenhuma organização. A importância que os folhetos de cordel tiveram para a análise de discursos populares sobre a seca em minha Dissertação, me levou a conferir importância a esta fonte para o estudo da história, da qual fiz uso pioneiro.

Em 1990, inicio meu curso de Doutorado e a pesquisa que levaria à redação e defesa da Tese intitulada *O Engenho Anti-Moderno: A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, transformada no livro *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, publicado em 1999 e já em segunda edição. A Tese trata da emergência histórica de um objeto de saber e um espaço de poder, a região Nordeste. Analisa as práticas regionalizantes e os discursos regionalistas que gestaram, no começo do século passado, a ideia de Nordeste. Analisa como os discursos, sejam acadêmicos, sejam artísticos, foram dotando este recorte espacial de uma imagem e de um texto, uma visibilidade e uma dizibilidade, que lhe deram conteúdo e o tornaram numa poderosa arma nas lutas políticas nacionais. Como estes discursos construíram esta identidade espacial, formularam a ideia de uma cultura regional diferenciada que foi subjetivada

por todos que habitam este espaço. Busca entender como esta região foi sendo reelaborada permanentemente pelos vários movimentos culturais do país, começando pelo regionalismo tradicionalista, no seu embate com o modernismo, até o tropicalismo, que significou a problematização mais radical desta ideia de uma cultura regional e de uma cultura nacional, que o Nordeste representaria. O tropicalismo rompeu com a formação discursiva nacional-popular e o dispositivo das nacionalidades, condições fundamentais para que fosse possível a emergência do Nordeste e significou politicamente o próprio questionamento da função conservadora e antimoderna que esta construção imagético-discursiva representava, a luta contra as fronteiras sejam nacionais, sejam regionais, mais este círculo de enclausuramento a que os homens da modernidade têm que se submeter.

Como resultado das discussões realizadas na disciplina de Teoria da História, ministrada pelo professor Edgar de Decca, quando cursava o Doutorado, surgiu o meu terceiro artigo publicado, o primeiro na área de Teoria da História, que seria minha área de especialização no que tange às atividades de ensino a partir deste momento. Publicado pela *Revista Resgate*, do Centro de Memória da UNICAMP, em 1990, o artigo se intitula: *Mennocchio e Riviére: criminosos da palavra, poetas do silêncio*, no qual, numa espécie de resposta às críticas adjetivas que Carlo Ginzburg faz ao trabalho de Michel Foucault na introdução de seu livro *O Queijo e os Vermes*, procuro mostrar as diferenças substantivas entre a maneira de pensar e praticar a história destes dois autores. Este artigo teve uma boa repercussão, a exemplo do que ocorrera com um outro artigo que havia escrito em 1989, que não cheguei a publicar, por já não mais me identificar com suas ideias, mas que circula até hoje através de xerox da versão datilografada, em que procurava responder à crítica fácil feita à chamada Nova História, que a qualificava de ser apenas uma moda. O artigo se intitula: *A Moda que Incomoda: as novas tendências teóricas na historiografia brasileira* e foi escrito para uma palestra na Universidade Federal de Pernambuco, a convite do professor Michel Zaidan, justamente um dos críticos a usar este tipo de argumento. Também como resultado de trabalhos escritos para as disciplinas que cursei no Doutorado surgiram mais dois artigos que foram publicados em 1993 e 1994; o primeiro deles aborda o polêmico conceito de cultura e propõe substituí-lo pela noção de trajetórias culturais, se intitula *Vidas por um fio, vidas entrelaçadas: rasgando o pano da cultura e descobrindo o rendilhado das trajetórias culturais*, publicado na *Revista História e Perspectivas* da UFU; o segundo aborda a relação entre memória e história procurando mostrar que são práticas sociais diversas, que a história ao invés de resgatar ou preservar memórias, as violenta e reelabora, se intitula *Violar memórias e gerar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil*, que apareceu na *Revista Clio* da UFPE.

Tendo defendido a Tese em abril de 1994 e retornado às minhas atividades acadêmicas, apresentei um projeto de pesquisa ao CNPq, já em fevereiro de 1995, com o intuito de passar a integrar o seu quadro de pesquisadores, tendo o mesmo sido aprovado quanto ao mérito, mas preterido na hora da concessão das bolsas por causa de minha titulação recente. Isto não impediu que continuasse a pesquisar e produzir. Neste mesmo ano sai publicado pelos Cadernos de História da UFRN o artigo intitulado: História: a arte de inventar o passado, onde discuto o estatuto do saber histórico diante das transformações trazidas pela chamada pós-modernidade, fazendo uma análise crítica dos pressupostos teóricos que estiveram na base da produção historiográfica desde o Iluminismo, discussão que poucos faziam neste momento. Reapresentado, no ano seguinte, ao CNPq, o projeto de pesquisa Nordeste: uma invenção do “falo”: uma história do gênero masculino no Brasil (1920-1970), foi aprovado. Tendo me tornado, assim, parte do quadro de pesquisadores daquela instituição, fazendo jus, desde então, a uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa, estando hoje enquadrado na categoria Pesquisador 1C, à qual fui promovido recentemente através da avaliação do conjunto de pesquisadores da área, feita a pedido da direção da instituição. Este projeto trata da construção histórica da identidade regional nordestina, da figura do nordestino, e de como esta implica uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino. Nesta região até as mulheres são macho, sim senhor! Na historiografia e sociologia regional, na literatura popular e erudita, na música, no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades, o nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos. Mesmo em seus defeitos, é com o universo de imagens, símbolos e códigos, que define a masculinidade em nossa sociedade, que ele se relaciona.

Tendo sido construído no começo deste século, entre o final dos anos dez e começo dos anos vinte, junto com a região de quem é filho, habitante e sujeito, o nordestino é uma figura que atualiza várias imagens e se diz através de vários enunciados que antes definiam o nortista, o sertanejo, o brejeiro, o praieiro, identidades com que, até então, se definiam os moradores deste espaço. O projeto visou, pois, estudar como se produziu historicamente esta figura que tem hoje extrema importância nos embates políticos e regionais no país. O objetivo do projeto foi entender o porquê de ter emergido neste momento esta figura e o porquê desta ter sido elaborada como uma figura masculina; foi acompanhar as práticas discursivas e não-discursivas que produziram este ser nordestino, atribuindo a ele uma essência e uma identidade que esta definiria, como também acompanhar as práticas discursivas e não-discursivas que o reelaboraram, permanentemente, até os anos sessenta, quando o movimento tropicalista, pela primeira vez, pôs em questão esta imagem do nordestino como o macho por excelência. E, principalmente, foi nosso objetivo acompanhar

o cotidiano dos homens nordestinos, as suas práticas do dia a dia, os seus costumes e “maus costumes”, que podem vir a confirmar ou não esta imagem deles criada. Com quais facetas a masculinidade se apresenta no Nordeste? Ela possuiu e possui muitas formas? Quais? São questões que nortearam a nossa pesquisa, que ao final resultou na publicação de meu segundo livro, no ano de 2003, pela editora Catavento, intitulado *Nordestino: uma invenção do falo* (uma história do gênero masculino – Nordeste 1920-1940).

Como é característica de toda a minha trajetória de pesquisa, o que talvez seja uma ressonância de como penso a história e levo a minha própria vida pessoal, este projeto significa, ao mesmo tempo, uma continuidade e uma ruptura com o que vinha pesquisando desde o Mestrado. Ao mesmo tempo em que pesquisando a construção histórica da identidade do sujeito nordestino, dava continuidade as minhas pesquisas sobre a invenção da seca como problema regional e da própria região Nordeste, agora tratava-se de se perguntar como se gesta historicamente uma figura de sujeito, inspirado na terceira fase da obra de Michel Foucault, e não mais como se constituem objetos ou problemas para uma dada sociedade, um dado tempo e uma dada cultura. Além deste deslocamento da história de objetos para história de sujeitos, experimentava trabalhar agora com os referenciais da teoria de gênero, discutindo de forma pioneira no Brasil a história da produção das masculinidades, de um sujeito masculino e não da feminilidade ou a história das mulheres, como era comum na historiografia inspirada pelo feminismo e as teorias de gênero.

Este projeto foi desenvolvido durante quatro anos, entre o ano 1996 e o ano 2000, contando com a participação de cinco bolsistas de iniciação científica. A temática do projeto, bem como das pesquisas anteriores, ensejaram outras publicações neste período, como: *Nos Destinos de Fronteira: a invenção do Nordeste* (Revista Raízes, 1996), onde iniciei minhas reflexões acerca da relação entre história e a produção de fronteiras espaciais; *As Malvadezas da Identidade* (Cadernos NUDOC, 1996), onde a partir do caso nordestino analiso as consequências políticas e culturais do funcionamento do princípio da identidade que norteia a construção das subjetividades na sociedade moderna ocidental; *Breve, Lento, mas Compensador: a construção da figura do nordestino no discurso antropológico e biotipológico da década de trinta* (Afro-Ásia, 1997); *Quem é froxo não se mete: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino* (Projeto História, 1999); *O Engenho de Meninos: literatura e história de gênero em José Lins do Rego* (Revista Locus, 1999); *No Ceará não tem disso não?: homossexualidade e nordestinidade, ou a história dos homens tristes* (Anais do XX Simpósio Nacional de História, 1999); *Cabra macho, sim senhor!: identidade regional e identidade de gênero no Nordeste* (Revista Territórios e Fronteiras, 2000), artigos onde abordei diferentes imagens e enunciados, pertencentes a distintos

discursos, que desenharam, no começo do século XX, a figura do nordestino. Na área de Teoria da História publiquei o artigo *Os Maus Costumes de Foucault* (Revista Pós-História, 1998), onde critico a relação imediata que biografias escandalosas fazem entre a vida do autor e o conteúdo de seu pensamento, sem deixar de pensar as ressonâncias havidas entre vida e obra e discutindo a própria noção de “mau costume”.

A partir do mês de agosto do ano 2000 até o mês de fevereiro de 2005, desenvolvemos o projeto intitulado “*O Morto Vestido para um Ato Inaugural: Luís da Câmara Cascudo e a invenção histórica da cultura popular nordestina*”, também apoiado pelo CNPq, que foi interrompido por um ano para que cursasse o Pós-Doutorado, na Espanha, entre agosto de 2001 e julho de 2002, contando sempre com a colaboração de cinco bolsistas de iniciação científica. Nesta pesquisa procuramos investigar a elaboração que os discursos e as práticas de Câmara Cascudo dão para a cultura popular nordestina. Que imagem da cultura nordestina produziu e o porquê? Quais as consequências políticas de sua visão de cultura? Por que e como em seu pensamento se relacionam o popular e o erudito, o regional, o nacional e o universal? É como práticas e valores prestes a morrer que Câmara Cascudo vê a cultura popular do sertão e é como um sujeito que dedicou uma vida inteira a amar estas coisas mortas e tentar evitar seu desaparecimento, que gostaria de ver sua biografia desenhada. O discurso do folclore e da etnografia, que representa, parece falar de um tempo morto que se quer prolongar, que se quer petrificar na folha branca de papel. A escritura da cultura popular por um discurso classificatório, a monumentalização racional das manifestações da “alma ingênua do povo” garantiriam a sua perenidade e lhe dariam respeito e aceitação pela elite letrada. Um discurso que “concebiam a ação cultural e social como uma chuva benéfica que levava à classe popular as migalhas caídas das mesas dos letrados e dos poderosos”.³ A ação salvadora daqueles que se identificariam com estes na recusa do tempo presente, da história, da modernidade.

Tendo sido construída, no começo deste século, a ideia de cultura nordestina e sua definição como popular, foi estudada na sua construção histórica. Fez-se a análise das condições históricas que fizeram emergir este objeto para o conhecimento e como foi possível que este, no nascedouro, já fosse anunciado como em estado terminal. O projeto procurou entender que práticas discursivas e não-discursivas produziram esta ideia de cultura nordestina e que forças políticas e embates de poder estão no seu começo. A partir desta pesquisa está em fase de redação o que deverá ser um próximo livro intitulado *A Feira dos Mitos: a fabricação da cultura popular nordestina*. Nesta pesquisa, novas continuidades e rupturas se fazem sentir em minha trajetória de pesquisa. Ao mesmo tempo em que retorno a pensar como foi

3 CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995, p. 9.

construído historicamente um objeto para o conhecimento, como é o caso da “cultura popular nordestina”, que é um dos elementos definidores da própria identidade do espaço e do sujeito nordestinos, que estudara antes, agora me desloco dos estudos de gênero para os estudos de história da cultura popular, campo com grande produção historiográfica recente, mas cujos estudos padecem do que poderíamos chamar de uma ilusão referencial, pois partem da noção de cultura popular pensando-a como uma realidade em si, um dado, um referente e não um conceito, estranho ao próprio povo, e do qual é necessário fazer-se a história.

No período de 2000 a 2005, minha produção acadêmica continuou caracterizada pela abordagem de temas relativos às pesquisas que realizei ou estava realizando e pela elaboração de artigos na área de Teoria da História; sendo que a demanda pela redação de capítulos de livros reduziu a possibilidade da publicação de artigos em periódicos; também a se destacar a publicação dos primeiros trabalhos em língua estrangeira, internacionalizando minha produção. São deste período os artigos: *Limites do mando, limites do mundo: a relação entre identidades de gênero e identidades espaciais no Nordeste do começo do século* (Revista História: Questões e Debates, 2001); *Íntimas Histórias: a amizade como método de trabalho historiográfico* (Revista Territórios e Fronteiras, 2001), onde presto uma homenagem ao professor Alcir Lenharo, que orientou minha Tese de Doutorado, falecido em 1996; *Urban Trails, Human Traps: the construction of territories of pleasure and pain in the lives of male homosexuals in the brazilian northeast in the 1970s and 1980s* (Latin American Perspectives, 2002), onde abordo a emergência de uma nova visibilidade para os homossexuais nas grandes cidades do Nordeste e a construção de territórios de prazer e de dor por parte desta comunidade; *Experiência: uma fissura no silêncio* (Revista Territórios e Fronteiras, 2002), onde diferencio as concepções de experiência presentes nas obras de E.P. Thompson e Michel Foucault; *Weaving Tradition: the invention of the brazilian northeast* (Latin American Perspectives, 2004); *A História em Jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia* (Revista Anos 90, 2004). Neste período publiquei os seguintes capítulos de livros: *Um leque que respira: a questão do objeto em história* (Retratos de Foucault, 2000), onde trato da forma como Foucault pensa a questão do objeto em história e faço uma retrospectiva de meu próprio trabalho em torno desta questão; *Michel Foucault: a contribuição para a historiografia brasileira* (Editora Vozes: 100 anos de história, 2001); *Enredos de la tradición: la invención histórica de la región Nordeste del Brasil* (Habitantes de Babel, 2001), livro também publicado no Brasil, no mesmo ano; *A Singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica* (Ensaio: construção do conhecimento, subjetividade, interdisciplinaridade, 2001), onde abordo o debate entre os historiadores em torno da questão da totalidade e da singularidade; *Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos*

e a produção histórica das masculinidades (Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzscheanas, 2002), onde, a partir das noções de produção da subjetividade de Foucault e de edipianização dos sujeitos de Deleuze, analiso a obra *Infância* de Graciliano Ramos e, nela, como suas memórias estão atravessadas pela figura paterna; *Nordestino: a miséria ganha corpo* (Polifonias da Miséria, 2002), onde a partir das ilustrações de Poty, Santa Rosa e os quadros de Portinari e Lula Cardoso Ayres presentes na obra *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, analiso como se produz uma corporeidade para o nordestino, que reafirma o seu lugar no imaginário brasileiro de corpo miserável e flagelado; *Cartografias da Alegria ou a Diversão do Nordeste* (Fronteiras: paisagens, personagens, identidades, 2003), quarto capítulo de minha Tese que não havia sido incluído no livro e que trata do discurso tropicalista sobre o Nordeste; *Trilhas Urbanas, Armadilhas Humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos de 1970 e 1980* (Masculinidades, 2004), versão em português de artigo originalmente publicado nos Estados Unidos e que usou como fontes as cartas enviadas por homossexuais que viviam no Nordeste para o jornal *O Lâmpião da Esquina*, narrando suas vivências e falando de seus espaços de circulação e divertimentos, denunciando as inúmeras violências que sofriam naqueles anos; *No castelo da história só há processos e metamorfoses, sem veredicto final* (Kafka, Foucault: sem medos, 2004), onde analiso a proximidade existente nos escritos de Kafka e de Foucault da forma de pensar e ler as relações de poder; *Cultura e Diversidade: a escrita como remédio –erudição, doença e masculinidade no Nordeste do começo do século XX* (Homens: tempos, práticas e vozes, 2004); *História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória* (História: cultura, sociedade, cidades, 2005). Escritos quando da realização do meu pós-doutorado na Universidade de Barcelona, entre os anos de 2001 e 2002, dois artigos foram publicados nesse ano de 2005: *De amadores à desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente* (Trajetos (UFC), 2005) e *De armazém à campo cultivável: a instrução e a formação como diferentes formas de aprendizagem e como diferentes relações com o saber e a leitura, produzindo subjetividades e sujeitos outros* (Língua & Letras (UNIOESTE), 2005). Publiquei ainda o artigo *As figuras do sensível: história, cultura e espaço no Brasil no início do século XX* (Vivência (UFRN), 2005) já dentro do esforço de pensar a relação entre história e a produção de espaços, no bojo das discussões que levariam a criação do Programa de Pós-Graduação em História na UFRN, que tem na abordagem dessa relação sua área de concentração.

A partir de fevereiro de 2005, desenvolvi o projeto de pesquisa, também financiado pelo CNPq, que se intitulava *Luís da Câmara Cascudo em As Batalhas contra o Tempo: a biografia histórica de um erudito brasileiro (1898-1986)*, que também marcou uma continuidade com a pesquisa anterior, já que continuava

lidando com a vida e a obra de Câmara Cascudo, mas significava mais uma inflexão em termos de abordagem e de enfoque, na medida em que enfatizei não mais a produção histórica de um objeto, retornando a abordar a construção de um sujeito, mas, além disso, pensei também a produção histórica de uma dada subjetividade, a de Luís da Câmara Cascudo, estando o trabalho inscrito em outra área que esteve relegada ao segundo plano durante muito tempo no campo da história: a escrita biográfica. Esta pesquisa visou fazer uma história da produção do sujeito Luís da Câmara Cascudo, uma história da produção de sua subjetividade, da produção de sua identidade de autor, da construção prática e discursiva de sua biografia. Biografia que foi tomada não como uma forma de dizer uma vida, de enunciá-la em sua verdade, mas como um espaço normalizado que em grande medida nega a vida que toma por objeto, já que constrói um resumo ou síntese significativa desta. Toda vida está em excesso em relação à sua escritura. Como Foucault, pensei a biografia como uma forma de discurso que surgiu no Ocidente ao mesmo tempo em que surgia a ideia de indivíduo, como um gênero de discurso que procura dar coerência, unidade e identidade a uma vida que é sempre dispersão e contradição. Foi importante, pois, verificar quais foram os temas, os enunciados, as imagens que foram mais recorrentes tanto nas páginas autobiográficas como biográficas escritas sobre Cascudo e, até que ponto, sua relação com o que nomeou de cultura popular foi central na construção de sua biografia.⁴

Portanto, este projeto estudava como e segundo que condições e sob que formas, algo como o sujeito Câmara Cascudo pode aparecer na ordem do discurso. Para isto foi fundamental fazer também uma história das formas de pensamento que nele se articularam. Caracterizando-se sempre como um autor eclético e original, que conheceria todas as teorias estrangeiras que embasavam os estudos de etnografia e folclore, Câmara Cascudo sempre se disse alguém que teria um pensamento original e nacional, à medida que conciliava todas estas teorias, usando o que nelas lhe agradava, evitando as oposições e os formalismos. Definia-se como um professor provinciano com exageros de autodidatismo e a independência de conceituação específica. Não se alistando em qualquer bandeira doutrinária, teria uma séria admiração pelos mestres mas sem submissão deslumbrada, nem obediência fervorosa. Evitando a polêmica, a todos utilizava e a nenhum seguia. A questões que embasavam a pesquisa eram: Que significações históricas e teóricas possui este proclamado ecletismo? Como se articulam esta sua postura de etnógrafo com o lugar de sujeito e de autor que construiu para si? Como este ecletismo e provincianismo marcam a visibilidade e a dizibilidade do povo e da cultura popular nordestina, que constrói? Esta recusa de tomar posição quanto aos debates acadêmicos se articulava de que forma com a sua trajetória de sujeito político? Que formas de pensar ele põe em funcionamento, como as articula

4 FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992, p. 11 *et seq.*

e como esta articulação remete a um lugar de sujeito e autoria, que é também um lugar de poder? Essa pesquisa foi concluída em 2010, resultando em dois livros que estão em processo de escrita intitulados: *Luís da Câmara Cascudo ou as antinomias da figuração do eu*, em que partindo das versões biográficas construída em vida pelo próprio Cascudo e por aqueles que se fizeram seus biógrafos tentarei mostrar as ambiguidades e contradições na figuração do que teria sido a vida desse sujeito e *Luís da Câmara Cascudo, uma biografia intelectual: a leitura e a escrita como formadoras de um sujeito e de uma subjetividade* onde procurarei trabalhar com o que ele leu e escreveu e como essas leituras e escritos o configuraram como sujeito público.

Entre 2006 e 2010 também produzo uma série de artigos e capítulos de livro que se relacionam com esse novo projeto de pesquisa, com a área de Teoria da História e com a área de concentração do PPGH-UFRN que passara a funcionar em 2007, foram eles: *O historiador naif ou a análise historiográfica como uma prática de excomunhão* (Estudos sobre a escrita da história, 2006); *Michel Foucault e a Mona Lisa ou como escrever a história com um sorriso nos lábios* (Figuras de Foucault, 2006); *As sombras do tempo: a saudade como uma maneira de viver e pensar o tempo e a história* (História e Sensibilidades, 2006), que já colocava problemas que levaram a elaboração de um projeto de pesquisa futuro; *Fragmentos de um discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil* (Teorias e Políticas da Cultura, 2007) e *Gestão ou gestação pública da cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea* (Políticas Culturais no Brasil, 2007), artigos nascidos da participação nas discussões que levaram a realização do Fórum Cultural Mundial no Brasil; *O tempo, o vento, o evento: história, espaços e deslocamentos nas narrativas de formação do território brasileiro* (A história e seus territórios, 2008); *No entreluzir das afeições: o científico, o poético e o político na historiografia de formação do Brasil* (A dinâmica do historicismo, 2008), artigos que fazem uma revisão da literatura sobre a formação do espaço brasileiro articulados com as discussões historiográficas que começava a fazer nas disciplinas do PPGH-UFRN; *A condição de ser duplicado: uma análise do lugar epistêmico da Nova História Cultural* (Cultura, gênero e infância: nos labirintos da história, 2008); *Às margens d'O Mediterrâneo: Michel Foucault, historiador dos espaços* (Cartografia de Foucault, 2008); *O espaço em cinco sentidos: sobre cultura, poder e representações espaciais* (História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultado de pesquisa, 2009); *Entre o claustro e o voo: consciência histórica e narrativa em Memorial do Convento de José Saramago* (História do mundo Atlântico: Ibéria, América, África – entre margens do XVI ao XXI, 2009), que expressa uma outra preocupação muito presente em minhas publicações, as reflexões em torno da historiografia, da narrativa histórica e da relação entre história e literatura; *Encontros com a sifilização brasileira \Orgia, o homem que deu cria* (Cenas

brasileiras: o cinema em perspectiva multidisciplinar 1928-1988, 2009), que expressa outra área de reflexão em minha produção: a da produção histórica das imagens e do imaginário; *Grito, logo existo!: corpo, violência e Estado se exceção* (Leituras de resistência: corpo, violência e poder, 2009); 1968: *o levante das palavras* (História, cinema e outras imagens juvenis, 2009); *O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades* (Tecendo histórias: espaço, política e identidade, 2009); *Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia* (O historiador e suas fontes, 2009); *A bela e a fera: os corpos entre a identidade da anomalia e a anomalia da identidade* (Para uma vida não fascista, 2009), que expressa uma outra temática sobre a qual acumulo reflexão: a temática do corpo que terá enorme importância na pesquisa que proporia logo a seguir; *O mundo é a aldeia: região e nação como espaços privilegiados nos estudos sobre cultura popular na Península Ibérica e no Brasil* (Revisitando a História do Rio Grande do Norte, 2009), fruto tardio do meu pós-doutorado em Barcelona; *Epifanias da homoafetividade: o choque anafilático sofrido por Anthony Giddens ao ingerir Caio Fernando Abreu* (Bagoas: revista de estudos gay, 2008), artigo com que inauguro minha participação no conselho editorial desse importante periódico, um dos poucos voltados para os estudos gays no país; *Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região* (Fronteiras, 2008), discussão teórica em que sou especialista; *O caçador de bruxas: Carlo Ginzburg e a análise historiográfica como inquisição e suspeição do outro* (Saeculum, 2009); *Quando agente não espera, o sertão vem: Grande Sertão, Veredas, uma interpretação da história do Brasil e de outros espaços* (ArtCultura, 2009); *Entre luzes e sombras: Michel Foucault, um pensador pós-moderno?* (Caminhos da História, 2009).

Em 2010, tenho renovada minha Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq, por mais cinco anos, com um novo projeto de pesquisa intitulado: *Achegas de saudade: as condições históricas de emergência de consciências e sensibilidades saudosistas no Brasil e em Portugal entre o final do século XIX e meados do século XX*. Nessa pesquisa me proponho a estudar a emergência e as expressões históricas de consciências e sensibilidades marcadas pela saudade no Brasil e em Portugal, entre o final do século XIX e meados do século XX, tomando o processo que se deu em Portugal, sobre o qual já existem inúmeras reflexões, como referência para pensar o caso brasileiro, onde o silêncio das elites acadêmicas e intelectuais merece também uma investigação. Me interessa, sobretudo, pensar que condições históricas levaram, não só ao surgimento de uma série de iniciativas que visam racionalizar e entender o fenômeno da saudade, notadamente em Portugal, mas também que levaram a que este sentimento, anteriormente tema de produções literárias e artísticas, muito ligado à vida íntima, ganhasse foros de tema público e embasasse não só a emergência de movimentos culturais, como é o caso do movimento Regionalista e Tradicionalista, encabeçado por Gilberto Freyre, na década

de vinte do século passado, mas que estes movimentos fossem articulados a ideários políticos e ideológicos de cunho conservador, como ocorre com os grupos Anta e Verde-Amarelo do movimento modernista, dos quais muitos intelectuais confluem posteriormente para o movimento integralista, sendo, me parece, um elemento de constituição de subjetividades e de sujeitos afeitos a aceitarem estas mensagens políticas de caráter autoritário e corporativo nos dois países. O saudosismo implica dadas formas de se relacionar com o tempo, dadas maneiras de articular passado e presente, de desejar e pensar o futuro, implica, ainda, dadas maneiras de articular memória e história, de pensar e agir a partir destas duas categorias, tanto aqui, como em Portugal, aspectos que além de merecerem uma investigação, fazem desta temática uma oportunidade de refletir sobre o papel da escrita memorialística e historiográfica na constituição de determinadas formas de consciência e de sensibilidade, articuladas com dadas posições políticas, neste período que vai das últimas décadas do século XIX a meados do século XX, tanto no Brasil como em Portugal.

Em 2015, a aprovação a esse projeto de pesquisa foi renovada pelo CNPq, estando definido o seu encerramento para o ano de 2020. Como parte desse projeto realizei entre março de 2012 e fevereiro de 2013 um estágio pós-doutoral no Instituto de Teoria da História da Universidade de Coimbra, sob a tutoria do professor Fernando Catroga. Esse ano passado em Portugal foi fundamental para a realização do levantamento documental e bibliográfico exigido pelo projeto de pesquisa que venho desenvolvendo, de lá trouxe cerca de 380 obras e algumas centenas de documentos, que estão sendo lidos e analisados visando a produção de um livro sobre a história da saudade e do saudosismo no Brasil e em Portugal. Nesse momento realizo o levantamento documental exigida pelo projeto para o Brasil. Venho realizando, ainda um complemento das pesquisas anteriores, mas que não deixa de ter relevância para a atual pesquisa, com o auxílio de bolsista de Iniciação Científica, a cópia de toda a correspondência de Luís da Câmara Cascudo, que só foi digitalizada e disponibilizada a partir do ano de 2010.

Em 2011 tive aprovado um projeto PRONEX (Projeto Núcleo de Excelência) numa parceria entre o CNPq e a FAPERN (Fundação de Apoio a Pesquisa no Rio Grande do Norte), intitulado *A invenção da terra potiguar: instituições, intelectuais e agentes políticos na produção da espacialidade e da identidade norte-rio-grandense*. Coordenado por mim ele contava com a participação de outros pesquisadores do Departamento de História da UFRN – campus de Natal, um pesquisador do Departamento de História do CERES/UFRN em Caicó e pesquisadores do Departamento de História da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), campus de Mossoró. Ele foi desenvolvido entre 2011 e 2016 e se destinou principalmente a levantar e digitalizar a documentação histórica do estado, ameaçada de desaparecimento

pelas péssimas condições de guarda e tratamento. Utilizando os recursos oferecidos pelos Laboratórios de Restauro de Documentos e pelo Laboratório de Imagens do Departamento de História da UFRN, Natal, foi recuperados e digitalizados centenas de documentos que estão sendo paulatinamente disponibilizados num site criado pelo projeto para esse fim. O projeto também está republicando dez obras raras sobre a história do Rio Grande do Norte acompanhadas de prefácios de que fazem uma análise das condições históricas de produção das obras e da importância delas para a construção da identidade potiguar. Quatro já foram publicadas e seis estão em processo de editoração. Quando toda a coleção estiver impressa, ela será distribuída gratuitamente para as bibliotecas públicas do estado.

Entre 2010 e 2017 publiquei três novos livros autorais, dois deles como resultado das pesquisas em torno das temática do folclore e da cultura popular proporcionadas pelos projetos de pesquisa em torno da figura de Luís da Câmara Cascudo: *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste, 1920-1950)* e “*O morto vestido para um ato inaugural*”: *procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular*, ambos pela editora Intermeios, no ano de 2013. Publiquei ainda um novo livro paradidático destinado ao uso no ensino médio: *Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro*, pela editora Cortez, no ano de 2016. Nesse período alguns de meus livros conheceram novas edições: *A invenção do Nordeste e outras artes* conheceu sua quarta edição em 2009 e sua quinta edição em 2011, dessa edição já foram realizadas três reimpressões em 2013, 2015 e 2017. Esse livro, nesse período, foi traduzido para a língua inglesa sendo publicado pela Duke University Press sob o título: *The invention of de Brazilian Northeast*, em 2014 e mereceu uma adaptação para o teatro realizada pelos teatrólogos Pablo Capistrano e Henrique Fontes. A peça intitulada *A invenção do Nordeste* vem sendo encenada pelo Grupo Carmim. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar*, teve a segunda edição publicada pela editora Cortez em 2012 e, tendo sido selecionado pelo Ministério da Educação para fazer parte do programa Biblioteca na Escola, recebeu uma terceira edição pela editora MMM no mesmo ano de 2012. *Nordestino: invenção do “falo”*: *uma história do gênero masculino (1920-1940)* mereceu uma segunda edição pela editora Intermeios em 2013. *História: a arte de inventar o passado* teve sua segunda edição publicada pela editora Prismas em 2017.

Nesse período de 2010 a 2017 continuei publicando vários artigos em periódicos e capítulos de livro relacionados ao meu novo projeto de pesquisa em torno da temática da saudade e de seu campo de estudos: a história das sensibilidades, ligados a relação entre história e espaços, tema da área de concentração do PPGH-UFRN, bem como abordando diversos aspectos do campo da Teoria da História e dos estudos de historiografia, minha área de especialização no campo do ensino. Todas as minhas atividades de pesquisa e

ensino se relacionam com a história do mundo contemporâneo, assim como minha produção acadêmica, que aborda distintos aspectos da experiência histórica das sociedades e do Brasil contemporâneo. Capítulos de livros como: *O teatro da história: os espaços entre cenas e cenários* (Múltiplos olhares sobre a cidade: Sobral e região em foco, 2010); *Fazer história sem limites: a historiografia e as identidades espaciais* (Regiões, Imigrações, Identidades, 2011); *Entre bugres e confins: as imagens do sertão na obra de Mário Palmério* (Encontros entre história e literatura, 2013); *Um quase objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região* (História regional e local III, 2015); *O meu Cariri, quando à lembrança vem: memória, história e narrativa na construção de uma espacialidade* (Cariri, Cariris: outros olhares sobre um lugar (in)comum, 2016), tratam da relação entre história e espaços, entre historiografia e a construção de espacialidades; *O nordestino de Saia Rodada e Calcinha Preta ou as novas faces do regionalismo e do machismo no Nordeste* (Arte & Pensamento: a reinvenção do Nordeste, 2010); *O Nordeste das tempestades: história e etnografia dos espaços no livro Mar Morto de Jorge Amado* (Região: espaço, linguagem e poder, 2010); *Operando o Nordeste: da região que tem um flagelo a ser extirpado no diagnóstico do discurso da seca á uma região como uma estrutura estagnada no discurso do planejamento* (Estudos de historiografia brasileira, 2011); *Fazer história sem limites: a historiografia e as identidades espaciais* (Regiões, imigrações, identidades, 2011); *A poesia do sol: o discurso popular sobre a seca* (Memória, história e cordel em Alagoas, 2014); *Distante e/ou do instante: “sertões contemporâneos” , antinomias de um enunciado* (Culturas dos sertões, 2014); *Sertão: um museu a céu aberto* (Fronteiras móveis: territorialidades, migrações, 2016); *O Regionalismo Nordestino: acontecimento e dívida* (Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964, 2016); e os artigos: *O poder do Dito: João Guimarães Rosa e a procura de uma linguagem para dizer o sertão, para dizer o Brasil* (Ariús: revista de ciências humanas e artes (UFCG), 2010); *Esboços do social: Estado e regionalização no Brasil no início do século XX* (Revista Porto, 2011); *Vede sertão, verde sertões: cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas* (Fênix: revista de história e estudos culturais, 2016), tratam da construção histórica dos espaços, de espacialidades como o sertão, o mar e o Nordeste; *Pedagogia: a arte de erigir fronteiras* (Pedagogias sem fronteiras, 2010); *Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade* (Tempo, memória e patrimônio cultural, 2010); *Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história?* (Qual o valor da história hoje?, 2012); *Regimes de historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de história* (Narrativas do Rio de Janeiro: nas aulas de história, 2016), e o artigo: *Uma escola sem sentido: por que a profissão de historiador não é regulamentada* (Revista de História da Unisinos, 2017) em que reflito sobre o ensino de uma forma geral ou sobre o

ensino de história de modo particular, a partir da minha própria experiência docente; *Máquinas de fazer machos: gêneros e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças* (Corpo, gênero e sexualidade, 2011); *Nostalgia da infância, saudades do feminino: em que momentos na vida de um homem o feminismo pode atuar para a construção de outras masculinidades possíveis* (Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher, 2014); *Algaravias do desejo ou de como se tenta atracar um navegante* (interfaces: gênero, discurso e linguagem, 2014); *Escritos saídos do armário: correspondência íntima, escrita de si e identidade de gênero* (Fênix: revista de história e estudos culturais, 2015); *Gênero e diversidade na escola* (Alfabetização e letramento: prática reflexiva no processo educativo, 2017) e os artigos: *Amores que não têm tempo: Michel Foucault e as reflexões acerca de uma estética da existência homossexual* (Revista Aulas, 2010); *O descarado, a cara-metade, o rosto: Michel Foucault e a análise do discurso homossexual* (Cadernos discursivos, 2014), em que trabalho com a historicidade das identidades de gênero, com as discussões em torno da produção histórica das masculinidades e das homossexualidades; *Cogitus interruptos: diálogo entre Juan Goytisolo e Michel Foucault sobre o estatuto histórico do presente ou sobre onde veio dar as Luzes* (Foucault: filosofia e política, 2011); *A loucura da história: ciência, ética e política no pensamento de Michel Foucault* (Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história (2011); *A pastoral do silêncio: Michel Foucault e a dialética entre revelar e silenciar no discurso cristão* (Foucault e o cristianismo, 2012); *Quebrar o olho, furar o ovo, fazer o corte: a História da Loucura na Idade Clássica como a história de um silêncio ou de uma obscenidade* (O mesmo e o outro: 50 anos de História da Loucura, 2013); *Edifício em construção ou em ruínas: os usos e abusos do pensamento de Michel Foucault na contemporaneidade* (Dispositivos de saber/poder em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade, 2015); *Manjar Foucault ou o relato das relações possíveis com um pensamento* (Michel Foucault: história, ética e subjetivação, 2015), que tratam de diferentes aspectos do pensamento do filósofo e historiador francês Michel Foucault, suporte teórico importante de meus trabalhos de pesquisa; *Em estado de palavra: quando a história não consegue que se meta fora a literatura* (História e arte: movimentos artísticos e correntes intelectuais, 2011); *Tema, meta, metáfora: porque a historiografia teme e treme diante da literatura* (Linguagem, estudos e pesquisas, 2013); *As imagens retirantes: a construção da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e início do século XX* (Vária História, 2017), que tratam da relação entre história e literatura ou tomam a literatura como tema de reflexão historiográfica; *A necessária presença do outro, mas qual outro?: reflexões acerca da relação entre história, memória e comemoração* (História, memória, comemoração, 2012); *O significado das pequenas coisas: história, posopografia e biografemas* (Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica,

2012); *As sombras brancas: trauma, esquecimento e usos do passado* (Tempo presente & usos do passado, 2012); *História e liberdade* (Olhares de Clio: cenários, sujeitos e experiências históricas, 2013); *Por uma história acre: saberes e sabores da escrita historiográfica* (Desde as Amazônias: colóquio, 2014); *Tempo e experimento: o ofício de historiador e as novas linguagens* (História e contemporaneidade: articulando espaços, construindo conhecimento, 2015); *Entre a vida e a prosa: onde se passa a escrita da história* (Os 40 anos de *Faire de l'histoire* e a historiografia brasileira, 2015); *A gente é cria de frases: sobre história e biografia* (Maracanan, 2012), *Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico* (ArtCultura, 2013); *Um mestre de rigor: Manuel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos de historiografia no Brasil* (História da historiografia, 2013); *Conferência: Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como a experiência de um tempo fronteiro e multiplicado ou as antinomias da memória* (Revista brasileira de história, 2013), onde trato teoricamente de diversos aspectos da escrita da história, de sua relação com as memórias, com a escrita de si, com o biográfico e com as comemorações, além de analisar a produção historiográfica de alguns autores brasileiros; *Nem mulher velha, nem indivíduo doente: a defesa da saudade feita por Gilberto Freyre no contexto dos anos sessenta do século XX*, (Fontes históricas, 2015); *As feridas do tempo: uma história do corpo e da saudade através da poesia de Sophia de Mello Breyner Andersen* (Mnemosine Revista, 2015); *Vestida de saudade viva: o sentimento saudoso como tra(d)ição na poesia de Maria Teresa Horta* (Esboços, 2016), onde tematizo a saudade e as sensibilidades, temas de minha pesquisa atual.

Uma Paixão Barata: o ensino de história e formação de novas subjetividades

Ensinar história, a que será que se destina? O que justifica para nós, hoje, o exercício desta profissão, tão pouco valorizada socialmente? O que nos faz continuar cultivando este mesmo terreno, frequentando com alegria uma sala de aula? Talvez seja o fascínio que exerce um trabalho que tem no outro, na produção da subjetividade do outro, o seu principal objetivo. Se no século XIX, quando se transformou em disciplina escolar, o ensino da história se justificava pela produção da subjetividade do cidadão burguês, patriota, cidadão cívico, formando amantes da pátria, dispostos a viver e morrer por ela; se em grande parte do século XX, foi pensada como uma disciplina responsável pela formação do cidadão consciente, racional, capaz de compreender o processo histórico e podendo assim intervir de forma racional e oportuna em seu processo, articulando projetos de transformação social e política; a história hoje parece ter perdido suas atribuições e, por isso mesmo, padecer, notadamente no ensino fundamental e médio, de um

grande desprestígio. Mas, o que teria a fazer o ensino da história hoje? O que poderia nos ensinar este saber? Talvez, antes de tudo, nos ensine a conviver com a descontinuidade temporal e social, marcas de nosso tempo. A história nos ensina que os homens e as sociedades do passado foram diferentes de nós, que nós não significamos, em relação a eles, apenas uma continuidade, mas somos uma diferença, um corte, uma ruptura com os costumes, hábitos, valores, concepções políticas e filosóficas, formas de organização econômica e social das sociedades do passado. Aprender a conviver com o descontínuo, com a diferença, como já afirmava Hayden White, talvez seja uma tarefa da história. Mas o ensino da história nos permitiria, também, desnaturalizar o nosso presente, dar a ele profundidade, encará-lo como fruto de um processo histórico, como um momento também passageiro, nos fazendo olhar para ele de forma distanciada e crítica. Colocar-se do ponto de vista do passado, ou, pelo menos, simular esta travessia temporal, atravessar o rio da morte como dizia Michelet, para estranhar nosso tempo, olhá-lo com desconfiança e distanciamento crítico, é um papel destinado à história e ao historiador. Produzir subjetividades mais tolerantes ou mais preparadas para conviver com a diferença, com a alteridade, com a mudança talvez seja a tarefa mais importante da nossa profissão. Aprender a aceitar a finitude de todas as coisas, inclusive a própria finitude, nos fazer encarar a morte como parte da vida de todos e a precariedade de todas as coisas, como diz Certeau, talvez seja outra nobre e dolorosa tarefa do ensino da história. Formar, portanto, subjetividades mais democráticas, menos autoritárias e menos “donas da verdade”, aprender a relativizar, a pensar temporalmente as coisas, aprender a situá-las num processo que sempre promete a futura transformação, aprender a viver em fluxo, em devir, perguntando-se sempre, o que estamos fazendo de nós mesmos?, justifica, para mim, aquilo que faço, com muita paixão e alegria.

Após as experiências de ensino no primeiro e segundo graus, já relatadas anteriormente, ingresso, por Concurso Público, no Ensino Superior, na Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande, fazendo parte da área de História, do Departamento de Sociologia e Antropologia, em 01 de novembro de 1984. Até que concluisse meu curso de Doutorado, em 1994, não pude ter uma área muito clara de especialização no ensino, mesmo quando os professores que compunham a área de História do DSA desligaram-se deste Departamento para formarem, junto com os professores de Geografia, o Departamento de História e Geografia, em 1986, dado que o número de professores era muito reduzido e o número de disciplinas, a ser oferecido, muito grande. Tive que ministrar, portanto, um elenco bastante variado de disciplinas que, se por um lado, dificultou uma especialização imediata, por outro me obrigou ao estudo constante de conteúdos novos o que favoreceu a aquisição, por mim, de uma certa erudição na área, o que é indispensável para o historiador. Sendo recém-contratado, nos primeiros semestres, tive que

ministrar aquelas disciplinas que os professores mais antigos não gostavam de ensinar, por isso, entre novembro de 1984 e março de 1986 fui professor de disciplinas como: Movimentos Sociais no Brasil, História Antiga Oriental, História Econômica Geral e História Econômica do Brasil.

Em 1986, com a reformulação do currículo do curso de História, que oferecia anteriormente apenas a habilitação em Bacharelado e que agora passava a oferecer a Licenciatura, vi acatada uma sugestão minha de que fosse introduzida a disciplina Historiografia Brasileira que passei a ministrar ininterruptamente, todos os anos, até a minha saída da Universidade. É com esta disciplina que posso exercitar meu interesse pela área de Teoria da História, me preparando para ministrar este conteúdo, o que ocorrerá quando o professor que o ministrava pede demissão. Mas ao lado de Historiografia Brasileira continuo ensinando, até minha saída para cursar o Doutorado, em 1990, outra série de disciplinas de conteúdos bastante diferenciados, como: História Antiga Oriental, História do Brasil III e IV, História Econômica Geral, História Econômica do Brasil, História da Paraíba II, Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II e História do Nordeste.

Após a defesa de minha Dissertação de Mestrado, em 1988, passo a fazer parte do corpo docente do Programa de Mestrado em Sociologia Rural, curso muito bem conceituado e de muito prestígio à época. As duas primeiras disciplinas que ministrei, Tópicos Especiais em Sociologia Rural: Ideologia e Mentalidades Camponesas e Tópicos Especiais em Sociologia Rural: Campesinato, Poder, Cultura e Elaborações Imaginárias ou reflexões de “um saco de batatas” trazem, nos próprios títulos, o tom provocativo que teria minha atuação no Programa, ou seja, assim como havia trazido para a graduação em História a discussão de temas e de autores até então desconhecidos ou tratados com desprezo e preconceito por uma maioria de professores formados numa tradição marxista ortodoxa e simplificadora, no Mestrado em Sociologia Rural também apresentei autores como Michel Foucault, Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, E.P. Thompson, Walter Benjamin, e abordagens como aquelas preocupadas com aspectos como mentalidades, imaginário e cultura e as reflexões foucaultianas sobre noções como saber e poder. Lembro que minha atuação, trazendo novos autores e abordagens no campo da história, foi vista, inicialmente, com desconfiança pelos meus colegas, tendo sido, inclusive, acompanhado em minhas aulas por alguns alunos espíões que transmitiam a certos professores o que estava fazendo em sala de aula, o que me levou, com o passar do tempo, a ser francamente hostilizado, chamado de eclético e existencialista, para finalmente, não tendo outros argumentos, minha sexualidade “anormal” passar a ser a explicação para minhas ideias “confusas, individualistas e reacionárias”. Entre os alunos houve uma clara divisão entre aqueles que faziam parte dos quadros da esquerda e que seguiam alguns professores, que passaram a me hostilizar e me provocar com referências

também a minha vida pessoal e outros alunos que logo se entusiasmaram com as novas perspectivas de história que lhes apresentava, mesmo ministrando disciplinas pouco propícias para isso como: História Econômica Geral, onde o livro básico era ainda *História da Riqueza do Homem* de Leo Huberman e passaram a me procurar no sentido de formamos um grupo de estudos sobre estes novos autores. Deste grupo de estudos, que provocou maior hostilidade ainda, pois agora eu também formava quadros, saíram boas monografias de final de curso e muitos dos participantes tornaram-se meus futuros colegas no próprio Departamento.

Quando retorno do Doutorado, em 1994, encontro tanto o quadro de professores do Departamento de História e Geografia quanto o do Mestrado em Sociologia Rural bastante modificado, devido aos pedidos constantes de transferência para as Universidades do Sudeste, já que a realização de concursos fora sustada pelos governos Sarney e Collor e às ameaças de modificação nas regras da previdência social, que levaram muitos professores a se aposentar, sem contar com o retorno para seus países, na América Latina, de muitos colegas que eram exilados políticos de regimes ditatoriais que chegavam ao fim neste período. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, as aposentadorias se sucedem e vejo compondo o quadro de professores do Departamento, muitos dos meus ex-alunos. Em poucos anos passo da condição de professor mais jovem do quadro, pois ingressei na Universidade com 23 anos, quase à condição de decano e da condição de apocalíptico a de integrado, como diria Umberto Eco, tornando-me uma referência para muitos de meus colegas e exercendo uma liderança incontestada dentro do Departamento. Posso então me especializar na área que há muito desejava e na qual as leituras, durante o Doutorado, solidificaram minha formação: a área de Teoria da História, área que sabemos é motivo de disputas políticas dentro dos Departamentos de História, por ser uma disciplina estratégica na formação da subjetividade dos alunos, na formação de suas concepções sobre nossa disciplina. Por isso, só com esta mudança de situação política no meu Departamento, pude assumir as disciplinas principais que compõem esta área, ou seja, entre 1994 e 2002, ano em que a Universidade Federal da Paraíba foi dividida em duas outras Universidades e passei a integrar os quadros da Universidade Federal de Campina Grande, ministrei sempre, no curso de graduação em História, as disciplinas: Introdução ao Estudo da História, Teoria da História e Historiografia Brasileira, o que também ocorreu no ano de 2003, quando fiz parte da nova Universidade. Ao lado destas disciplinas, costumava ministrar Cultura Brasileira, disciplina pertencente ao Departamento de Sociologia e Antropologia, onde podia discutir uma bibliografia que estava utilizando em minhas atividades de pesquisa, podendo socializá-la com os alunos de diferentes cursos da área das humanidades que nela costumavam se inscrever.

Após meu retorno do Doutorado continuo ministrando disciplinas no Mestrado em Sociologia Rural, que em 1997 tornar-se-ia Programa de Pós-Graduação em Sociologia com a implantação do Doutorado e sua fusão com o Mestrado em Sociologia do Campus de João Pessoa e sou convidado, ainda em 1994, a fazer parte como colaborador dos quadros do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, onde passo a orientar e ministrar disciplinas. Nos dois programas também me dedico a ministrar disciplinas que implicam em discussões teóricas ou metodológicas, articulando estas discussões com as atividades de pesquisa que estou levando a efeito em cada momento. Quase sempre ministro disciplinas de Tópicos Especiais, nas quais tenho maior liberdade para definir o conteúdo e posso apresentar temas e autores que não eram abordados nas disciplinas obrigatórias do Curso. Somente com as modificações nas áreas de concentração e linhas de pesquisa do Curso de Sociologia Rural surgiu a possibilidade de ministrar disciplinas que faziam parte do rol das obrigatórias. No Mestrado de Sociologia Rural ministrei, ainda, as seguintes disciplinas: Tópicos Especiais em Sociologia Rural: Micropoder e Micropolítica (1995); Movimentos Sociais no Campo: Questões de Gênero (1996), no mesmo momento em que iniciei minha pesquisa em torno da masculinidade nordestina; Migração, Identidade e Cultura (1997), conceitos em torno dos quais gira grande parte de minha produção acadêmica; Teoria Sociológica II (1998), onde discuti autores contemporâneos e pouco abordados até então no curso, como: Zigmund Bauman, David Harvey, Frederic Jameson, Domenico de Masi, Boaventura de Sousa Santos, Guy Debord, Felix Gattari, Gilles Deleuze, François Lyotard, enfocando as diferentes leituras sobre a nossa condição histórica contemporânea; Família e Relações de Gênero (1999), disciplina obrigatória da qual me tornei professor responsável, oferecendo-a com algumas variações de nomenclatura como Família, Gênero e Sexualidade (2001 e 2003) e Seminários Avançados em Teoria Sociológica II (2002).

No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco sempre ministrei disciplinas vinculadas à área de Teoria da História, seja para o Mestrado, seja para o Doutorado, trazendo também a leitura de uma série de autores pouco usuais e de obras clássicas ou contemporâneas pouco utilizadas até então, como: as obras de Friedrich Nietzsche, de Sigmund Freud, de Michel Foucault, de Gilles Deleuze, de Felix Guattari, de Richard Sennet, de Bárbara Tuchman, de Paul Valéry, de Isaia Berlin, de Todorov, de Michel Mafesoli, de Roland Barthes, de Michel de Certeau, de Paul Ricoeur, entre outros. Nas disciplinas, ministradas na UFPE, sempre procurei discutir o estatuto do saber histórico em nosso tempo, procurando pensar a nossa própria condição histórica e como esta impacta os estudos históricos, levando a mudanças de regras de produção em nosso saber, ou seja, tentando trazer para os alunos os debates teóricos e metodológicos que

atravessam nosso campo, na atualidade. Ministrei neste Programa as seguintes disciplinas: Tópicos Especiais em Teoria da História: cidade, modernidade e desterritorialização social – a sensibilidade boêmia (1994), disciplina em que já me permito fazer uma discussão que me acompanhará em todas as disciplinas aí ministradas: as mutações históricas na modernidade e como estas se diferenciam do que se nomeia hoje como sendo a pós-modernidade; Tópicos Especiais em Teoria da História: A Clio Antropofágica: história e pós-modernidade (1994), discussão que passará a nortear todos os cursos que passo a dar, daí em diante, na disciplina obrigatória de Teoria da História (1997, 1999, 2000, 2001); a partir do ano de 2004 passo a ministrar a cada ano um Tópico Especial em Teoria da História onde trato de temáticas livres, que estão ligadas tanto a meus interesses de pesquisa, como dos alunos do Programa. Esses cursos me permitem uma constante atualização bibliográfica e a escrita de textos como resultado das discussões que neles se dão, neles tratei temas como: a relação entre mudanças no paradigmas científicos e a historiografia (2004), a relação entre a chamada virada linguística e historiografia (2005), hermenêutica e historiografia (2006), historiografia e retórica (2008), a relação entre história, revolução e transgressão (2009), a relação entre historiografia e imagens (2013), a contribuição de Michel Foucault e a historiografia (2015), o pensamento alemão no século XX e a historiografia (2016), o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2017). Ministro ainda a disciplina de Historiografia Brasileira (1995 e 1996), onde procuro atualizar os alunos nos debates historiográficos contemporâneos no país, sem esquecer de valorizar autores clássicos, desconhecidos ou estigmatizados como Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Holanda. Nos dois últimos anos, tenho procurado articular a disciplina de Teoria da História em torno das temáticas da narrativa e da construção de identidades espaciais, à medida que estou me dedicando, não somente agora, mas desde minha redistribuição para o Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2004, e desde a criação, neste Departamento, do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado, que tem como área de concentração a relação entre História e Espaços, a leituras em torno destas questões e à medida que, desde meu Doutorado, que se fez em torno da invenção histórica de um recorte regional – o Nordeste -, tenho trabalhado com a relação entre discursos e produção de identidades espaciais.

Como vimos, em 2004, ingressei por Concurso Público para a área de Teoria da História no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atraído pela possibilidade palpável de participar do processo de elaboração e de criação de um Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado, que estivesse diretamente ligado a uma área de preocupação e estudos a que já vinha me dedicando, desde o Mestrado: a relação entre a história e a produção de recortes espaciais, de identidades espaciais, de territórios, lugares,

paisagens, fronteiras. Estando em Campina Grande já há vinte anos, tinha dado toda a contribuição que podia àquela Universidade, e me sentia sem perspectivas novas, já que o quadro de professores do Departamento e sua situação de funcionamento, a baixa titulação dos professores e os inúmeros conflitos que os dividiam, faziam com que não vislumbrasse a possibilidade de participar, tão cedo, diretamente de um Programa de Pós-Graduação, vivendo o seu dia a dia e este tendo uma relação direta com aquilo que estudo. No Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por ser um historiador, sempre estive de certa forma à margem, não podia sequer votar para eleger o Coordenador, mesmo orientando muitos alunos e ministrando muitas disciplinas e tendo sempre que ouvir que os trabalhos que orientava não eram de Sociologia. Em Pernambuco, embora tenha sido muito bem recebido por todos e esteja feliz até hoje com o que fiz e faço lá, não tenho condições, por morar em outro Estado, de viver o cotidiano do Curso ou interferir mais diretamente em seus destinos. Quando, pois, estando em Natal de licença prêmio, aproveitando para fazer minha pesquisa em torno da vida e obra de Câmara Cascudo, recebi inicialmente um convite para discutir e auxiliar na elaboração da proposta para o Mestrado, que logo se tornou em um generoso convite para fazer concurso para a área de minha atuação, não duvidei em nenhum momento em fazer mais esta mudança em minha trajetória, coerente com o que penso que seja a vida e a história: mudanças, rupturas, transformações. A aprovação da proposta de Mestrado que ajudei a redigir e a proximidade temática que esta tem com o que venho fazendo em minha vida acadêmica justificam totalmente a minha vinda para esta Universidade.

Desde que ingressei no Departamento de História da UFRN tenho ministrado disciplinas, tanto na Graduação, como no Mestrado em História, na área em que fiz o concurso, a área de minha especialização no ensino, a área de Teoria da História. Para a Graduação ministrei: Metodologia da Pesquisa Histórica (2004, 2007, 2010, 2011, 2015), Teoria da História (2004-2005, 2013, 2016), Pesquisa Histórica I (2004, 2005, 2006, 2007), onde oriento a elaboração dos projetos das monografias de final de curso e Pesquisa Histórica II (2004, 2005, 2006), disciplina que corresponde à redação da monografia de final de curso onde orientamos até 8 alunos; Introdução ao Estudo da História (desde o ano de 2007 a 2017). Com nova reformulação curricular sugeri a introdução de dias novas disciplinas eletivas que passei a ministrar: História, Gênero e Sexualidade (2015 e 2016) e História, Memória, Literatura (2017). No Mestrado ministrei a disciplina obrigatória de Teoria e Metodologia da História (2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2016 em que venho discutindo como as diferentes correntes de interpretação da história pensaram a relação entre história e natureza, história e espaço.

Espero ter demonstrado o que considero ser as características principais da minha atuação como professor: a busca constante por novos conhecimentos;

a leitura permanente de novos autores; a busca de proporcionar a meus alunos o contato com as discussões contemporâneas em cada área; a paixão pelo ensino aliada à atenção para com a pesquisa, mas também com a vida coletiva e individual; o respeito pela diversidade das formas de pensar a história e a sociedade, que aparecem nos programas de minhas disciplinas, que nunca foram pensadas como sendo para doutrinar; a ênfase na leitura e na formação de uma erudição por parte dos alunos; o incentivo à iniciação científica e, acima de tudo, o estabelecimento de um relacionamento cordial e amigo com meus alunos, aos quais procuro transmitir, não apenas saber, mas valores, formas de ser, de se colocar no mundo e na vida, atitude radicalmente política, embora atitude pouco compreendida por aqueles que pensam o ensino como lugar de militância político-partidária, da qual nunca fui simpatizante, quando se trata de ensinar. Confesso aqui, estar em sala de aula é ainda minha maior alegria, é minha maior terapia, acho que por isso estou sempre de bom humor, provooco tanto riso e dou tanta risada quando estou em sala de aula, acho que sem ensinar eu estaria talvez internado num hospício, em profunda depressão.

O Orientador dos Impertinentes: orientações e a formação de novos pesquisadores

Se há um aspecto de minha trajetória acadêmica que me traz muito orgulho, além da qualidade e importância, pelo menos no âmbito da historiografia brasileira e regional, de minha produção científica, é a quantidade, e mais do que isso, a qualidade dos trabalhos que pude orientar, os pesquisadores em história e sociologia dos quais participei diretamente da formação, como orientador de seus trabalhos, seja de conclusão dos cursos de Graduação, seja de suas Dissertações de Mestrado ou de suas Teses de Doutorado. Orientações que, ao mesmo tempo em que abarcam uma grande diversidade temática, levando o orientador a partilhar e aprender com diferentes aventuras de pesquisa, mantêm uma profunda coerência quando se trata das perspectivas teóricas e metodológicas em que os trabalhos são apoiados. Produção que, na minha opinião, mais se valoriza, por ser quase sempre vista como marginal ou periférica tanto em relação à orientação prevalecente em certo momento no curso de graduação em História, como nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e História aos quais estava ligada. Fui sempre o orientador dos temas enfeitados, daquilo que não era sério, daquilo que não era história ou sociologia, dos temas esquisitos e exóticos, da confeitaria, por isso mesmo tive a sorte de orientar, quase sempre, alunos muito criativos, muito críticos, abertos a novas aventuras no campo da pesquisa e do pensamento. Fui e continuo sendo o orientador dos temas e dos alunos impertinentes, daqueles que, talvez como eu, estavam fora de lugar, fora da norma e do normal, mas que, por isso mesmo, podem olhar para o mundo, para a academia, para o saber de outro ângulo, com um outro olhar, com a ironia e o desrespeito pela ordem que são sempre necessários para

que se produza o conhecimento novo, o conhecimento inesperado, diferente. A lista interminável de notas máximas conseguidas pelos trabalhos dos meus orientandos, suas distinções e louvores, fala muito mais deles do que de mim, da potencialidade que todos possuíam, da generosidade com que aceitaram meus palpites em seus trabalhos, de pessoas que souberam fazer de sua impertinência desafio e superação. Acima de tudo, o que mais valorizo é que quase todos são hoje profissionais respeitados em suas áreas e quase todos são meus queridos amigos.

São até agora, 131 orientações concluídas, sendo 50 orientações de monografias de conclusão de cursos de graduação, 2 orientações de monografias de conclusão de curso de Especialização, 49 orientações de dissertações de mestrado e 21 orientações de Teses de doutorado e 9 orientações de Iniciação Científica. Podemos agrupar estes trabalhos tanto em torno de temáticas com as quais tenho afinidade, pois as venho trabalhando em minhas próprias pesquisas há algum tempo, como em torno de dadas abordagens e caminhos metodológicos nos quais também tenho me especializado. Há um conjunto de trabalhos em torno da temática da “invenção do Nordeste”, ou seja, que tematizam algum aspecto desta questão, ou mesmo de temas correlatos, como o da invenção histórica de algum recorte espacial ou que abordam temáticas ligadas à construção da identidade nordestina como a seca, o cangaço ou o coronelismo. Estes trabalhos se articulam com a minha atual área de atuação na Pós-Graduação na UFRN. Podemos situar aí as dissertações de Mestrado de André Gustavo Barbosa da Paz Mendes (*A invenção da terra da luz: : história, literatura e paisagem (1875-1914)*, 2008); Elson de Assis Rabelo (*A história entre tempos e contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí*, 2008); Wagner Geminiano dos Santos (*Enredando Campina Grande nas teias da cultura: (des)inventando festas e (re)inventando a cidade (1965-2002)*, 2008); Francisco Firmino Sales Neto (*Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade ou o espaço como autoria*, 2009); Edianne dos Santos Nobre (*O teatro de Deus: a construção do espaço sagrado de Juazeiro a partir das narrativas femininas*, 2010); Rosenilson da Silva Santos (*O desejo, o relato e a prática da cidade: de como são construídos territórios marginais na cidade do Príncipe (1880-1900)*, 2011); Arthur Luís de Oliveira Torquato (*O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração Sylvio Pizza Pedrosa (1946-1950)*, 2011); Bruno Balbino Aires da Costa (*Mossoró não cabe num livro: Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense*, 2011); Kaliana Calixto Fernandes (*Santo de casa faz milagre: Luís da Câmara Cascudo, o padoeiro literário da cidade do Natal*, 2012); Felipe Souza Leão de Oliveira (*A escrita do tempo e a poética do espaço: história e espaço no livro Geografia do Brasil Holandês de Luís da Câmara Cascudo*, 2012); Diego José Fernandes Freire

(*Contando o passado, tecendo a saudade: a construção simbólica do engenho açucareiro na obra de José Lins do Rêgo*, 2014); Priscila Freitas de Faria (*Terra de charneca erma e de saudade: a construção simbólica do Alentejo português na obra de Florbela Espanca (1916-1930)*, 2015); Maria Sandra da Gama (*Entre mulheres e fronteiras, um escritor: lugares do feminino na obra de Lima Barreto (1902-1922)*, 2015); Cristiano Êmerson de Carvalho Soares (*Pereiras e Carvalhos: uma história da espacialização das relações de poder*, 2015); Felipe Alves Paulo Cavalcanti (*O avesso da ruína: invenção e reinvenção de Passárgada na obra de Manuel Bandeira (1917-1954)*, 2016); Henrique Maseria Lopes (*A caminho do planetário: uma história de paisagens sonoras, poéticas e existenciais das psicodelias nordestinas (Recife, 1972-1976)*, 2017). Nessa temática também podem se enquadrar as dissertações de mestrado de Vanuza de Souza Silva (*O Teatro de Lourdes Ramalho e a invenção da autoria nordestina*) de 2005; de Auricélia Lopes Pereira (*O Rei do Cangaço e os Vários Lampiões*) de 2000 e de Joedna dos Reis Menezes (*A indústria do atraso ou o atraso da indústria?: o discurso da industrialização no Nordeste (1950-1979)*) de 1999; e as monografias de conclusão de curso de graduação de André Gustavo Barbosa da Paz Mendes (*A imagem do “flagelado” na literatura da Terra da Luz – 1879-1903*) de 2005; Wellinson Westerley de Araújo Fernandes (*Lendas e mitos caicoenses: a edificação da identidade de um município*) de 2004; de Rute Freire de Moraes Diniz Marques (*Pela lealdade e pela honra dos amigos: a produção discursiva da oligarquia norte-rio-grandense durante a seca de 1877-79*) de 2004; de Rutém de Oliveira Marcolino (*Vinho Novo em Odre Velho: uma arqueologia da assistência social aos flagelados da seca*) de 2004; de Eugênio Pacelli de Moraes Firmino (*As chamas da seca: a dimensão dos saques no imaginário das elites dominantes da Paraíba – 1979-1983*) de 1989.

Muitos dos trabalhos por mim orientados, embora tratem de temáticas bem diversas, se aproximam por ser trabalhos que tratam de seus temas a partir de noções como mitologias, imaginário, representações e memória, buscando compreender o conjunto de significados sociais atribuídos a determinadas práticas, a determinados acontecimentos ou a determinados sujeitos. Neste conjunto de trabalhos podemos inscrever as dissertações de José Adilson Filho (*A Cidade Atravessada: velhos e novos cenários na política belo Jardimense -1969-2000*) de 2002, que aborda as mitologias políticas que circulavam e foram agenciadas pelos atores políticos deste município no período considerado e de Maria de Fátima Henrique de Almeida (*Santo Daime: a Colônia Cinco Mil e a Contracultura – 1977-1983*) de 2002, onde a partir da noção de delírio se estuda os processos subjetivos e sociais que levaram as comunidades de uso do Daime passarem da contracultura e da marginalidade para o mercado e a assimilação identitária no Acre; as Teses de Ramilton Marinho Costa (*Espelho de Narciso: a subjetividade, o cenário e o imaginário dos anos 80 e a construção*

da imagem do Caçador de Marajás através da mídia e da publicidade) de 2004; e de José Olivenor de Souza Chaves (*Atravessando Sertões: Memórias de velhas e velhos camponeses do Baixo Jaquaribe-CE*) de 2002; as monografias de conclusão do curso de graduação de Jéferson Nunes Ferreira (*Mais estrelas que o céu: cinema, subjetividade em Campina Grande nas décadas de 1940 e 1950*) de 1996; de Maria do Socorro Rangel (*Medo de Morte, Esperança de Vida: as ligas camponesas no imaginário camponês*) de 1988 e de Diego da Costa Soares (*Napoleão, o Príncipe de Maquiavel: a presença da obra O Príncipe de Maquiavel na formação da imagem pública de Napoleão Bonaparte*) de 2004; as teses de Doutorado de Lucas Victor da Silva (*O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*, 2009); Silêde Leila Oliveira Cavalcanti (*Corpos tristes, velhices alegres: do velho instituído pelo discurso da caridade e da higiene ao idoso saudável inventado pelo discurso gerontogeriátricos*, 2013); Giscard Agra do Ó (*Quando a doença torna a vida um fardo: a trajetória de Humberto de Campos (1928-1934)*, 2014); Maria Cláudia Cavalcante (*O ressentimento como projeto de Brasil: um estudo sobre o ostracismo intelectual e os elementos formadores do pensamento de Gilberto Amado (1905-1969)*, 2017).

Muitos dos trabalhos feitos por meus orientandos, notadamente dos primeiros anos de atividade na Universidade, estiveram marcados por uma mirada metodológica que tinha inspiração tanto na leitura das obras de E.P. Thompson, notadamente na ideia de se fazer uma história vista de baixo e que focalizaria os momentos de resistência, sejam institucionalizados ou não, à dominação, quanto das obras de Michel Foucault, quando tematiza a resistência ao poder como práticas que podem se dar nas relações sociais mais cotidianas. Esta aproximação entre a obra destes dois autores esteve bastante presente na historiografia brasileira do final dos oitenta, período que corresponde ao da feitura de muitos dos trabalhos que orientei com esta visada teórica e metodológica e que, nesta época, marcava uma importante ruptura com uma historiografia marxista mais economicista e determinista. Muitos deles tratavam de uma questão bastante presente naquele momento na Paraíba, que eram os conflitos sociais em torno da posse da terra e que remetiam para o estudo da própria memória dos movimentos sociais dos camponeses no Estado, notadamente a memória das Ligas Camponesas. Neste conjunto de trabalhos posso inscrever as monografias de conclusão de curso de Ivalmira Guedes da Silva (*Terra para quem nela trabalha: a atuação da Igreja no conflito de Alagamar*), de 1986; a de Sandra Maria Costa Lia Fook (*Em busca da terra prometida: a luta pela reforma agrária na Paraíba*) também de 1986; a de Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa (*Gritos contra o Silêncio: sindicalismo e lutas cotidianas dos trabalhadores no brejo paraibano (1960-1987)*) de 1987 e a de Roberval Veras de Oliveira (*As portas de saída da cadeia do sofrimento: os projetos políticos de esquerda e as ligas camponesas na Paraíba - 1958-1964*), trabalho de 1989.

Mas uma boa parte dos trabalhos que tenho orientado trata de temas ligados às questões de gênero, que vim a trabalhar com maior profundidade a partir do final dos anos noventa do século passado, além de temas correlatos como o da sexualidade e da família, que compunham minha área de atuação no Programa de Pós-Graduação em Sociologia de Campina Grande. Mas estas questões sempre me interessaram, até mesmo por causa da minha opção sexual, que coloca imediatamente a sexualidade, a família e as relações de gênero como problemas a ser discutidos até mesmo na vida privada. Meu contato com a professora Margareth Rago, quando cursava o Doutorado, veio aguçar minha curiosidade por esta área e me fornecer o instrumental teórico para abordá-la. Neste campo destacam-se os trabalhos sobre a história e a sociologia das identidades e práticas masculinas, campo pouco abordado pelos estudos de gênero, notadamente pela historiografia, mais preocupada com o feminino e com as mulheres, área onde me considero um pioneiro. Neste conjunto de trabalhos posso inscrever desde as monografias pioneiras de Silvana Vieira de Sousa (*As vítimas do Éden: histórias de opressão e de dominação da mulher em Campina Grande (1960-1983)*), trabalho de 1988 e de Ricardo Nunes Mendonça (*Caso Madalena: crime, sexo e poder em família*), de 1990, até as monografias de Rodrigo Ceballos (*Os “Homens Tristes”: (des)construções históricas de práticas masculinas no Nordeste -1910-1930*), trabalho de 2000 e fruto da participação do aluno como bolsista de iniciação científica; e de Ivonaldo Miranda de Lima (*Os Femininos Poéticos e os Poéticos Femininos: imagens de mulher analisadas pelas páginas do jornal A República – 1916-1925*), de 2004; as monografias de final de curso de Especialização em História de Silêde Leila de Oliveira Cavalcanti (*Filhas de Eva ou Filhas de Maria?: a resistência e a desvitimização da mulher em Campina Grande - 1880-1950*) e de Maria Goreth Macedo (*A influência da moda francesa no vestuário feminino brasileiro – 1889-1920*), de 1996; as dissertações de Mestrado de Ofélia Maria de Barros (*Não ser debandada no mundo: a construção social das donas de casa do Cariri paraibano*), de 1986; de Célia de Castro (*Fazendo Gênero: a construção/desconstrução dos papéis de gênero na educação familiar e escolar*), de 1999; de Keila Queirós e Silva (*Entre as normas e os desejos: as mutações do masculino e do feminino nos anos 50, 60 e 70 na Paraíba*) de 1999; de Silêde Leila de Oliveira Cavalcanti (*Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes – Campina Grande 1930-1950*), de 2000; de Alômia Abrantes da Silva (*As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens da mulher na imprensa paraibana dos anos vinte*) de 2000; de Josilene Barbosa do Nascimento (*O Corpo Belo: beleza e práticas de embelezamento no discurso das mulheres da zona rural*) de 2001; de Wilmar Roberto Gaião (*Negócio de Acampar pra Pegar Terra é pra Cabra Macho: a construção social do lugar de militância política no MST – uma discussão de gênero*) de 2001; de Elizângela Barbosa Cardoso (*Múltiplas e Singulares:*

história e memória de estudantes universitárias em Teresina – 1930-1970), de 2002; Kyara Maria de Almeida Vieira (“*A única coisa que nos une é o desejo*”: *a produção de si e sujeito de desejo na vivência do homoerotismo em Campina Grande*, 2006); Cláudia Medeiros de Araújo (*A representação da mulher e as questões de gênero na toponímia urbana de Caicó*, 2013); Paulo Roberto Souto Maior Júnior (*Assumir-se ou não assumir-se? O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)*, 2015); Ryvelino da Costa Lins (*Corpos LGBT no espaço público: práticas de liberdade na cidade do Recife nos anos 2000*, 2017) e as teses de Doutorado de Temis Gomes Parente (*O Averso do Silêncio: vivências cotidianas das mulheres do antigo norte de Goiás no século XIX*) de 2001; e de Iranilson Buriti de Oliveira (*Façamos a Família à Nossa Imagem? A construção dos conceitos de família no Recife moderno – décadas de 20 e 30*) de 2002; Alômia Abrantes da Silva (*Paraíba, Mulher Macho: tessituras de gênero, (dessa)fiões da história (Paraíba, século XX)*, 2008); Kyara Maria de Almeida Vieira (*Onde estão as respostas para minhas perguntas?: Cassandra Rios, a construção do nome e da vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001)*, 2014; Vanuza de Souza e Silva (*O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem?, uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000)*, 2014; Fábio Ronaldo da Silva (*As porosidades do tempo: velhos e velhices nas publicações homoeróticas brasileiras (1978-2013)*, 2017).

Outro conjunto de trabalhos orientados se assemelham pelo uso da abordagem arqueogenealógica de inspiração foucaultiana, que também está presente em grande parte da minha produção, e pela utilização da análise de discurso como metodologia privilegiada de abordagem, buscando, coerentemente com esta perspectiva teórica, analisar as relações estabelecidas entre a produção de saberes, a veiculação de discursos e as relações de poder, os diversos interesses em conflito em um dado momento histórico e como estes discursos construíram dadas configurações de sujeitos e de objetos, que deram ao ver e ao dizer determinados referentes e construíram certas visibilidades e dizibilidades acerca de um dado problema que emerge como questão em dada conjuntura histórica. Nesta perspectiva se inscrevem as monografias de conclusão da graduação em história de Valdinar da Silva Oliveira Filho (*O Nordeste no Discurso do Cordel: a tradição por um fio – 1940-1980*), de 2001; de Viviane Gomes de Ceballos (*Entrelaçando Histórias, Tecendo Campina Grande: desenvolvimentismo e modernidade no discurso do Diário da Borborema – 1956-1961*) de 2001; de Clênio da Silva Santos (*A Fábrica de Sujeitos: identidades e educação*), de 2003; de Jean Kelber Bezerra de Medeiros (*O discurso do movimento estudantil brasileiro sobre os acordos MEC-USAID: um elemento da reforma universitária de 1968*), de 2005; as dissertações de Mestrado de Alarcon Agra do Ó (*O leito de Procusto: nacional-desenvolvimentismo e educação*) de 1996; de Fernando Luiz Alves Barroso

(*A Hora do Povo na TV: análise do discurso de uma experiência popular de televisão*) de 1996; de Iranilson Buriti de Oliveira (*Gritos de vida e de morte: a construção da idéia de decadência do patriarcado rural nos discursos da Primeira República*) de 1997; de Nerize Ramos Laurentino (*O poder do discurso: as condições sociais de emergência do agricultor familiar como sujeito propositivo*) de 1999; de Sandra Maria Lia Fook Vasconcelos (*A reforma agrária por um fio: uma análise do discurso da literatura de cordel*) de 2000; de Kalina Goretti Monteiro Gadelha (*Curar-se das Palavras: construções discursivas dos portadores do HIV sobre a AIDS*) de 2001; e as teses de Doutorado de Edward de Alencar Castelo Branco (*Todos os Dias de Paupéria: Torquato Neto e uma contra-história da Tropicália*) de 2004; de Edmundo de Oliveira Gaudêncio (*Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia: arqueologia do bandido*) de 2004; de Maria do Socorro Nóbrega Queiroga (*O Discurso do Fracasso Escolar como Tecnologia de Governo da Infância: a arqueologia de um conceito*) de 2005 e de Alcileide Cabral do Nascimento (*A Sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife – 1789-1832*) de 2006; Keila Queiróz e Silva (*Os corpos enrugados e meus outros espalhos etários*, 2008); Cassandra Carmo de Lima Veras (*O sucesso do desemprego: as agências on-line e o emprego como mercadoria*, 2008); Alarcon Agra do Ó (*Velhice imaginadas: memória e envelhecimento no Nordeste do Brasil (1935,1937, §945)*, 2008);

A produção das identidades sociais e individuais, com a correlata produção das subjetividades, preocupações que atravessam, de certa forma, toda a minha trajetória acadêmica, e que está na base da pesquisa que desenvolvi em torno da figura de Luís da Câmara Cascudo e que se inspira no que se convencionou chamar da terceira fase da obra de Foucault, agregam três trabalhos que foram orientados por mim: as dissertações de Mestrado de Vanderlan Francisco da Silva (*Compondo Vidas, Tecendo Destinos: conflitos, territorialidades e trajetórias individuais na penitenciária do Serrotão em Campina Grande-PB*) de 2000; de Francisco Carlos Cardoso da Silva (*Construção e desconstrução de identidades raciais em Salvador: MNU e Ilê Ayê no combate ao racismo*) de 2001 e de Gislainy de Alencar Medeiros (*Luís da Câmara Cascudo: a produção histórica de uma subjetividade integralista -1910-1940*) de 2005.

Há ainda um grupo de trabalhos que a orientação decorreu da absoluta impertinência de suas temáticas e de suas abordagens, fazendo com que os candidatos, sentindo-se enjeitados ou preteridos, procurassem por mim, aquele orientador dos temas e alunos estranhos, esquisitos, rebeldes e malcomportados teórica, temática e pessoalmente falando. Neste grupo se inscrevem não apenas trabalhos de grande valor, como pessoas e amigos inesquecíveis por suas anárquicas e afetivas presenças em minha vida como: as monografias de final de curso de Camilo Barbosa da Silva (*Tecendo riqueza, descaroçando desordem*,

colhendo poder: a construção da hegemonia da burguesia comercial em Campina Grande -1920-1950) de 1988, temática tão convencional em pessoa tão fora das convenções; de Cassandra do Carmo de Lima Veras (*O espelho de narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande - 1935-1945*) de 1988, monografia que se tornou referência obrigatória nos estudos sobre a cidade, de alguém que nunca foi propriamente referência para ninguém, pois poucos aguentam tanta irreverência e criatividade; e de Glaydson Rodrigues Dantas (*A Arte de Terpsícore em Natal - 1959-1979: por uma construção histórica da dança teatral*), de 2005, bailarino que teve que rebolar para encontrar alguém que quisesse orientar seu trabalho sobre a dança; as dissertações de Mestrado de José Carlos Barros Silva (*Na hora de nossa morte: as práticas governamentais de assistência ao morto*), de 1996, tema que ninguém quis orientar no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em João Pessoa, e que o aluno para me convencer a orientá-lo trouxe no primeiro encontro uma foto sua dentro de um caixão de defuntos experimentando a situação, aceitei na hora dado o engajamento no tema que demonstrou, e não me arrependi; de João Batista Guedes (*Despindo o Jeca: modos e modas de vestir o campo*), de 1996, uma dupla impertinência, um designer cursando sociologia, um homem escrevendo sobre moda, mas não resisti à orientação desde que veio para fazer o convite vestido com o que ele chamou de modelito de pesquisador rural, entre muitos risos e irreverência foi produzido um lindo trabalho, inclusive esteticamente falando; e a tese de Doutorado de Antônio Clarindo Barbosa de Sousa (*Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande - 1945-1965*), de 2002, um estudo sobre a pouca tratada temática do lazer, numa sociedade e numa academia que valorizam tanto o trabalho, um orientando e um texto cheio de ironias e desconcertos. Como este conjunto de trabalhos é uma demonstração e muitos outros também poderiam testemunhar, a minha relação com os orientandos e com a orientação é também atravessada pelo humor e pelo riso, mais do que momentos de sofrimento e admoestações. Os encontros de orientação têm me proporcionado a oportunidade de produzir e criar em meio à ironia, ao divertimento, ao necessário espírito crítico e a indispensável mirada sarcástica, pois tenho feito, junto com meus alunos, acima de tudo, gaia ciência, nascida da alegria de pensar, de escrever e de se relacionar com o outro, seja através das temáticas abordadas, seja através da presença marcante e singular de cada orientando.

Outra marca de minha carreira como professor universitário tem sido a disposição constante para a formação de novos pesquisadores através da orientação de bolsistas de iniciação científica e de monitores. Já estiveram sob minha orientação 30 bolsistas de iniciação científica, dos quais 20 continuaram seus estudos na pós-graduação, enquanto os outros 10 são profissionais do ensino em instituições públicas e privadas. Já orientei 9 monitores, todos hoje são profissionais do ensino em seus diferentes níveis.

Outras Artes: demais atividades de um servidor público

Desde que cheguei à Universidade, uma característica de minha atuação tem sido a disponibilidade para executar distintas tarefas que foram sendo a mim atribuídas. Posso dizer que sou um servidor público no sentido de que sempre estive à disposição da instituição que me emprega para executar as mais diferenciadas atividades e também me coloquei sempre à disposição da sociedade e da comunidade acadêmica do país para assumir distintas atribuições e participar de eventos onde o saber produzido pela academia pudesse ser partilhado e divulgado junto à população. Embora nunca tenha me dedicado a atividades permanentes de extensão universitária, já que o ensino e a pesquisa têm tomado grande parte de meu tempo, venho fazendo constantemente extensão à medida que tenho sempre procurado atender a demandas que vêm dos mais diversos setores da sociedade: de universidades públicas e particulares, de instituições de ensino fundamental e médio, de organizações não-governamentais, de órgãos públicos, de instituições privadas das mais diversas naturezas, de organizações estudantis e docentes, de órgãos de representação sindical, de instituições privadas de pesquisa etc. Minha atuação tem se dado por todo Brasil e até no exterior, sendo hoje um profissional conhecido e reconhecido em diferentes setores da sociedade e não apenas na academia, pois tenho tentado levar o conhecimento que produz em diferentes platéias, colocando-o a serviço de atividades de intervenção social das mais distintas naturezas. Muitas destas atividades sequer foram registradas em meu currículo.

No interior da Universidade tenho procurado participar de todas as suas atividades; tenho sistematicamente feito parte das comissões acadêmicas seja de cunho administrativo, seja de cunho técnico-científico: no plano administrativo fiz parte diversas vezes da Comissão de Avaliação Docente para Ascensão Funcional do Departamento de História e Geografia (UFPB - 1989, 1990, 1994-1997, 2001 e UFCG - 2002 e 2003); da Comissão de Avaliação de Professores em Estágio Probatório (UFPB - 2000 - 2001 e UFCG, 2002 - 2003); de Comissões Eleitorais para a escolha de Chefe e Sub-Chefe de Departamento e Coordenador e Vice-Coordenador de Curso (UFPB - 1985 e UFCG - 1996) e da Comissão de Elaboração do Plano de Capacitação Docente do Departamento de Sociologia e Antropologia, em 1985. No plano técnico-científico fui membro da Comissão de Pesquisa do Departamento de História e Geografia (UFPB - 1994-1996 e UFCG - 2003); da Comissão de Avaliação do Programa Estudante Convênio - Rede Pública (UFPB - 1998-2000); de diversas bancas para escolha de monitores para as disciplinas de Introdução ao Estudo da História e Teoria da História (UFPB, 1986, 1997, 1999, 2001 e UFCG, 2003); fui membro do Colegiado do Mestrado em Sociologia Rural (UFPB, 1996-1997). Fui Assessor Adjunto de Pesquisa do Centro de Ciências

Humanas, Letras e Artes da UFRN (2006-2007); Presidente da Comissão de Avaliação para o ingresso na classe de Professor Associado dos Centros de Ciências Humanas, Letras e Artes e do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (2006-2011).

Embora nunca tenha sido uma de minhas vocações e prioridades na vida acadêmica, tenho ocupado cargos administrativos sempre que a necessidade o impõe. Em 1985, tendo acabado de chegar ao Departamento de Sociologia e Antropologia, onde estavam lotados os professores de história, fui designado Coordenador da Área, ocupando este cargo até 1987, quando passamos a formar o Departamento de História e Geografia, num processo de separação que foi coordenado por mim, iniciando com sucesso uma outra marca de minha trajetória acadêmica que tem sido a de participar ativamente da criação de novas instâncias e programas acadêmicos. Neste sentido, em 1985, participei da comissão que elaborou a proposta aprovada de criação da habilitação em Licenciatura para o curso de História da UFPB, que só oferecia a habilitação em Bacharelado. Ainda no DSA fui Coordenador de Pesquisa entre 1987 e 1988. Implantei junto com mais três colegas e coordenei entre 1987 e 1989 o Setor de Documentação e Informação Histórica Regional (SEDHIR), hoje pertencente à Universidade Federal de Campina Grande. Participei da Comissão que elaborou o projeto e fui Vice-Coordenador do Curso de Especialização *Latu Senso* em História do Brasil República, do Departamento de História e Geografia, UFPB, entre 1994-1996. Fui Vice-Diretor do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba, entre 1997 e 2000, ficando responsável pela coordenação de todas as atividades acadêmicas do Centro. Em 2004, assim que fui contratado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, participei ativamente da comissão que redigiu a proposta de criação de um Programa de Pós-Graduação em História, em nível de Mestrado, aprovada pela CAPES. Fui Vice-Coordenador do PPPGH-UFRN entre os anos de 2005 e 2006, assumindo a Coordenação entre os anos de 2006-2008.

Quando fui Vice-Diretor do Centro de Humanidades tive a oportunidade de criar e coordenar, durante quatro anos, a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro de Humanidades, entre 1997 e 2000, o que me deu uma enorme experiência em organização de eventos, pois era um evento de grande porte, com uma programação que ocupava toda a semana, os três horários e se espalhava por vários espaços da Universidade. Também coordenei o processo de implantação de um projeto integrado de atividade de monitoria para todo o Centro. Incentivei e participei da fusão dos cursos de Mestrado em Sociologia Rural, que funcionava em Campina Grande, e de Mestrado em Ciências Sociais, que funcionava em João Pessoa, permitindo a criação de um Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB e a criação do curso de Doutorado em Sociologia. Organizei o Congresso Cartografias

biopolíticas e estética da existência (2007); o XXVI Simpósio Nacional de História (2011); o XVII Simpósio Nacional de História (2013); o I Colóquio Internacional História e Espaços (2014); o IX Colóquio Internacional Michel Foucault (2015).

Além de me dedicar à orientação de bolsistas, tenho participado intensamente das atividades ligadas ao programa de Iniciação Científica, não só de minha Universidade, como de outras instituições, por saber da importância deste programa para a formação de novos pesquisadores na área. Fui membro da Comissão de Avaliação Institucional do Programa de Iniciação Científica durante os II, III, VI e VII Encontros de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba, nos anos de 1994, 1995, 1998 e 1999. Fiz parte do Comitê Local de avaliação do PIBIC no ano de 2001. Faço parte do Comitê Externo de Avaliação do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba desde 1999, da Universidade Federal de Pernambuco desde 2000 e da Universidade Federal de Sergipe, desde 2001.

Tenho me colocado à disposição para a realização de atividades técnicas, ligadas à minha área, no âmbito dos Ministérios da Educação, do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Ministério da Cultura. Fui avaliador vinculado ao INEP para verificação das condições de funcionamento dos cursos de Graduação em História, tendo realizado 15 avaliações, em cursos de diversos Estados, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, o que me possibilitou o contato com colegas de diferentes lugares e com situações profissionais bem diversificadas, além de me permitir ter uma visão mais global sobre o ensino de história em nosso país. Fui nomeado em 2005, 2007 e 2009 membro da Comissão para a Elaboração das Diretrizes do ENADE, o antigo Provão, para a área de História. Fiz parte como convidado conferencista das reuniões preparatórias local (Rio Grande do Norte) e regional (Nordeste) do Fórum Cultural Mundial, o que levou a que a Casa Via Magia, uma ONG responsável, junto com o Ministério da Cultura, pela organização do Fórum Cultural Mundial, me contratasse como Assessor para estimular discussões em torno das temáticas do evento, no seu site oficial, e como participante convidado pelo Ministério da programação do Fórum Cultural Mundial, preparatória nacional (Rio de Janeiro) e o encontro internacional (São Paulo). Sou parecerista ad hoc tanto do CNPq quanto da CAPES, tendo emitido inúmeros pareceres. Sou pela terceira vez, duas como membro efetivo e uma como suplente, do Comitê da Área de História no CNPq. Tenho feito assessorias a sindicatos, ONG's, grupos artísticos e teatrais da cidade do Natal. Fui assessor do projeto Obscuro Fichário dos Artistas Mundanos, que fez o levantamento das fichas e prontuários dos artistas fichados no DOPS, em Pernambuco entre 1933 e 1968. Participei de 9 bancas de prêmios e honorarias. Fiz ou faço parte do conselho editorial de mais de 30 periódicos da área.

Tenho feito parte tanto de bancas de avaliação de trabalhos de final de curso de graduação, de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado, de bancas de qualificação de Mestrado e Doutorado, quanto de bancas de concurso público de provas e títulos para a contratação de professores para as Universidades. Participei até agora de 79 bancas de avaliação de monografias de final de curso de graduação, 3 bancas de avaliação de monografias de final de curso de Especialização, 111 bancas de avaliação de dissertações de Mestrado, 62 bancas de avaliação de teses de Doutorado, 36 bancas de qualificação de teses de Doutorado, 26 bancas de qualificação de dissertações de Mestrado, 12 bancas de avaliação para acesso a classe de professor titular, 4 bancas de avaliação de Livre Docência e 9 bancas de concurso público de provas e títulos para contratação de professores. Tenho participado também de comissões de seleção de candidatos para a admissão nos cursos de Pós-Graduação de que fiz e faço parte: no Mestrado em Sociologia Rural e do Mestrado em História, da UFRN.

Já participei, apresentando trabalhos, de cerca de 32 eventos na área e tenho feito palestras, conferências, ministrado mini-cursos e participado de mesas redondas por todo o Brasil e até no exterior, totalizando cerca de 236 participações. Tenho tratado de temas ligados às minhas áreas de ensino, ou seja, a área de teoria e metodologia da história e a área de historiografia brasileira, como: as teorias sobre a formação histórica brasileira; as novas tendências teóricas e metodológicas na historiografia brasileira; história e pós-modernidade; a pesquisa em história; o objeto e o sujeito em história; bem como de temas ligados às minhas atividades de pesquisa como: a construção histórica da seca como problema regional; a emergência do recorte espacial Nordeste; a elaboração da figura identitária do nordestino; a fabricação histórica da idéia de cultura popular nordestina, bem como de temas correlatos como: sexualidade; questões de gênero; homossexualidade e homoerostismo; regionalismo e história regional; pobreza e poder político no Nordeste; a relação entre história e espaços; tempo, espaço e cultura; discurso, representação e subjetividade; identidades e territorialidades; memória e identidade regional; AIDS, gênero e doença; literatura e história; história, narrativa e relatos de espaço; movimentos sociais e questão agrária no Nordeste; a água como fonte de poder no Nordeste. Além de abordar, em diversas ocasiões, o próprio pensamento de Michel Foucault, autor no qual tenho me especializado, tenho sido convocado a falar sobre temáticas trabalhadas ou sugeridas por suas obras, como: a loucura; a punição; a amizade; a violência; a morte; o poder e o Estado e o poder médico.

Apropriação e usos do pensamento de Foucault no Brasil: A Produção Historiográfica de Durval Muniz de Albuquerque Jr. (1990-2006)¹

Wagner Geminiano dos Santos

O pensamento acadêmico brasileiro, na área das ciências humanas, no geral, e na produção historiográfica, em particular, é deveras ligado a uma tradição de pensamento francesa. Esta tradição de pensamento marca, de forma indelével, a construção das ciências humanas no país. E no conhecimento histórico não é diferente. Apesar da presença de outras tradições, o pensamento francês foi e é bastante importante para a construção da área do conhecimento histórico no país. Basta sublinhar que uma das principais instituições acadêmicas do Brasil, a USP, foi criada tomando por base o modelo francês de universidade. E, por muito tempo, chamada de um “departamento francês de ultramar”. Assim como as áreas de humanas no geral, e a de história em particular, começam a ser desenvolvidas naquela instituição a partir da presença e atuação das missões francesas,² das quais participaram nomes como Fernand Braudel e Henri Hausser (História), Claude Levi-Strauss (Antropologia) e Roger Bastide (Sociologia). As missões francesas vão ser responsáveis também pela construção da Universidade do Distrito Federal (UDF), posteriormente Universidade do Brasil (UB) e sua Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), situadas no Rio de Janeiro, que também terão importância central na formação do pensamento social brasileiro ao longo do século XX. A este respeito, afirma Marieta de Moraes Ferreira:

Sem sombra de dúvida, a atuação dos mestres franceses, tanto no Rio quanto em São Paulo, naqueles momentos fundadores [da década de 1930], foi definitiva para garantir nas décadas seguintes uma forte influência da historiografia francesa na formação dos novos profissionais de História [...] os cursos de História estariam, nos anos seguintes, fortemente envolvidos pela cultura histórica francesa.³

1 Uma versão reduzida deste artigo foi discutida no Fórum de Teoria e História da Historiografia realizado no CERES/UFRN – Campus Caicó, RN. Agradeço os comentários e críticas feitos ao texto pelos historiadores Hildebrando Maciel (mestre em História pela UFRGS); Pablo Spíndola (doutorando em História pela UFRRJ); Bruno Balbino Aires da Costa (doutorando em História pela UFRGS); Elton John Silva Farias (doutorando em História pela USP); Francisco Firmino Sales Neto (Professor doutor em História da UFCG – Campus Cajazeiras, PB) e Evandro Santos (Professor doutor da UFRN – CERES, Campus Caicó, RN).

2 Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013; RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **Revista de História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, 2013; ROIZ, Diogo da Silva. Dos ‘discursos fundadores’ à criação de uma ‘memória coletiva: as formas de como escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 19, jan/jun 2009.

3 FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício... Op. cit.**, p. 117.

No entanto, essa presença francesa ou de uma determinada tradição de pensamento francês na constituição do pensamento historiográfico brasileiro, em especial o mais recente, ainda não recebeu a devida atenção por parte da história da história no Brasil. Há pouquíssimos trabalhos que perscrutam esta relação. E é tentando contribuir para a superação desta lacuna que propomos a discussão que se seguirá neste texto. Ele tem por objetivo pensar e discutir esta relação a partir de um caso específico, qual seja: a apropriação e uso do pensamento de um dos principais expoentes do pensamento francês do século XX, o filósofo-historiador Michel Foucault, pela produção historiográfica do historiador brasileiro Durval Muniz de Albuquerque Jr. O filósofo francês tem uma obra extensa, geralmente dividida em três fases ou três eixos pela maioria de seus comentadores e críticos,⁴ e esta obra repercutiu de forma considerável sobre a historiografia brasileira dos últimos 30 anos, que se apropriou de maneiras diversas das três fases de seu pensamento que tratam, respectivamente, do eixo do saber, do eixo do poder, e do eixo da ética-estética da existência.⁵ Para dar conta de um dos casos desta apropriação, escolhemos a produção historiográfica de Durval Muniz de Albuquerque Jr.,⁶ um dos principais historiadores brasileiros a se apropriar e usar o pensamento de Michel Foucault para pensar a História e produzir historiografia no Brasil nas últimas décadas.

Albuquerque Jr. tem uma produção historiográfica vasta, com vários livros publicados. Dentre eles, o mais importante e significativo para a historiografia brasileira talvez seja o livro *A invenção do Nordeste e outras artes*, que significou um marco nos estudos sobre a invenção histórica dos

4 Cf. DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005; VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

5 Cf. RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

6 Durval Muniz de Albuquerque Jr. é um dos mais renomados historiadores brasileiros da atualidade. Com cerca de dez livros publicados, dentre eles o clássico e premiado *A Invenção do Nordeste e outras artes*, já com tradução para o inglês, e o também premiado *A feira dos mitos*. Além disso, figura com uma vasta produção científica com mais de 100 (cem) artigos publicados como capítulos de livros ou em revistas especializadas, sem contar os inúmeros prefácios, resenhas e similares produzidos e publicados. Tem uma atuação política e intelectual de destaque no campo, seja atuando em instituições de fomento, como a CAPES e o CNPq, nos comitês da área, bem como ocupando cargos relevantes a exemplo da presidência da Associação Nacional de História – ANPUH, no biênio 2009-2011, quando tornou-se o primeiro historiador a atuar fora do centro-sul a ocupar tal cargo. Sua produção tem influenciado um número considerável de outras produções, seja no mundo acadêmico, artístico e cultural do país. É professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – PPGH/UFPE. Fatores estes que o coloca como um dos principais nomes da historiografia brasileira, e um dos motivos da sua escolha neste texto para pensar a apropriação e o uso do pensamento de Michel Foucault no Brasil.

espaços, em especial, das regiões em nosso país. Claramente inspirado no pensamento de Michel Foucault, Albuquerque Jr. procurou problematizar, no livro em questão, como emergiu para o pensamento social e para a história brasileira a região Nordeste, seguindo assim uma das orientações básicas do pensamento de Foucault que é a de historicizar todas as coisas, inclusive aquelas que nos parecem mais naturais e a-históricas como os espaços. No entanto, apesar de julgar que esta seja a obra mais importante de Albuquerque Jr., e, portanto, uma excelente porta de entrada para se pensar como este historiador se apropria e usa o pensamento de Michel Foucault, preferimos optar por um outro recorte e discutir esta apropriação a partir de outra obra dele, o livro *História: a arte de inventar o passado*, em especial a partir da sua segunda parte, *Michel Foucault e a História*, onde o autor procura se dedicar “à reflexão sobre as contribuições do pensamento de Michel Foucault para a escrita da história e para as reflexões sobre o saber histórico”.⁷ Na apresentação ao livro, Albuquerque Jr. vai justificar esta escolha da seguinte maneira:

Autor que teve entre os historiadores uma recepção bastante polêmica, pelos desafios que lançou no sentido de repensarmos os nossos consagrados procedimentos de pesquisa e, principalmente, por questionar a forma de ver e dizer a história, majoritária na comunidade de historiadores, pelo menos até os anos setenta do século passado. No Brasil, principalmente, Foucault tem sido objeto de uma recepção que se caracteriza, muitas vezes, pela denegação adjetiva de suas ideias; tem sido objeto de uma crítica historiográfica marcada pelos adjetivos desqualificadores, pelos ataques pessoais, muitos deles pretensamente apoiados em argumentos políticos ou científicos. O que se percebe, no geral, é que a crítica historiográfica brasileira não lida com suas ideias, não discute suas posições, não dialoga com seus argumentos, mas tenta, simplesmente, numa atitude que politicamente sempre denunciou, alijá-lo do debate, construindo, em torno de seu pensamento, um conjunto de enunciados pejorativos, crivando-os de epítetos como: populista, irracionalista, nominalista, pós-moderno, estruturalista, etc. Nos textos aqui reunidos, dialogo com essa crítica historiográfica e apresento o que, no meu modo de entender, são as principais contribuições deste historiador para nosso *métier*.⁸

Do livro em questão, recortamos para análise sua segunda parte, composta por seis artigos aí reunidos depois de terem sido publicados originalmente em outros espaços e momentos do percurso historiográfico do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. E este se constitui em um dos motivos que me levou a escolher esta obra para pensar a apropriação e uso do pensamento de Michel Foucault por Albuquerque Jr.; justamente por ela condensar e reunir diversos momentos e tempos desta apropriação e uso, inclusive o momento em que foi escrito *A invenção do Nordeste*. Além disto,

7 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História... Op. cit.*, p. 13.

8 *Ibidem*.

ao ser composta por seis artigos de seis diferentes momentos escolhidos pelo autor para constar da obra, ela permite pensar uma imagem de conjunto desta apropriação e uso, considerando-a como produto de uma escolha consciente do autor, daquilo que ele julgou significativo e central na sua relação com o pensamento de Foucault para constituição de sua produção como historiador, ao ponto de trazer aqueles textos mais uma vez para publicação e apreciação do público e dos pares. Textos estes que buscam discutir, de um ponto de vista teórico, metodológico e historiográfico esta relação do pensamento de Foucault com a história e seu fazer. O que torna, para mim, mais emblemático ainda o trabalho com estes artigos, uma vez que buscarei pensar com eles a imagem de Foucault ou do pensamento deste construída por Albuquerque Jr. para pensar e produzir história.

Portanto, o problema que guia este texto é: pensar qual(is) imagem(ns) do pensamento de Foucault é (são) produzida(s) pela apropriação e uso feitos por Albuquerque Jr. nestes seis artigos que tratam de discutir a relação de “Michel Foucault com a história e a produção deste saber” contidos na segunda parte do livro *História: a arte de inventar o passado*, publicado em 2006.⁹ Os seis artigos são os seguintes: seguindo a ordem do livro, o primeiro artigo é Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio, originalmente publicado no ano de 1990, na Revista Resgate da UNICAMP, momento em que Albuquerque Jr. havia ingressado no doutorado em história daquela instituição. O segundo se intitula Os “maus costumes” de Foucault, publicado originalmente na Revista Pós-História da UNESP – Assis, no ano de 1998. O terceiro texto é Experiência: uma fissura no silêncio, publicado originalmente na Revista Territórios & Fronteiras da UFMT, em 2002. O artigo Um leque que respira: a questão do objeto em História é o quarto artigo, originalmente publicado no ano 2000, no livro *Retratos de Foucault*, fruto da compilação dos textos apresentados no Colóquio Foucault daquele ano e organizado por Vera Portocarrero e Guilherme Castelo Branco. O quinto texto é o artigo A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia, originalmente publicado na Revista Anos 90, da UFRGS, no ano de 2004. Por fim, o sexto e último artigo a compor esta segunda parte do livro é o texto Michel Foucault e a Mona Lisa ou como escrever a História com um sorriso nos lábios, publicado originalmente no livro *Figuras de Foucault*, fruto da compilação dos trabalhos apresentados em mais um Colóquio Foucault, organizado por Alfredo Veiga-Neto e Margareth Rago e publicado em 2006. Portanto, os artigos foram reunidos por Albuquerque Jr. no livro *História: a arte de inventar o passado*, praticamente seguindo a mesma ordem cronológica das publicações originais, com exceção do artigo quarto, pois sua publicação original é de dois anos antes do artigo de número três.

9 Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História... Op. cit.*

Assim, acreditamos ter um panorama do uso e apropriação que Albuquerque Jr. faz de Foucault em um período considerável de seu percurso acadêmico e historiográfico, que vai do ingresso no doutorado em 1990 até o ano de 2006, quando de seu concurso para professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Diga-se de passagem, dois marcos bastante significativos deste percurso; o primeiro como o último ritual de iniciação ao saber histórico (o doutorado) e sua colocação entre os pares como historiador de renome, sobretudo a contar da conclusão do doutorado e a publicação de sua tese em livro, ocorrida em 1996, com o título *A invenção do Nordeste e outras artes*.¹⁰ Tese vencedora do prêmio Nelson Chaves de teses sobre o Norte e Nordeste brasileiros, conferido pela Fundação Joaquim Nabuco. E o último, seu concurso para professor titular da UFRN, no ano de 2006, como a consolidação deste percurso com o estabelecimento e reconhecimento institucional do nome Durval Muniz de Albuquerque Jr. como historiador e autor, em especial com a criação do mestrado em História na UFRN. Programa que é criado em consonância às marcas do trabalho historiográfico de Albuquerque Jr., ao estabelecer como área de estudos a relação entre História e Espaços:

A proposta de fundação do PPGH era inovadora e almejava transformar um tópico importante, mas que ainda não fora trabalhado de forma sistemática pela historiografia nacional: o espaço e sua historicidade. No projeto original, a justificativa tratava da constituição de uma abordagem historiográfica de desnaturalização do espaço: 'Qualquer acontecimento histórico possui uma dimensão espacial, se refere ou se remete a um dado recorte espacial, no entanto, esta dimensão da história tem sido negligenciada quando se trata da produção do conhecimento nesta área. A ênfase dada à dimensão temporal, que caracteriza a disciplina histórica, tem levado, muitas vezes, a que o espaço seja pensado como um a priori, um dado prévio, um 'já lá' que não precisa ser pensado historicamente'.¹¹

Portanto, trata-se de pensar a produção de um historiador já assentado no *stablishment* acadêmico brasileiro, muito embora sempre militando profissionalmente em instituições fora do centro-sul do país. O que impõe uma outra marca a seu percurso historiográfico, sobretudo do ponto de vista de sua atuação política na área, de questionar não só uma dada ideia de naturalização do espaço, como também de problematizar a própria noção de regional atribuída a praticamente toda historiografia brasileira produzida fora das instituições do centro-sul do país e que não tenha como tema aquele recorte espacial.¹² Dito isto, dou seguimento a esta discussão estabelecendo aquilo que

10 Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 1996.

11 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Projeto de criação do curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Brasília: CAPES, 2004, p. 2.

12 Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *O engenho anti-moderno: a invenção do*

Albuquerque Jr. pensa como sendo a história da historiografia, tendo em vista ser a consciência da historicidade de sua própria prática que o permite pensar os principais temas de sua produção, provocando deslocamentos de sentido em relação às práticas anteriores:

A história da historiografia ou a análise historiográfica, entendida como a reflexão sobre os modelos e as regras que norteiam as práticas da pesquisa e da escritura da história, em momentos e espaços específicos ou em autores e obras tomadas individualmente, faz parte do que podemos chamar da cultura histórica de uma dada época ou sociedade. A maneira como os profissionais do campo historiográfico se debruçam sobre o saber já produzido na área e como o submete a uma avaliação crítica, penso que diz muito dos códigos que delimitam a prática historiadora ou mesmo as práticas acadêmicas e científicas neste campo, num dado momento histórico e social.¹³

Parto dessa sua definição de história da historiografia porque, como o autor em estudo afirmou na apresentação ao livro, é com a “crítica historiográfica brasileira” que vai estabelecer uma discussão para pensar a contribuição de Foucault para a historiografia brasileira mais recente, buscando fugir de sua tendência adjetivista. Portanto, é a começar desta perspectiva de análise historiográfica e de discussões teóricas adotadas pelo autor, ao recusar o procedimento da adjetivação em suas análises, vislumbrando estabelecer um diálogo substantivo com os textos, as ideias, o pensamento dos autores e com as diversas abordagens historiográficas que buscarei começar a mapear qual(is) imagem(ns) do pensamento de Foucault emerge(m) deste diálogo. Procurarei discutir as regras, os procedimentos e os conceitos agenciados na construção do saber histórico e da escrita da história a partir deste diálogo e como ele é articulado para pensar, sobretudo, a produção historiográfica nacional. Esta é uma marca dos textos de Albuquerque Jr.: à medida que discute com a produção historiográfica brasileira em suas diferentes abordagens e perspectivas, pensando a prática do historiador nos seguintes termos:

O que faz o historiador é reconstruir as visões sobre o passado que os homens que nele viveram foram capazes de construir. O que nos chega do passado nos vem como signos que precisam ser significados ou nos vem como significações dadas por uma dada época e por dados homens a seu próprio tempo, às suas ações ou a eventos que tenham vivenciado ou analisado. O historiador opera sempre com a realidade, mas opera não com a realidade em si mesma, como coisa, como objeto naturalizado, mas como realidade construída pelos homens em suas diversas práticas, discursivas ou não.¹⁴

Nordeste e outras artes. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

13 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção de mim...** *Op. cit.*, p. 192.

14 *Ibidem*, p. 200.

IMAGEM I: Foucault, um historiador “outsider” diferente dos “historiadores de ofício”

Essa forma como Albuquerque Jr. pensa o fazer do historiador está diretamente relacionada à forma como ele entende que Foucault concebe a história, a pensa e busca escrevê-la, assim como este conceberia aquilo que nomeamos de real. Para Albuquerque Jr., esta forma de Foucault pensar a história e o real o colocaria em uma outra perspectiva de discussão, bem distinta daquela que os historiadores de ofício estariam habituados a trabalhar, pois:

Foucault sustentou que não existe uma ordem objetiva subjacente em tudo o que acontece, e que não há uma finalidade única para a qual tudo deve tender, como faz Thompson. A ‘documentação’ de uma sociedade é a sua própria realidade, não existe um substrato material chamado real fora desta ‘documentação’. A sociedade que vemos e dizemos, a partir desta documentação, depende do regime de visibilidade e de dizibilidade do momento em que o historiador está inserido, mas também do diálogo desta visibilidade e dizibilidade com aquelas outras, expressas na documentação. Foucault, ao contrário de Thompson, não pretende fazer história de ‘coisas’, mas história de termos, de enunciados, de imagens, de sinais, de signos. Ele faz história das técnicas e categorias da visibilidade e dizibilidade que em cada época instituíram as coisas a serem vistas e ditas. Ele não faz a história de uma experiência, mas de como esta foi construída, como esta foi possível, como ela chegou até nós, e a partir de que interesses ela foi ‘documentada’.¹⁵

Portanto, para Albuquerque Jr., Foucault não só pensa a história em outros termos, mas a produz alicerçado em outras regras. Ele seria um historiador de um outro tipo, praticando o nosso fazer de forma quase que oposta a historiadores de ofício como Thompson e também Ginzburg, outro historiador com quem o fazer de Foucault vai ser comparado e contraposto por Albuquerque Jr. Esta oposição vai ser um dos contornos traçados por este para compor a sua imagem de pensamento de Foucault. Isto vai estar presente tanto no texto de 2002, no qual ele “diferencia as concepções de experiência presentes na obra de E. P. Thompson e Michel Foucault” quanto no texto inaugural de 1990, Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio, no qual, segundo o autor,

[...] numa espécie de resposta às críticas adjetivistas que Carlo Ginzburg faz ao trabalho de Michel Foucault na introdução de seu livro *O Queijo e os Vermes*, procuro mostrar as diferenças substantivas entre a maneira de pensar a história destes dois autores.¹⁶

Desta maneira, Albuquerque Jr. foi construindo e trabalhando com uma imagem do pensamento de Foucault que se opunha ao que pensavam e

15 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História... Op. cit.*, p. 138.

16 *Idem. A invenção de mim... Op. cit.*, p. 20.

praticavam uma boa parte dos historiadores de ofício, sobretudo Thompson e Ginzburg e, certamente, aqueles historiadores brasileiros que tinham sua prática balizadas pelas abordagens de ambos. É em grande medida, pensando num Foucault nestes termos, que Albuquerque Jr. vai se apropriar e usar seu pensamento. E esta apropriação e uso vão deixar marcas profundas no seu percurso historiográfico, como ele aponta em seu memorial para o concurso de professor titular da UFRN, apresentado em 2006:

Ítalo Tronca que, numa disciplina intitulada Historiografia Brasileira, me proporcionou o encontro com o autor que seria decisivo em minha vida acadêmica e em minha produção intelectual daí para frente: Michel Foucault, de quem li maravilhado *Vigiar e Punir* e *História da Loucura*. A novidade de suas abordagens, de seus temas, sua escrita poética e arrebatadora me abriu a possibilidade de pensar de um modo diferente do que fizera até então. Se pensar é modificar-se, como ele sempre ensinou, lê-lo me fez outro, me fez nascer de novo.¹⁷

E uma dessas marcas, no período que ora analiso, é esta suposta polarização entre Foucault e os historiadores de ofício. Esta imagem perpassa todos os seis artigos com os quais discuto neste texto. Isto me permite afirmar que esta será uma imagem de Foucault também presente em toda a produção historiográfica de Albuquerque Jr. elaborada neste período. Isto fica muito explícito na sua obra, em especial nestes dois artigos, um do início da década de 1990, *Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio* e o outro produzido já na primeira década deste século e publicado pela primeira vez em 2002, intitulado *Experiência: uma fissura no silêncio*. Detenhamo-nos então nos dois textos em questão. No primeiro, Albuquerque Jr. busca “fazer um confronto entre” a abordagem teórico-metodológica feita por Michel Foucault no livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, meu irmão e minha irmã* e a abordagem empreendida pelo historiador italiano Carlo Ginzburg no livro *O queijo e os vermes*, “na tentativa de explicitar os caminhos trilhados pelos dois autores, que são caminhos [possíveis de serem] trilhados por nós historiadores”. No entanto, ao longo do texto, fica claro ao leitor a preferência do autor pela abordagem teórico-metodológica empreendida por Foucault, fruto, talvez, da tentativa que Albuquerque Jr. faz para refletir “sobre as contribuições do pensamento de Michel Foucault para a escrita da História e para as reflexões sobre o saber histórico”.

Nesse sentido, o percurso analítico trilhado por Albuquerque Jr. busca estabelecer um diálogo substantivo, mas ao mesmo tempo comparativo, com a crítica historiográfica representada por Thompson e Ginzburg. E busca estabelecer, mediante este diálogo, o que seriam “as contribuições originais” de Michel Foucault para o campo da História ao comparar sua obra historiográfica à de outros grandes nomes desta seara de pesquisa, como o

17 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção de mim... Op. cit.*, p. 13.

historiador inglês da classe trabalhadora e o historiador italiano da micro-história. E quando assim o faz, parece também supor e constituir um quadro avaliativo subjacente que, em menor ou maior grau, serviria para avaliar o nível de contribuição de cada um daqueles autores para o campo da disciplina histórica. Ou melhor dizendo, seria a partir da avaliação da contribuição de cada autor para o saber histórico que se definiria a sua importância dentro deste quadro avaliativo subjacente. Neste sentido, para Albuquerque Jr., as contribuições mais elaboradas e atualizadas seriam as de Michel Foucault, pois estas possibilitariam uma prática mais elaborada de nosso campo, assim como traria uma visão mais substantiva para este, abrindo a “possibilidade de pensar de um modo diferente do que se fizera até então”. Foucault, diferente de Ginzburg e Thompson, vai ser construído como o oposto da imagem do historiador de ofício, como aquele que não só produz a história desde regras diferentes, mas, sobretudo, permite, possibilita pensá-la e praticá-la de forma distinta de tudo que se tinha feito até então.

Esse tipo de procedimento adotado por Albuquerque Jr. parece se explicitar de forma mais evidente no segundo texto em questão, *Experiência*: uma fissura no silêncio onde ele “se propõe a debater a diferença entre a forma como Thompson utiliza o conceito de experiência, central em sua teoria da história, e a forma como Foucault utiliza o mesmo conceito, que também é fundamental em seu trabalho historiográfico”. Neste texto, em especial, Albuquerque Jr. opera de forma mais enfática a oposição entre Thompson e Foucault, do que a estabelecida de forma latente e até certo ponto genérica entre este e Ginzburg no texto anterior, e faz isto advogando que:

Fazendo parte de tradições distintas no pensamento Ocidental, Thompson e Foucault pensam de forma diferenciada a experiência humana e sua relação com o conhecimento, com a consciência, com a representação e com as práticas sociais. A obra de Edward Thompson se inscreve dentro da tradição marxista, embora se proponha a ser uma nova leitura desta tradição [...]. O marxismo, por sua vez, liga-se a toda tradição do pensamento moderno de inspiração platônica e hegeliana, ou seja, um pensamento comprometido com as essências, com as totalidades, com a Razão [...]. Já a obra de Michel Foucault liga-se a outra tradição do pensamento Ocidental, a tradição de inspiração heraclitiana ou pré-socrática, e a outra tradição do pensamento moderno, a de inspiração nietzscheana e heideggeriana, ou seja, um pensamento não essencialista, que busca dispersar as totalidades, inclusive a totalidade da Razão, [...].¹⁸

Assim, agenciando esses procedimentos de análise, Albuquerque Jr. terminava por submergir no debate que muitas vezes tentou denunciar, ao se propor fazer uma análise historiográfica e produzir e pensar a história a partir de uma terceira margem. Proposta que aparece referendada em dois artigos

18 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História... Op. cit.*, p. 134.

presentes na primeira parte do livro que ora analiso¹⁹. Neste sentido, esta oposição que ele constrói entre Foucault e os “historiadores de ofício”, estes identificados ou alinhados, em grande medida, ao que se nomeava a época como História Social, falava naquele momento de dentro do debate que constituía os lugares de moderno e pós-moderno e seus derivados como condição sine qua non da produção do conhecimento histórico no Brasil ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000.²⁰ E este texto traz bem esta marca de historicidade, ao remeter àquele momento em que as discussões em torno da relação/tensão modernidade/pós-modernidade se fizeram sensivelmente presentes nas discussões das ciências humanas no país, em especial entre os historiadores. Albuquerque Jr., com este procedimento, que polariza Foucault e os historiadores de ofício, mesmo tentando fazer um diálogo substantivo com eles e evitando os adjetivos, terminava por submergir às regras, aos procedimentos e à lógica de produção do saber histórico definidos no início do estabelecimento da relação entre aqueles dois lugares, mesmo não aderindo à lógica adjetivista aí presente; ocupando, portanto, o lugar de sujeito historiador enquanto derivada do enunciado que estabelece as oposições entre o moderno e o pós-moderno,²¹ muito embora fazendo o esforço e pretendendo falar da “terceira margem do rio”.²² Perspectiva esta também evidenciada e criticada por Temístocles Cezar, em resenha ao livro em análise:

Trata-se de uma resposta prévia à provável objeção de um pós-modernismo-relativista do qual devemos manter as crianças afastadas? Talvez. O certo é que Durval Muniz sabe ser doutor quando quer. Mesmo optando em situar sua produção em um discurso sobre a pós-modernidade [sinceramente não sei qual razão o leva para esse debate, ainda um embate de grandes narrativas, que visam mais desqualificar o outro do que contribuir para um entendimento sociocultural do mundo em que vivemos], o autor deixa claro que não rompeu com os princípios da ‘operação historiográfica’ de um autor que lhe é caro, Michel de Certeau.²³

19 Conferir os artigos Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre História e invenção, que conta como introdução ao livro. E o segundo artigo da Parte 1, História e Literatura, que tem por título História: a arte de inventar o passado. Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Introdução e Parte 1 – História e Literatura. In: *Idem*. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007.

20 Para uma discussão mais aprofundada acerca da construção dos lugares de moderno e pós-moderno pela historiografia brasileira da década de 1990 e início dos anos 2000. Cf. SANTOS, Wagner Geminiano dos. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. **Revista de Teoria da História**, Goiás, ano 3, n. 7, jun/2012.

21 *Ibidem*.

22 Ver a este respeito a introdução do livro em análise intitulada Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre História e invenção. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Introdução. In: *Idem*. **História: A arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 19 *et seq.*

23 CEZAR, T. Resenhas - Durval Muniz de Albuquerque Júnior. História. A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.

Albuquerque Jr., nesse sentido, ainda parecia estar discutindo a relação do pensamento destes autores com a produção historiográfica em termos de contribuição e vinculado ainda a uma prática dos “historiadores de ofício”, a quem opunha Michel Foucault, ao se inserir, como afirma Cezar, em “um embate de grandes narrativas”. Ou seja, isso ocorre, em grande medida por ele pensar a partir da contribuição que cada autor, teórico, historiador, filósofo e suas obras e pensamento poderiam dar para o desenvolvimento da disciplina e sua inserção neste debate paradigmático de fundo. Neste sentido, Albuquerque Jr., ao pensar a produção historiográfica a partir do conceito de contribuição, mergulha naquela dicotomia e, portanto, na mesma lógica que tenta nomear cada prática segundo um determinado lugar ou gaveta. Uma vez que o conceito de contribuição e sua relação com a disciplina histórica, da forma como o autor o pensa neste momento, parecia remeter ainda a um certo ideal de acabamento ou de aperfeiçoamento gradativo da disciplina História mediante um processo no qual cada teórico, filósofo, historiador etc. viria acrescentar a sua parcela de contribuição para a composição do todo (do paradigma, moderno ou pós-moderno) ou para o seu estabelecimento enquanto tal.

Assim, a disciplina História seria um todo maior, ainda inacabado, mas preenchida constantemente pelas diversas “contribuições” oriundas das diferentes perspectivas do pensamento histórico. E, segundo o autor dos textos em questão, as maiores contribuições haviam sido dadas pelo pensamento e pela prática historiadora de Michel Foucault. Este teria contribuído para um maior enriquecimento do campo disciplinar da história-conhecimento. E quando pensa assim, a imagem de seu pensamento que se constitui é de um pensamento em continuidade com o já estabelecido no campo. Uma continuidade em termos dialéticos, tanto como melhoramento, enriquecimento, quanto como salto, ruptura com uma determinada prática anterior ou contemporânea para a construção e desenvolvimento de um todo maior: o campo do saber histórico. Este aspecto ainda coloca a produção de Albuquerque Jr. ligada a um momento bem preciso da produção historiográfica brasileira, trazendo as marcas de historicidade deste período, que vai de finais da década de 1980 a início dos anos 2000, quando diversos historiadores brasileiros buscaram fazer uma transição daquilo que se chamava a época das bases epistêmicas da História Social para a História Cultural de inspiração francesa.²⁴ Ainda como um esforço de síntese, não mais no sentido de justapor

28, n. 55, jan.-jun. 2008, p. 267.

24 Ver, por exemplo, como Margareth Rago apresenta esta transição nos seguintes textos. Cf. RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, S.; Schmidt, B.; XAVIER, C. L. (org.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000. [v. I]; RAGO, Margareth; GIMENES, Renato A. de O. (org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP, 2000.

contrários, como ao longo dos anos 1980, mas de estabelecer as diferenças teóricas, metodológicas e epistemológicas de cada área e suas contribuições para a construção do campo no país.

IMAGEM II: Foucault, arma de combate historiográfico

Portanto, há, por parte de Albuquerque Jr., a construção de uma oposição aparente dentro do campo do conhecimento histórico no qual a imagem do pensamento de Foucault por ele elaborada aparece como o outro polo, como o elemento de ruptura, de descontinuidade com as práticas dos historiadores de ofício e/ou tradicionais, a exemplo de Ginzburg e Thompson. Desta forma, a imagem do pensamento de Foucault usada e apropriada por Albuquerque Jr. serve, por um lado, como arma para contestar e criticar determinadas práticas historiográficas representadas pelo historiador italiano e o historiador inglês ainda hegemônicas nos anos 1990 e início dos anos 2000; e, por outro lado, para alargar as possibilidades do campo do saber histórico, pensado ainda com base em uma certa noção de totalidade inerente à noção de contribuição, trazidas pelo olhar, pela prática historiadora de Michel Foucault. Deste modo, Foucault vai ser usado para cavar novos espaços dentro do campo epistemológico do saber histórico, sem, no entanto, romper definitivamente com ele, e sim permitindo apenas o alargamento de suas fronteiras e limites disciplinares. Isto parece bastante claro quando recuamos um pouquinho no tempo e observamos o uso e apropriação feitos por Albuquerque Jr. do pensamento de Foucault quando da feitura de sua dissertação de mestrado, defendida na UNICAMP, em 1988:

Dois anos depois de haver defendido a dissertação, 1990, volto à UNICAMP para cursar o doutorado em História. Sabendo que o Departamento encontrava-se agora dividido entre historiadores sociais e historiadores culturais e que a anterior aliança e o uso concomitante nas dissertações de autores como E. P. Thompson e Michel Foucault, o que também fizera em minha dissertação, que ocorrera no momento em que as disputas pela hegemonia no interior dos Departamentos de História e do campo historiográfico davam-se entre a chamada nova história e a chamada ‘velha guarda marxista’ haviam sido rompidas com a aposentadoria da maioria dos professores e com o acirramento da disputa por espaços entre as novas gerações, resolvo estrategicamente apresentar um projeto apoiado na obra de Thompson.²⁵

Ou como vai afirmar Igor Guedes Ramos:

Albuquerque Jr. afirma a diferença entre os pensamentos de Foucault e de Thompson, porém considera que ambos possuem deficiências que podem ser corrigidas a partir do outro, por meio de aproximações e complementações, constituindo assim um pensamento capaz de

25 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção de mim...** *Op. cit.*, p. 15.

escapar das deficiências da produção historiográfica brasileira anterior. Estas deficiências são imputadas ao ‘marxismo ortodoxo’ que, devido a uma ‘leitura muito apressada que se faz da Ideologia Alemã’, percebe os discursos, a produção de ideários, o imaginário, etc. apenas como ‘mero reflexo das estruturas econômicas e sociais’ e/ou como misticismos para que ‘os homens de carne e osso dominem e explorem os outros homens de carne e osso’.²⁶

Portanto, posso afirmar que, nos anos 1980, a apropriação e uso do pensamento de Foucault por Albuquerque Jr. servia mais a um combate por posições institucionais dentro da reelaboração do saber histórico no país, a contar dos combates entre “a chamada ‘velha guarda marxista’” e a “chamada nova história”, que possibilitava e requeria o uso concomitante do pensamento de Foucault e de Thompson de forma muito pouco problemática ou problematizada. Uma apropriação feita muito mais dos “conteúdos” propostos pelas obras de Foucault do que propriamente um uso teórico-metodológico e/ou epistemológico de suas práticas historiográficas decorrentes das suas formas de historiar desenvolvidas nos três eixos de sua obra, como explicita Igor Guedes Ramos:

Foi exatamente onde descrevemos a existência de uma aproximação entre Thompson e Foucault que ocorreu a apropriação deste último. Ora, mas esta aproximação não abarca a concepção de microfísica do poder integralmente; diz respeito principalmente às noções de poder como relação e de história como luta, raríssimas vezes diz respeito às noções de história das práticas (sem sujeito) e de resistência tendo a mesma natureza do poder. Deste modo, o que ocorreu em geral é a utilização de alguns elementos da microfísica do poder para elaborar uma reflexão teórica sobre as múltiplas formas de dominação; em última instância, estas são explicadas pela intenção de uma classe que empreende um projeto de dominação, do qual os outros procuram resistir para, em algum momento, atingirem a verdadeira liberdade. Enfim, mais do que apropriações da concepção teórico-metodológica do filósofo francês, ocorreu uma utilização do que podemos denominar de ‘conteúdo’ de seus livros, isto é, de suas descrições e argumentações a respeito de uma prática, de processo histórico, etc.²⁷

Assim, se nos anos 1980 a apropriação e uso feito por Albuquerque Jr. do pensamento de Foucault se faz partindo de uma “apropriação de conteúdo”, dado seu uso concomitante em sua dissertação com o pensamento de Thompson, desconsiderando a diferença epistemológica existente entre o pensamento de ambos em prol das contribuições que o uso simultâneo poderia trazer para o conhecimento histórico. Nos anos seguintes, a produção de Albuquerque Jr. já apontava para uma ruptura com aquela postura, uma vez que, diferentemente de outros historiadores contemporâneos seus que

26 RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica...** *Op. cit.*, p. 447.

27 *Ibidem*, p. 365.

seguiram esta mesma tendência, a preocupação com a forma, e não apenas com o conteúdo, já se fazia sentir na produção historiadora de Albuquerque Jr. dos anos 1980, como evidencia o próprio Igor Guedes Ramos ao afirmar que:

Em suma, acreditamos que, nessa pesquisa, Albuquerque Jr. propôs um estudo dos discursos (do imaginário, da ideologia, da hegemonia cultural ou como se quiser denominar) que estabeleceram o ‘problema da seca do Norte’, fundamentado, sobretudo, no arcabouço teórico-metodológico do ‘materialismo histórico cultural’, tal como operou Thompson. Também procurou complementar esta prática historiográfica com a arqueologia foucaultiana, o que tornou a pesquisa mais atenta à lógica dos discursos particulares e suas regularidades mais gerais. Finalmente, aproximou Foucault de Thompson por meio da concepção de história como luta e de poder como relação. Esta composição teórico-metodológica e algumas apropriações de conteúdo permitiram o autor contestar as leituras ortodoxas, mecanicistas ou, como preferimos denominar, formalistas da historiografia anterior e, evidentemente, contar a história da invenção da ‘seca do Norte’ a partir da luta de classes expressa nas múltiplas atividades humanas.²⁸

Vai ser, portanto, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, dadas as novas disputas departamentais no interior da UNICAMP, onde Albuquerque Jr. vai ingressar no doutorado no início desta década; dada a consolidação da pós-graduação como *locus* privilegiado de produção do conhecimento histórico no país; dada a consolidação do historiador profissional, formado e forjado na academia, como principal sujeito produtor do conhecimento histórico; dada a emergência de uma maior preocupação com as regras deste fazer que o articulasse e o embasasse como um conhecimento cientificamente orientado, que vai emergir uma maior preocupação epistemológica por parte dos historiadores com a apropriação e uso teórico e metodológico do pensamento, dos conceitos e da obra dos teóricos utilizados em suas produções. Sobretudo no tocante a marcar os lugares de fala e de produção do saber histórico nesta nova configuração do campo que emerge nos anos 1990. Neste sentido, a produção de Albuquerque Jr. não está descolada destas alterações e tensões, como vai se explicitar no artigo em que contrasta a prática historiadora de Ginzburg e Foucault, que data justamente do início deste período. Assim como vai estar claramente marcada esta diferenciação em todos os níveis, no início dos anos 2000, quando ele discute a noção de experiência em Thompson e em Foucault, afirmando que:

Nas últimas duas décadas, a historiografia brasileira tem sido marcada, fortemente, pelo diálogo com as obras do historiador inglês de inspiração marxista Edward P. Thompson e do filósofo e

28 RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica...** *Op. cit.*, p. 450.

historiador francês pós-estruturalista Michel Foucault. No começo da década de 1980, foi muito comum, inclusive, a utilização conjunta de ambos em uma série de teses e dissertações que vieram a se transformar em livros que revolucionaram a historiografia brasileira. Nestes trabalhos, o Michel Foucault da genealogia do poder, do livro *Vigiar e punir*, é utilizado juntamente com Thompson para se fazer uma história do processo de constituição da classe operária brasileira, com a sua necessária disciplinarização. São analisados os vários momentos de constituição do mundo operário no Brasil, seja dentro da fábrica, seja fora dela. Ignorando-se a crítica de Foucault à chamada história social, ele é transformado em um historiador social e usado para fornecer conceitos novos para uma historiografia que, embora já se afastasse do marxismo mais mecânico e economicista, ainda não havia se afastado definitivamente deste paradigma, que aparecia renovado nas páginas das obras de Thompson. Embora hoje seja comum, entre os historiadores brasileiros, a percepção de que são opções teóricas e metodológicas diferentes, não existe, praticamente, texto algum que tematize as diferenças substanciais entre a obra de Thompson e a de Foucault, que discuta em que se afastam, o porquê de eles significarem formas diferenciadas de compreender a História. Este texto pretende contribuir para esta discussão, já que se propõe a debater a diferença entre a forma como Thompson pensa o conceito de experiência, central em sua teoria da história, e a forma com Foucault utiliza o mesmo conceito, que também é fundamental em seu trabalho historiográfico.²⁹

Assim, de finais da década de 1980 a inícios dos anos 2000, temos uma clara modificação no uso do pensamento e obra de Michel Foucault pela produção historiadora de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Modificação esta que altera também, de forma sensível, a imagem do pensamento do filósofo francês com o qual o historiador brasileiro trabalha. Se, nos finais da década de 1980, a imagem de Foucault usada é a de uma teoria e um produto em combate com a “velha guarda marxista”, o que possibilita o uso concomitante com o pensamento de Thompson, alocando assim as preocupações de Albuquerque Jr. muito mais no polo do conteúdo ou do produto historiográfico do que propriamente das regras ou da forma de sua produção. Desde o início dos anos 1990, esta relação se inverte e a imagem do pensamento do filósofo e historiador francês que vai ser agenciada é aquela que permite se pensar e alterar as regras do fazer historiográfico no país. O que vai estar em evidência é como o pensamento de Foucault vai permitir pensar as formas de fazer história e como, a partir dele, é possível alargar as fronteiras e os limites do conhecimento histórico no Brasil, tanto em termos temáticos, como em termos de objetos, de fontes e de abordagem, utilizando-se de seu pensamento para, inclusive, se questionar a própria historicidade destas noções, tão caras à prática historiográfica.

29 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História... Op. cit.*, p. 133 et seq.

Dessa maneira, a imagem que Albuquerque Jr. constrói de Foucault e com a qual trabalha é a de um filósofo historiador que, justamente por vir de fora do campo dos historiadores de ofício, não estaria totalmente condicionado ao arquivo com o qual estes estariam acostumados a trabalhar. A começar da década de 1990 e dos textos aqui analisados, a imagem de Foucault que emerge da obra de Durval é a de um outro diferencial do sujeito historiador tradicional, um outro que rompe com as maneiras e as formas de praticar o nosso *métier*, características dos historiadores de ofício, uma vez que, segundo Albuquerque Jr:

Para Foucault, a história é nominalista, ou seja, ela é uma prática discursiva que participa da elaboração do real, assim como outras práticas. No entanto, a prática discursiva da História se distingue de outras por sua normatividade específica, ela possui regras próprias de funcionamento e de produção [...] A História, por sua normatividade, estaria próxima da ciência, mas seria também, em grande medida, uma arte narrativa, pois não só representa o real, como participa da sua invenção, de sua criação escritural. Todo discurso, mesmo o historiográfico, é interessado, nasce de lutas políticas, de embates de poder, é presidido por estratégias e táticas, portanto, não é um discurso imune à ideologia, mas plenamente ideológico.³⁰

Assim, essa imagem do pensamento de Foucault vai permitir a Albuquerque Jr. pensar e questionar alguns lugares-comuns e determinadas abordagens que se cristalizavam em torno de alguns temas que estavam se tornando tradicionais na historiografia brasileira ao longo dos anos 1990 e início dos 2000, a exemplo dos estudos sobre os costumes. Dimensão esta discutida no texto *Os 'maus costumes' de Foucault*, publicado originalmente em 1998, a partir de uma imagem do filósofo francês e de seu pensamento que questiona radicalmente, segundo Albuquerque Jr., a forma como os historiadores de ofício vinham abordando tal temática:

Por entender a prática do filósofo desta maneira, é que, na vida, Foucault se encaminhou, cada vez mais, no sentido de expressar, em forma de práticas, o que estava presente em seu pensamento. Para ele, a filosofia devia ser não apenas amizade pelo conhecimento, pelo saber, mas um saber capaz de instaurar novas formas de amizade, de amor, de afetos, de sentimentos. O saber deveria servir para nos afastar de nós mesmos, tornar o nosso presente diferente dele mesmo; deveria estranhar o corriqueiro, o senso comum, o eterno, o sabido, o tido como correto. Deveria nos incitar à prática do diferente, do inesperado, da infâmia. [...] [desta maneira] Seu pensamento continua sendo fundamental na construção de minha historiografia e de minha história, na escrita de mim mesmo, dos meus costumes e 'maus costumes'. E faz parte dos meus 'maus costumes' lançar o seu pensamento como arma para a construção de novos objetos historiográficos, como os costumes, o que faço aqui e agora.³¹

30 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História... Op. cit.*, p. 135.

31 *Ibidem*, p. 129.

Sobressai assim, mais uma vez, a imagem do pensamento de Foucault como arma teórico-metodológica e epistemológica de combate para a construção e ampliação de novos horizontes e objetos historiográficos, para a abertura de novas formas de ver e dizer o passado que seu trabalho proporcionou. É depois dela que se desenha também a imagem do pensamento de Foucault como perturbadora para os historiadores de ofício. Um Foucault ao mesmo tempo desagradável e revolucionário, perturbador e inspirador, um historiador-filósofo incontornável tanto para seus detratores quanto para aqueles que nele se inspiram, um pensamento que teria se,

tornado uma referência tão importante neste campo, que não se poderia passar por ele impunemente, a ele seria obrigatório referir-se, nem que fosse para denegá-lo?³²

É neste sentido que Albuquerque Jr., no artigo *Um leque que respira: a questão do objeto em História*, publicado originalmente no ano 2000, vai advogar que o pensamento de Foucault provocou reações enfurecidas por parte dos historiadores profissionais, uma vez que ele seria aquele que veio para incomodar, para abalar as certezas dos historiadores, para tirá-los de seus lugares de acomodação:

Os historiadores profissionais, enfurecidos pela invasão do território feita por aquele ‘cavaleiro bárbaro da filosofia’ e desconcertados por sua forma de pensar o objeto em História, tentaram, de início, ignorá-lo, para, com o passar do tempo, irem adotando algumas de suas formulações ou partido para o ataque frontal, tentando desqualificar o seu trabalho como historiador, deixando clara a compreensão distinta que estes profissionais tinham do que Foucault fazia e chamava de história. Assustados com a forma original como Foucault ordenava os acontecimentos, recortava novas tramas, distintas daquelas consagradas pela historiografia, daquelas nomeadas como a trama principal de um dado momento, os historiadores o acusam de imprecisão, de não consultar os documentos adequados e de não levar em conta os fatos que deveria, aparecendo, claramente, nestas críticas, uma visão naturalizadora dos objetos históricos, mesmo entre aqueles que pretendem ter, há muito tempo, escapado de uma visão positivista do objeto em história.³³

Foucault seria assim um historiador de um outro tipo, trabalhando em uma outra ordem ou com outra ordem de práticas e discursos, ordenando e reordenando o conhecimento histórico que produz mediante outras regras e procedimentos metodológicos, por trabalhar a partir da historicidade das próprias práticas que agencia, mostrando as estratégias de construção e elaboração do discurso histórico, apresentando seu caráter contingente,

32 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História... Op. cit.*, p. 150.

33 *Ibidem*, p. 154.

histórico e interessado. Seria devido a esta imagem que seu pensamento foi, segundo Albuquerque Jr., violentamente confrontado pelos historiadores profissionais de uma forma geral, e por aqueles que pretenderam fazer avaliações de seu trabalho historiográfico em particular, produzindo análises que, em sua maioria, não seria mais que “iracundos ataques adjetivos à sua pessoa, assacando adjetivos como: nihilista, confuso, reacionário, esteta contemplativo, impreciso, etc”.³⁴ A estes termos, Albuquerque Jr., ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, opõe uma imagem de Foucault como um pensador nominalista, pós-estruturalista, um pensador da diferença e ligado à tradição de pensamento que Deleuze nomeia de filosofia da diferença.

Ao configurar Foucault desta maneira, Albuquerque Jr. produz um lugar para seu pensamento na historiografia brasileira que, ao mesmo tempo em que o apresenta como um renovador do meio, como alguém que aí produz um abalo, rupturas, descontinuidades, provocando reações de ódio e de admiração, de detração e de elogio, elabora, por outro lado, a imagem do seu pensamento como um pensamento sem contradições. A imagem do pensamento de Foucault pensada por Albuquerque Jr. é uma imagem sem furos, sem brechas. Ela produz brechas, furos, rupturas na ordem estabelecida do saber histórico, mas ela mesma não os têm; ou, se os têm, não aparece nos textos compilados e reeditados na segunda parte do livro *História: a arte de inventar o passado*. A imagem do pensamento de Foucault produzida por Albuquerque Jr. nestes textos serve para incomodar ou confrontar a imagem bastante genérica do historiador profissional com a qual ele também trabalha para opô-lo ao pensamento do filósofo francês; mas não incomoda ou confronta a própria imagem que se construiu do pensamento de Foucault. Isto talvez se explique pelo fato de Albuquerque Jr., no período que esta análise abarca, ainda estivesse se elaborando ou se inscrevendo como historiador dentro de um campo ainda em disputa e na busca por pertencimentos na seara historiográfica brasileira. Portanto, esposar esta imagem do pensamento de Foucault, naquele período, significava se armar de um instrumento de combate bastante poderoso para este fim. Um instrumento de combate que não só permitia alargar o campo de possibilidade para a história, mas também abrir espaços institucionais e intelectuais dentro do campo da historiografia brasileira para o sujeito historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr.³⁵

34 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História... Op. cit.*, p. 155.

35 Se observarmos a produção historiográfica de Albuquerque Jr. pós-publicação do livro *História: a arte de inventar o passado* e das críticas que o livro sofreu, em especial às feitas por Temístocles Cezar em resenha aqui citada, veremos que Albuquerque Jr. vai abandonando esta imagem ou estas imagens do pensamento de Foucault com a qual trabalha neste período, em função de um uso e uma apropriação menos homogênea e mais diversificada, mais cheia de brechas, furos, à medida que passa a relacionar Foucault e a pensá-lo em relação a outros autores e imagens de pensamento, que, em grande medida, apontam para as lacunas e silêncios do pensamento de Foucault em relação à História e à prática historiadora. No entanto, para este texto em específico, e para o período que estamos analisando, esta discussão ainda não pode ser

IMAGEM III: Foucault, a produção historiadora como acontecimento ético-político

E parece ser esta trincheira e este espaço que Albuquerque Jr. busca delinear nos artigos *A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia*, originalmente publicado no ano de 2004, e *Michel Foucault e a Mona Lisa ou como se escreve a História com um sorriso nos lábios*, publicado originalmente em 2006. Nestes dois textos, a começar da imagem do pensamento de Foucault com a qual trabalha, Albuquerque Jr. vai externar, de forma mais enfática, como pensa a História e o trabalho historiográfico:

Foucault propõe três usos para a História, três maneiras de praticá-la que reafirma esta necessária aceitação do caráter subjetivo e político de nossa atividade. Um é o uso paródico ou irônico, que se opõe à História vista como reminiscência ou reconhecimento. Uma história praticada como riso, como destruição das versões consagradas da realidade, como produção de um distanciamento entre nós e aqueles que nos antecederam, como reposição diferencial dos saberes, dos discursos que produziram o que achamos que somos. Outro é o uso dissociativo e destruidor da identidade, que se opõe à História como continuidade e tradição. Uma história praticada como afastamento da continuidade, como dilaceramento dos modelos da identidade que nos chegam do passado e se impõem como indispensáveis. O terceiro é o uso sacrificial e destruidor da verdade, que se opõe a história-conhecimento. Uma história praticada como desconfiança em relação a todas as verdades que nos chegam prontas, a todas as certezas que nos chegam sem questionamento. A história tem assim, para Foucault, todas as características de um saber pensado como jogo, pois ela implica a brincadeira com as máscaras, a violência do embate e do combate, a entrada em cena do acaso e da sorte e o desejo de vertigem, da perda das referências fixas que amarram nossos corpos e mentes a dadas identidades, razões e lugares. A história é *agôn*, é *alea*, é *mimicry* e é *ilinx*, ou seja, conflito, acaso, simulação e vertigem.³⁶

É partindo destes três usos, que Albuquerque Jr. vai pensar sua própria prática historiadora e sua inserção no campo historiográfico nacional, propondo o questionamento dos lugares assentados e estabelecidos dentro desta historiografia e “a própria luta no campo historiográfico”, defendendo uma crítica substantiva e não adjetivista que, embora feita em meio às lutas e embates por pertencimento institucional, teórico, metodológico e epistemológico, evitem que se “transformem em uma guerra de todos contra todos, embates em que ferozmente se quer eliminar o contendor

colocada. Pontuo-a aqui para mostrar que a produção historiadora de Albuquerque Jr. também não é homogênea e linear, e sim entrecortada por rupturas, solavancos e redirecionamentos. E o que este texto vem trabalhando é apenas uma dimensão e um período bem particular desta produção e de seu percurso historiográfico.

36 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História... Op. cit.*, p. 179.

e seu pensamento a golpes de adjetivos e desqualificação”.³⁷ Uma prática historiadora que seja pensada como dessacralização de verdades eternas, que seja feita com ironia e com um sorriso no rosto, com humor e terror a ponto de encarar a historicidade inclusive do saber que se pratica e do próprio sujeito que tenta dar conta dele, uma história sem salvadores da pátria, sem limites e fronteiras rígidos que precisariam ser defendidos de invasores estranhos ao campo, de “cavaleiros bárbaros” que viessem a devastar as certezas erigidas. Em grande medida, é assim que Albuquerque Jr. pensa a inserção de Foucault no campo e, por intermédio desta imagem de seu pensamento, pensa sua própria inserção como historiador na historiografia brasileira:

Tratado como ‘bicão’, Foucault seria uma ameaça para a nossa atividade, com ele a própria História estaria em jogo, nosso sacrossanto saber estaria ameaçado de ser conspurcado e remetido para os obscuros domínios do irracionalismo, do esteticismo e do reacionarismo político. Surgem, então, como sempre, os salvadores de última hora, que vão evitar que a História sofra esta ameaça e este rebaixamento. Aqui como no futebol e na religião, devemos desconfiar destes enunciadores do caos e do apocalipse; o que querem é tomar o jogo para si, querem impor regras que só eles estão dispostos a seguir; o que querem é poder, disfarçado de verdade; querem acabar o jogo no momento em que acham que estão ameaçados de serem derrotados. Isto, sim, é o fim do jogo, é o fim do lúdico, é o fim da possibilidade de invenção e de criação; isto, sim, é o fim da História. A História morreria não por criatividade, mas por paralisia, por falta de renovação em suas regras de produção. Não é o invasor a maior ameaça ao jogo, é o que dele participa jogando na retranca, buscando evitar a surpresa e o inesperado, é o que busca torná-lo rotina e mesmice, é o que faz um jogo burocrático e odeia aquele companheiro que brilha e que desconcerta com a magia de sua arte.³⁸

É, portanto, a defesa de uma história praticada como sátira. Uma história irônica, provocativa, questionadora das certezas e verdades estabelecidas, inclusive as do próprio campo. Uma história feita sob o signo do riso e do humor, “brincando com o perigo da própria existência e pensando-a como uma sucessão de artimanhas, do emprego permanente de astúcias”.³⁹ É a defesa da história como descentramento e da prática historiadora como um fazer de fronteira, sempre feito no limite entre o mando e o mundo, para além do bem e do mal. Uma prática historiadora que se assume como linguagem, que se assume como agente histórico ao “encarar a discórdia e a precariedade que habitam tudo aquilo que fazemos, cremos e dizemos”.⁴⁰ Uma prática

37 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História...** *Op. cit.*, p. 179.

38 *Ibidem*, p. 180.

39 RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006, p. 102.

40 *Ibidem*. p. 101.

historiadora praticada sempre à beira da falésia, onde só o riso nos permite sobreviver ao fato de pensarmos esta nossa condição agônística. É, portanto, a defesa da escrita da história como acontecimento ético-político, a escrita da história produzida para intervir no presente e nele produzir muito mais efeitos éticos e políticos, do que propriamente estabelecer verdades inquestionáveis. São, portanto, estas imagens de pensamento de Foucault as quais Albuquerque Jr. constrói, se apropria e usa, que permite a ele, dentre outras coisas, pensar uma questão fundamental de nosso fazer, qual seja: o que poderia nos ensinar nosso saber? Ou, colocado em outros termos, para que serve a história? Questão que ele responde a partir de Foucault, mas no diálogo com outros intelectuais, historiadores e pensadores. Isto parece ficar claro na passagem a seguir, que congrega todas as imagens de Foucault aqui explicitadas, dita da seguinte maneira:

Talvez, antes de tudo, nos ensine a conviver com a descontinuidade temporal e social, marcas de nosso tempo. A história nos ensina que os homens e as sociedades do passado foram diferentes de nós, que nós não significamos, em relação a eles, apenas uma continuidade, mas somos uma diferença, um corte, uma ruptura com os costumes, hábitos, valores, concepções políticas e filosóficas, formas de organização econômica e social das sociedades do passado. Aprender a conviver com o descontínuo, com a diferença, como já afirmava Hayden White, talvez seja uma tarefa da história. Mas o ensino da história nos permitiria, também, desnaturalizar o nosso presente, dar a ele profundidade, encará-lo como fruto de um processo histórico, como um momento também passageiro, nos fazendo olhar para ele de forma distanciada e crítica. Colocar-se do ponto de vista do passado, ou, pelo menos, simular esta travessia temporal, atravessar o rio da morte como dizia Michelet, para estranhar nosso tempo, olhá-lo com desconfiança e distanciamento crítico, é um papel destinado à história e ao historiador. Produzir subjetividades mais tolerantes ou mais preparadas para conviver com a diferença, com a alteridade, com a mudança talvez seja a tarefa mais importante da nossa profissão. Aprender a aceitar a finitude de todas as coisas, inclusive a própria finitude, nos fazer encarar a morte como parte da vida de todos e a precariedade de todas as coisas, como diz Certeau, talvez seja outra nobre e dolorosa tarefa do ensino da história. Formar, portanto, subjetividades mais democráticas, menos autoritárias e menos 'donas da verdade', aprender a relativizar, a pensar temporalmente as coisas, aprender a situá-las num processo que sempre promete a futura transformação, aprender a viver em fluxo, em devir, perguntando-se sempre, o que estamos fazendo de nós mesmos?, justifica, para mim, aquilo que faço, com muita paixão e alegria.⁴¹

Como Foucault, Albuquerque Jr. faz de seus textos acontecimentos que visam produzir efeitos éticos e políticos nas suas audiências e leitores. Isto se explicita na recusa consciente por parte de Albuquerque Jr. do recurso a

41 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção de mim...* *Op. cit.*, p. 28 *et. seq.*

citações e a referenciação exaustiva de autores em seus textos. Assim como na adoção de uma escrita, além de irônica, alegórica e cheia de metáforas; a começar pelas escolhas dos títulos de seus livros, artigos, palestras e conferências e que se prolonga numa prosa leve e sempre em diálogo com as artes, em especial a literatura. O tom irônico, por vezes sarcástico, que utiliza em seus escritos dá a dimensão exata desta escrita como acontecimento para produzir sensações, para provocar não só o intelecto, mas também o corpo. É a escrita como prática ética e como intervenção política. Uma escrita pensada como experiência e acontecimento, que intervém no presente, produzindo diferença desde o passado. Problematizando o que nos tornamos em virtude dos caminhos que nos levaram a ser o que somos. E este caminho, tanto para Albuquerque Jr. quanto para Foucault, só pode ser pensando na história e com a história. A historicidade de todas as coisas, inclusive, da própria escrita da história é, certamente, a imagem de pensamento de Foucault mais radical encontrada nos escritos de Durval Muniz. Em especial, porque ela coloca em suspensão a própria prática historiadora de Albuquerque Jr. e, dentre outras coisas, me permitiu pensar os seus escritos e historicizá-los como uma parte significativa da produção historiadora brasileira da década de 1980 aos anos 2000, sobretudo como um uso e uma apropriação bem sucedidos do pensamento de Foucault no Brasil.

Referências:

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? *In*: GONÇALVES, Márcia Almeida; ROCHA, Helenice; RESNIK, Luiz; MONTEIRO, Ana Maria. **Qual o valor da História, hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Violar memórias e gestas a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. **Clio**: série arqueológica, Recife, v. 15, n. 1, p. 15-39, 1994.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno**: a invenção do Nordeste e outras artes. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Unicamp, Campinas: 1994.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 1996.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção de mim**. Memorial Acadêmico para o concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor de Terceiro Grau na classe de Professor Titular do Departamento de História. Natal: UFRN, 2006.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história). Curitiba: Prismas, 2017.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Introdução. *In*: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História**: A arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Introdução e Parte 1 – História e Literatura. *In*: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Projeto de criação do curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Brasília: CAPES, 2004.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

BARTHES, Roland. Da história ao real. *In*: BARTHES, Roland. **O rumor da**

língua. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BLOCH, Marc. **A apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In:* CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** Campinas: Papirus, 1995.

CEZAR, Temístoles. Prefácio. *In:* ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos.** Novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019.

CEZAR, Temístocles. Resenhas - Durval Muniz de Albuquerque Júnior. História. A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 28, n. 55, jan.-jun. 2008.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo:** uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício:** a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In:* FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 10. ed. Lisboa: Nova Vega, 2018.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *In:* FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREUD, Sigmund. **Projeto para uma psicologia científica.** Rio de Janeiro: Imago, 1987.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In:* LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva: Sobre a Utilidade e os Inconvenientes da História para a Vida (1874). *In:* NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos Sobre a História.** São Paulo: Loyola, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto**

História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

RAGO, Margareth; GIMENES, Renato A. de O. (org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: UNICAMP, 2000.

RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. *In*: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, S.; Schmidt, B.; XAVIER, C. L. (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da História**. v. I. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **Revista de História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 85-103, 2013.

ROIZ, Diogo da Silva. Dos 'discursos fundadores' à criação de uma 'memória coletiva: as formas de como escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 19, p. 137-185, jan/jun 2009.


SANTOS, Wagner Geminiano dos. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. **Revista de Teoria da História**, Goiás, ano 3, n. 7, p. 128-155, jun/2012.

THOMPSON, Edward P. O termo ausente: experiência. *In*: THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: EDUNB, 1982.

 (27) 3376-0363

 facebook.com/EditoraMilfontes

 [@editoramilfontes](https://instagram.com/editoramilfontes)

Conheça mais sobre a Editora Milfontes. Acesse nosso site e descubra as novidades
que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas Miniom Pro.
É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja
para qualquer fim comercial.



EDITORA MILFONTES

2021